

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (DOUTORADO) EM EDUCAÇÃO**



Tese

**AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE O PRONATEC  
NO MUNICÍPIO DE PELOTAS**

**Autor: Antônio Cardoso Oliveira**

Pelotas, 2018.

**Antônio Cardoso Oliveira**

**AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE O PRONATEC  
NO MUNICÍPIO DE PELOTAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Cossio

Pelotas, abril de 2018.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

O48p Oliveira, Antônio Cardoso

As parcerias público-privadas na educação profissional :  
um estudo sobre o PRONATEC no município de Pelotas /  
Antônio Cardoso Oliveira ; Maria de Fátima Cósio ,  
orientadora. — Pelotas, 2018.

186 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de  
Pelotas, 2018.

1. Políticas educacionais. 2. Educação profissional. 3.  
Bolsa-formação/PRONATEC. 4. Parcerias público-privadas. I.  
, Maria de Fátima Cósio, orient. II. Título.

CDD : 373.24

## RESUMO

A presente pesquisa consiste em analisar o projeto de formação do trabalhador que emerge com a política do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, que desenvolve cursos profissionalizantes em nível de educação básica por meio de parcerias público-privadas. Para o desenvolvimento do estudo estruturou-se o trabalho primeiramente apresentando o aporte teórico-metodológico e o percurso investigativo. Posteriormente, buscou-se contextualizar o momento em que se desenvolviam as políticas educacionais no Brasil no período de maior implementação do Pronatec. Em seguida, destacaram-se as principais informações que caracterizam o programa e especificamente a ação da Bolsa-Formação. E, por fim, estabeleceram-se as relações entre o referencial teórico e os achados evidenciados no trabalho. O recorte temporal definido para a análise da ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas-RS correspondeu ao período de 2011 a 2015. A pesquisa adotou pressupostos de abordagem qualitativa, pois buscou-se compreender o contexto investigado a partir das percepções, significados, atitudes e motivações dos sujeitos que permearam a materialização dessa política pública para, posteriormente, fazer as interpretações do fenômeno estudado. Para coleta de dados foram utilizados como instrumentos, entrevistas semiestruturadas com os gestores e professores das instituições de ensino das redes pública e privada ofertantes da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas-RS no período delimitado. Para o procedimento de análise dos dados coletados foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo. O estudo confirma a hipótese de que o Pronatec é uma política educacional que se orienta pela concepção neoliberal da terceira via, e de reconfiguração do papel do Estado, que, na lógica da Nova Gestão Pública, assevera as relações com a sociedade civil, fortalecendo as parcerias público-privadas. Percebendo que esta política visa a aceleração da formação e a elevação dos indicadores educacionais, centrando a formação profissional à aprendizagem circunscrita aos interesses do capital, pois a medida que o programa é desenvolvido em sua maioria pelo sistema S, possibilita que o setor privado determine o seu rumo, com a definição dos cursos a serem ofertados, o número de vagas disponíveis e os resultados a serem alcançados. Para concluir, reitera-se a tese de que a constituição das parcerias público-privadas para oferta de educação profissional na modalidade estudada, apesar de favorecer o acesso à educação formal, contribui para a formação de um tipo de profissional adequado às demandas do mercado, pois sustenta o processo no “saber fazer”, com pouca reflexão sobre o que faz, por meio de uma política pública desenvolvida pela iniciativa privada financiada pelo Estado.

**Palavras-Chave:** Políticas educacionais; Educação profissional; Bolsa-Formação/Pronatec, Parcerias Público-Privadas.

## ABSTRACT

This research consisted of analyzing the worker formation project that emerged with the policy of *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec*, which develops professional courses at the basic education level through public-private partnerships. The study presents the theoretical-methodological contribution and the investigative route. We contextualize the moment which educational policies developed in Brazil in the period of greater implementation of *Pronatec* and highlighted the characteristic of the program, specially the Formation Scholarship action. The study establishes the relationship between the theoretical references and the findings in the research. The time frame defined for the action analysis of Formation Scholarship/*Pronatec* in the municipality of Pelotas/RS corresponded to the period from 2011 to 2015. The research used assumptions of qualitative approach to understand the context from perceptions, meanings, attitudes and motivations of the subjects that permeated the materialization of this public policy, and interpreted the phenomenon studied. We used semi-structured interviews with managers and teachers from private and public educational institutions that offered Formation Scholarship/*Pronatec* in the municipality of Pelotas. Content analysis methodology was used for analyzing data collection. The study endorses the hypothesis that *Pronatec* is an educational policy guided by the third way neoliberal conception, and reconfiguration of the State's role, that in the logic of New Public Management asserts relations with civil society, strengthening public-private partnerships. We noticed that this policy aims to push on the formation and the increasing of the educational indicators, centralizing educational formation in learning linked to the interests of the capital, because as the program develops, in its majority, by *Sistema S*, it enables the private sector determine its route, by defining the courses offered, available vacancies, and results to be reached. We reaffirm the thesis of a public-private partnership establishing to offer this kind of professional education, although it favors the access to a formal education, it contributes to form a kind of professional demanded by market while maintaining the process in 'knowing how to do', with little reflection on what they do, through a public policy developed by private sector financed by the State.

**Keywords:** educational policies; professional education; *Bolsa-Formação/Pronatec*; public-private partnerships.

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo I.</b> Lista de Modalidades de Demanda .....	153
<b>Anexo II.</b> Tabela de Mapeamento de Cursos Técnicos em Cursos de Graduação.....	155

## LISTA DE APÊNDICES

<b>Apêndice A.</b> Roteiro de entrevista para o Gestor da Bolsa-Formação/Pronatec no SENAC .....	173
<b>Apêndice B.</b> Roteiro de entrevista para o Gestor da Bolsa-Formação/Pronatec no SENAI.....	174
<b>Apêndice C.</b> Roteiro de entrevista para o Gestor da Bolsa-Formação/Pronatec no SENAT .....	175
<b>Apêndice D.</b> Roteiro de entrevista para o Gestor da Bolsa-Formação/Pronatec na Instituição de Ensino Superior.....	176
<b>Apêndice E.</b> Roteiro de entrevista para o Gestor da Bolsa-Formação/Pronatec no IFSul.....	177
<b>Apêndice F.</b> Roteiro de entrevista para os professores atuantes nos cursos ofertados pelo SENAC pela iniciativa da Bolsa-Formação/Pronatec .....	179
<b>Apêndice G.</b> Roteiro de entrevista para os professores atuantes nos cursos ofertados pelo SENAI pela iniciativa da Bolsa-Formação/Pronatec.....	180
<b>Apêndice H.</b> Roteiro de entrevista para os professores atuantes nos cursos ofertados pelo SENAT pela iniciativa da Bolsa-Formação/Pronatec.....	181
<b>Apêndice I.</b> Roteiro de entrevista para os professores atuantes nos cursos ofertados pela Instituição de Ensino Superior pela iniciativa da Bolsa-Formação/Pronatec.....	182
<b>Apêndice J.</b> Roteiro de entrevista para os professores atuantes nos cursos ofertados pelo IFSul pela iniciativa da Bolsa-Formação/Pronatec .....	183
<b>APÊNDICE K.</b> Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	184
<b>APÊNDICE L.</b> Termo de Confidencialidade.....	186

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Evolução das Matrículas na Educação Profissional – SENAI (2010 – 2015) .....	61
<b>Gráfico 2.</b> Matrículas SENAI pelo Pronatec/Bolsa-Formação (2014 – 2015).....	62
<b>Gráfico 3.</b> Matrículas SENAC pelo Pronatec/Bolsa-Formação (2014-2015).....	63
<b>Gráfico 4.</b> Matrículas SENAR pelo Pronatec/Bolsa-Formação (2014 – 2015) .....	64
<b>Gráfico 5.</b> Matrículas na Educação Profissional – SENAT (2014 – 2015) .....	65
<b>Gráfico 6.</b> Matrículas SENAT pelo Pronatec/Bolsa-Formação (2012 - 2015) .....	65
<b>Gráfico 7.</b> Matrículas dos Cursos Técnicos - Pronatec 2011-2015.....	79
<b>Gráfico 8.</b> Matrículas dos Cursos de Qualificação - Pronatec 2011-2015.....	79
<b>Gráfico 9 –</b> Total de matrículas de cursos FIC e Técnicos Pronatec – Pelotas – 2011 - 2015 .....	80
<b>Gráfico 10.</b> Expansão da Rede Federal de EPT .....	83
<b>Gráfico 11.</b> Evolução do orçamento das Rede Federal de EPT .....	84
<b>Gráfico 12.</b> Matrículas Efetivadas Pronatec 2011-2015 .....	84
<b>Gráfico 13.</b> Recursos Investidos nas Ações do Pronatec 2011-2015.....	85
<b>Gráfico 14.</b> Matrículas por Gênero no Pronatec 2011 – 2014 .....	87
<b>Gráfico 15.</b> Matrículas por Faixa Etária no Pronatec 2011 – 2014 .....	87
<b>Gráfico 16.</b> Matrículas por Raça no Pronatec 2011 – 2014.....	88
<b>Gráfico 17.</b> Matrículas por Escolaridade no Pronatec 2011 – 2014.....	88
<b>Gráfico 18.</b> Matrículas dos Cursos Técnicos por Instituições Ofertantes - Pronatec 2011-2015 .....	96
<b>Gráfico 19.</b> Matrículas dos Cursos de Qualificação por Instituições Ofertantes - Pronatec 2011-2015 .....	97
<b>Gráfico 20.</b> Matrículas dos Cursos da Bolsa-Formação por Instituições Ofertantes - Pronatec 2011-2015 .....	97
<b>Gráfico 21.</b> Número de Matrículas da Instituição de Ensino Superior no Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS – 2011-2015.....	98
<b>Gráfico 22.</b> Número de Matrículas do IFSul no Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS – 2011-2015 .....	99

<b>Gráfico 23.</b> Número de Matrículas do SENAC no Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015.....	99
<b>Gráfico 24.</b> Número de Matrículas do SENAI no Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015.....	100
<b>Gráfico 25.</b> Número de Matrículas do SENAT no Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015.....	100
<b>Gráfico 26.</b> Número total de Matrículas por instituição de ensino na oferta da Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015.....	101
<b>Gráfico 27.</b> Percentual por instituição de ensino, do total de Matrículas efetivadas na oferta da Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015.....	101
<b>Gráfico 28.</b> Percentual de participação da Rede Federal de Ensino e das parcerias público-privadas do total de Matrículas efetivadas na oferta da Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015.....	102

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1.** Matriz de orientação da Pesquisa ..... 25

**Tabela 2.** Percentual de recursos, oriundos de receitas líquidas das contribuições compulsórias, destinados pelos Serviços Sociais Autônomos à oferta gratuita de cursos às pessoas de baixa renda ..... 48

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Cursos Ofertados pelo IFSul através da ação da Bolsa-Formação/Pronatec.....	31
<b>Quadro 2.</b> Cursos Ofertados por uma Instituição de Ensino Superior através da ação da Bolsa-Formação/Pronatec.....	32
<b>Quadro 3.</b> Cursos ofertados pelo SENAI através da ação da Bolsa-Formação/Pronatec.....	32
<b>Quadro 4.</b> Cursos ofertados pelo SENAC através da ação da Bolsa-Formação/Pronatec.....	33
<b>Quadro 5.</b> Cursos ofertados pelo SENAT através da ação da Bolsa-Formação/Pronatec.....	34
<b>Quadro 6.</b> Síntese das ações desenvolvidas pela rede federal e pelas instituições privadas de ensino na Oferta da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas- RS no período de 2011 a 2015.....	127

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APG – Administração Pública Gerencial

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CEFETS – Centros de Federais de Educação Tecnológicas

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNC – Confederação Nacional do Comércio

CNCT – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

EaD – Educação a Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FIC – Formação Inicial e Continuada

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GE – Governo Empreendedor

IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio  
Teixeira

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MF – Ministério da Fazenda

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NGP – Nova Gestão Pública

ONG – Organizações não-governamentais

OSCIPs – Organização da sociedade civil de interesse público

PDMs – Políticas de Desenvolvimento do Milênio

PPPs – Parcerias Público-Privadas

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC – Serviço Social do Comércio

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SESI – Serviço Social da Indústria

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SNA – Serviços Nacionais de Aprendizagem

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I – METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>24</b>
1.1 Matriz de Orientação da Pesquisa .....	24
1.2 Indicações Teórico-metodológicas.....	26
1.3 Delineamento do estudo .....	27
1.3.1 Natureza da pesquisa .....	27
1.3.2 O <i>Lócus</i> da pesquisa .....	29
1.3.3 Instrumento de coleta de dados e Sujeitos da pesquisa.....	34
1.3.4 Procedimentos de análise e interpretação dos dados .....	35
<b>CAPÍTULO II. A NOVA GESTÃO PÚBLICA E AS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO</b> .....	<b>37</b>
2.1 O modelo de Globalização Neoliberal, a Governança e a Nova Gestão Pública .....	39
<b>CAPÍTULO III. O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC</b> .....	<b>45</b>
3.1 Ações do Pronatec.....	46
3.2 Bolsa-Formação/ Pronatec .....	51
3.3 As parceiras público-privadas na oferta do Pronatec/Bolsa-Formação..	59
3.3.1 Os Serviços Nacionais de Aprendizagem- SNA .....	59
3.3.2 Pronatec/Bolsa-Formação e as Instituições Privadas de Ensino.....	65
<b>CAPÍTULO IV. O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC ATRAVÉS DE PARCERIAS PÚBLICO/PRIVADAS NA CIDADE DE PELOTAS-RS</b> .....	<b>68</b>
4.1 O Processo de Definição dos Cursos ofertados pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas .....	68
4.2 O Acesso à Educação e as Perspectivas Sociais através do Pronatec..	83
4.3 A Oferta pública de Cursos Profissionalizantes por meio de Parcerias Público-Privadas .....	93

4.4 O Perfil de Trabalhador pretendido pela ação da Bolsa- Formação/Pronatec na cidade de Pelotas .....	110
4.5 Síntese dos achados evidenciados nas Categorias.....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>152</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>172</b>

## INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho é caracterizado, atualmente, pela flexibilização das relações e pela precarização das condições de empregabilidade, ao mesmo tempo em que as inovações tecnológicas e os modelos de organização e gestão empresarial impõem um alto padrão de competências consideradas essenciais para um bom desempenho no local de trabalho, como por exemplo, espírito empreendedor, multifuncionalidade, flexibilidade e adaptação rápida às novas demandas do setor produtivo.

Este modelo incentiva a autorresponsabilização dos sujeitos pelo sucesso ou pelo fracasso no ingresso e manutenção no atual mercado criando, assim, uma percepção de que a empregabilidade é facilmente adquirida à medida que as pessoas buscam uma qualificação profissional e se preparam para suprir requisitos, muitas vezes, sazonais do mercado.

O que se percebe nos últimos anos é um crescimento considerável das condições precárias de salários, a elevação da rotatividade de funcionários nos locais de trabalho e a necessidade cada vez maior das chamadas “reciclagens educacionais”, que são desenvolvidas através de cursos de curta duração, focados em demandas específicas da produção de bens e serviços.

Não é novidade a utilização da educação como meio para suprir demandas do mercado, o próprio ensino profissional apresenta em sua origem uma clara concepção vinculada aos interesses oriundos da revolução industrial. No Brasil, um momento histórico com grande avanço na oferta da educação profissional ocorreu no período do governo de Getúlio Vargas (1930/1945). Momento este, alicerçado nas alterações no sistema produtivo do país, que ingressava em um modelo de industrialização em larga escala, em substituição à produção agroexportadora e à importação de bens industrializados, que eram adotadas anteriormente pela nação.

Desde o período da escravidão no Brasil, com o chamado ensino de ofícios e, posteriormente, o ensino profissionalizante, foram destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social, criando uma relação de dualidade no meio educacional do país, com a educação profissional focada no

trabalho manual para os “desprovidos da sorte”, e o trabalho intelectual para os filhos da burguesia minoritária.

Saviani (2007) evidencia essa diferença entre os modelos e os objetivos da educação para as distintas funções sociais, quando aponta que

a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeriam uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeriam domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade (p. 159).

Consegue-se perceber que tal dualidade ainda permanece presente na raiz do desenvolvimento da educação profissional do país, notadamente com outra roupagem, decorrente das reformulações que impactaram até o momento essa modalidade de ensino.

Ao longo dos períodos de reformulações do capitalismo, provocados pelas crises cíclicas do modelo (HARVEY, 2011), percebem-se reflexos relevantes no campo educacional brasileiro, não sendo diferente com o atual modelo político e econômico, que se tornou hegemônico, tendo na globalização, uma de suas mais expressivas formas de disseminação do ideário.

Desenvolve-se este estudo considerando a conjuntura social, política e econômica do período compreendido entre 2011 e 2015, percebendo que o modelo brasileiro se aproximou do Projeto da Terceira Via, como uma adequação ao projeto neoliberal no processo de manutenção do modelo capitalista, e não como uma proposta alternativa, como Anthony Giddens (2000) afirma em sua tese. Concorda-se com Neves (2010) quando argumenta que se estava vivenciando o “neoliberalismo da Terceira Via”, com forte presença da sociedade civil, representada por diferentes e diversificadas configurações de entidades e atores nacionais e supranacionais na definição da agenda e na execução de ações no campo social, com notável destaque na educação.

De acordo com as concepções defendidas por Giddens (2000), o modelo da terceira via apresenta, como parte importante da sua tese, a ampliação dos resultados do campo educacional como questão preponderante para aproveitamento dos potenciais da globalização e o incremento das oportunidades no mercado. O autor destaca que “a força chave no desenvolvimento do capital humano deve ser obviamente a educação. É o principal investimento público para impulsionar tanto a eficiência econômica quanto a coesão cívica” (GIDDENS, 2000, p.73).

Analisando as concepções sustentadas por Giddens (2000) a respeito da Terceira Via, Saul (2003, p.168) destaca que a iniciativa presente neste projeto político visa “consagrar, de forma inequívoca, como novo cenário de justiça social, a democracia articulada a partir do mercado, onde o potencial político da questão social transmuta-se na capacidade individual de tomada de riscos, tendo por substrato o capital social”.

É através dessa perspectiva da teoria do capital Humano, vinculado à ideia de ampliação da capacidade de obtenção de capital social, que se pode perceber a construção de muitas políticas públicas que vinham sendo implementadas nos últimos anos no Brasil. Para Motta (2009) as políticas seguiam recomendações dos organismos internacionais como o BID, que descreve que

o ‘capital social’ é um elemento que facilita a ‘inclusão social’ de grupos ‘marginalizados’, o ‘combate’ à pobreza e à desigualdade social. A ‘exclusão social’ é definida pela equipe do BID (2004) como: “a incapacidade de um indivíduo de participar do funcionamento básico político, econômico e social da sociedade em que vive” ou “a negação do acesso igualitário a oportunidades impostas por alguns grupos da sociedade a outros” (BID, 2004, p. 5). Essa ‘incapacidade’ de participação, ou de ter “voz e poder na sociedade”, é resultante de processos sociais e culturais, que “privaram socialmente” o indivíduo de realizar seus desejos e impor suas escolhas, e o condenaram à condição de pobreza durante gerações (p.559).

A autora ainda reflete sobre o papel da educação nesse contexto, quando aponta que

na perspectiva da ‘teoria do capital social’ a educação passa a exercer a dupla função de aprimorar o capital humano para aumentar a competitividade e a produtividade do indivíduo e de construir uma ‘cultura cívica’ como mecanismo de construção de uma sociedade solidária, harmônica, confiável, ‘da paz’, necessária para aliviar a

*pobreza. Alarga-se o papel da educação e restringe-se sua função política (p.561).*

Pode-se compreender que em conjunto com a função tradicional atribuída ao longo dos anos para educação profissional, de incremento do capital humano, buscando a inserção e a empregabilidade das pessoas, visando o desenvolvimento econômico do país, evidencia-se outra importante tarefa, o auxílio à construção de uma nova sociedade civil, e, portanto, de uma nova sociabilidade (BALL, 2014), pela via da formação de um novo capital humano, que propicie o aprimoramento do capital social da nação, em sintonia com a perspectiva de mercado.

Observando o conjunto de orientações preconizadas pelo neoliberalismo da terceira via, pode-se compreender algumas razões que motivaram a realização da oferta de cursos profissionais através de parcerias público-privadas, desenvolvidas pela iniciativa da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC em todo território brasileiro.

O Pronatec seguiu a lógica da oferta da educação pública brasileira que se estabelecia alicerçada na elevação dos índices educacionais, na aceleração da formação e na redução dos custos educacionais. Adotando, para agilizar o processo de escolarização, uma expansão exacerbada dos cursos profissionalizantes.

Esse projeto de educação profissional que visava à formação prioritária às demandas empresariais, muitas vezes sazonais, buscava a inserção no mercado e a qualificação de pessoas de grupos sociais em condições de vulnerabilidade. Evidenciava-se assim, a tentativa de criar as oportunidades, educar para a empregabilidade e para a aceitação de uma realidade desigual entendida como natural (alguns terão sucesso, outros não), criando as bases para a nova hegemonia.

Essa política educacional adotava a participação do setor privado e a construção de parcerias com o Estado, como estratégia fundamental para o seu desenvolvimento. Sendo assim, tornava a oferta da educação, custeada com recursos públicos, um negócio muito rentável, principalmente para o Sistema S.

O Pronatec foi criado como uma das principais políticas públicas para a educação profissional. De acordo com o artigo 1º da lei 11.513/2011, o Programa tinha a finalidade de “ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”, o que demonstra a amplitude dessa política.

Dentre as iniciativas do Programa estão a expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, o Programa Brasil Profissionalizado, a Rede e-Tec Brasil, o acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e a criação da Bolsa-Formação. Entre os anos de 2011 e 2015, o Pronatec contabilizou mais de 9,4 milhões de matrículas entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada (MEC/SETEC, 2016).

A oferta dos cursos técnicos e Formação Inicial e Continuada - FIC pelo Pronatec é gratuita e se desenvolve por meio de instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Instituições do Sistema S, como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e, a partir do ano de 2013, instituições privadas de ensino, que passam por um processo de habilitação desenvolvido pelo Ministério da Educação, também podem ofertar cursos do programa (PRONATEC, 2015).

É exatamente essa oferta dos cursos do Pronatec através do sistema S e de instituições privadas de ensino, que motivou a realização deste trabalho de doutorado. Várias pesquisas (ROBERTSON, 2013; PERONI, 2015; ADRIÃO, 2016; SHIROMA, 2014; CÓSSIO, 2016) evidenciam o fortalecimento das parcerias público-privadas, materializadas em diversos programas e convênios que estão em desenvolvimento no Brasil.

Sendo o pesquisador, professor da carreira do ensino básico, técnico e tecnológico, atuante na educação profissional, tendo em sua trajetória de pesquisador realizado uma Dissertação de Mestrado e de outros trabalhos de pesquisa abordando temáticas de políticas públicas educacionais, com enfoque específico no campo do ensino profissional e tecnológico, também participante

de um grupo de pesquisa que está voltado ao estudo das políticas públicas educacionais do país, onde é cada vez mais crescente a inserção das parcerias público-privadas, é evidente que o modelo de efetivação desse programa despertasse algumas inquietações e questionamentos que se entendem importantes para o campo educacional do país.

A Bolsa-Formação foi a ação do Pronatec que recebeu o maior investimento em termos de recursos, entre os anos de 2011 e 2015, foram investidos mais de 15 bilhões de reais entre todas as iniciativas do programa, e a Bolsa-Formação foi contemplada com mais de 8 bilhões de reais, deixando em segundo plano, por exemplo, a expansão e reestruturação da rede federal de ensino que contabilizou um investimento em torno de 5 bilhões. Ao observar que a ação da Bolsa-Formação possui como principal estratégia a oferta de cursos profissionalizantes por meio de parcerias com a iniciativa privada, em torno de 77% das matrículas, pode-se perceber o fortalecimento das PPPs no desenvolvimento da educação profissional do país nesse período.

Outra questão que incentivou o presente estudo, foi a escassez de pesquisas que abordassem especificamente a temática das parcerias público/privadas no projeto de formação do trabalhador desenvolvido pela ação da Bolsa-Formação do Pronatec. No intuito de realizar o levantamento das produções acadêmicas da política específica do Pronatec foram efetivadas pesquisas na Biblioteca Digital de Tese e Dissertações (2017) que abordassem estudos sobre temática em questão. Primeiramente buscou-se por meio do descritor “Pronatec”, onde foram encontradas 79 dissertações e 20 teses que de alguma forma referiam-se ao programa, pois em todas as buscas adotou-se a opção “Todos os campos” para evidenciar algum trabalho com a temática, podendo estar contido o descritor na autoria, no título ou no assunto do estudo. Posteriormente, utilizando para a busca os descritores “Pronatec/Bolsa-Formação” foram encontradas apenas 02 dissertações, e, por fim, tendo como descritores “Pronatec/Bolsa-Formação/Parceria Público-Privada” nenhum trabalho foi encontrado. Procedendo a leitura de todos os resumos das pesquisas encontradas com o descritor “Pronatec” e as evidenciadas com “Pronatec/Bolsa-Formação”, pôde-se compreender que nenhum dos estudos buscou explorar a problemática da formação da educacional profissional por

meio de parcerias público/privada no desenvolvimento do programa. Esse levantamento revelou o ineditismo deste trabalho e o quanto poderá contribuir para um processo de discussão mais abrangente.

Assim, percebeu-se relevante o presente estudo, no intuito de possibilitar uma melhor compreensão sobre a política para a educação profissional protagonizada pela ação da Bolsa-Formação do Pronatec, podendo incentivar também, através dos achados do trabalho, futuras investigações nesse campo de estudo.

A pesquisa possuiu como temática a análise da política educacional voltada à educação profissional, centrada na iniciativa da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego, que consiste na oferta de cursos profissionalizantes, valendo-se fortemente de parcerias público/privadas.

O problema de pesquisa proposto para orientar o estudo foi: *Qual é o projeto de formação do trabalhador subjacente à política educacional do Pronatec, inserido na atual perspectiva de ampliação das parcerias com a rede privada de ensino?*

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar o projeto de formação do trabalhador que emerge com a política do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego que desenvolve cursos profissionalizantes em nível de educação básica, por meio de parcerias público-privadas na cidade de Pelotas-RS.

Para a obtenção do objetivo geral delinearam-se os seguintes objetivos específicos:

- analisar o atual contexto político, econômico e social no qual se configuram as parcerias público-privadas no cenário educacional brasileiro;
- investigar a legislação que embasa o desenvolvimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego;
- analisar as concepções políticas e educacionais que emergem com o atual projeto proposto pelo Pronatec, através da iniciativa da Bolsa-Formação e

- identificar como as parcerias público-privadas promovidas pelo Pronatec se materializaram na cidade de Pelotas-RS, no período de 2011 a 2015.

Não há dúvidas quanto a importância de políticas públicas que ampliem o acesso à educação e, logicamente à formação profissional, na medida em que preparar as pessoas para o mundo do trabalho significa preparar para a vida, considerando que o trabalho é parte importante da constituição humana e social. O que estava em questão era em relação aos propósitos formativos da política. Qual era o seu real objetivo? Qual a razão para a opção por parcerias público-privadas? Por que a discrepância entre o percentual de cursos ofertados pela rede pública de ensino e aquele desenvolvido pela iniciativa privada (Sistema S e demais Instituições privadas)? Quais os métodos utilizados pelos diferentes ofertantes na definição dos cursos a serem desenvolvidos pelo programa? Enfim, qual a formação pretendida?

Este estudo levantou a hipótese de que o Pronatec é uma política educacional que se orienta pela ambiência do projeto neoliberal da terceira via, em que pese não esteja claro qual o projeto político adotado no período, e de reconfiguração do papel do Estado, que, na lógica da Nova Gestão Pública, assevera as relações com a sociedade civil, fortalecendo as parcerias público-privadas. Entende-se que tal política visa a aceleração da formação e a elevação dos números (indicadores) educacionais, centrando a formação profissional à aprendizagem circunscrita aos interesses do capital, pois a medida que o programa é desenvolvido em sua maioria pelo sistema S, possibilita que o setor privado determine o seu rumo, com a definição dos cursos a serem ofertados, o número de vagas disponíveis e os resultados a serem alcançados.

Defende-se a tese de que a constituição dessas parcerias público-privadas para oferta da educação profissional, apesar de favorecer o acesso à educação, forma um tipo de profissional adequado às demandas do mercado, pois sustenta o processo no “saber fazer”, com pouca reflexão sobre o que faz, por meio de uma política pública desenvolvida majoritariamente pela iniciativa privada, mas financiada pelo Estado.

O presente estudo está organizado em quatro capítulos, descritos brevemente a seguir:

O primeiro capítulo intitulado *Metodologia da Pesquisa*, define o aporte teórico-metodológico e o percurso investigativo que sustentaram o desenvolvimento do trabalho. Nesta seção se explicitou a matriz de orientação da pesquisa, a abordagem da pesquisa, o contexto pesquisado e os sujeitos que fizeram parte do estudo, bem como os instrumentos de coleta de dados e a metodologia de análise.

O segundo capítulo denominado *A Nova Gestão Públicas e as Implicações para a Educação*, tem por finalidade apresentar e contextualizar o momento em que se desenvolviam as políticas educacionais no Brasil no período de maior implementação do Pronatec. Na primeira parte é abordado o modelo de globalização neoliberal contemporâneo e analisada a relevância da governança e da nova gestão pública para consolidação desse contexto. E, posteriormente, destacam-se as parcerias público-privadas na efetivação das políticas educacionais no cenário brasileiro.

O terceiro capítulo denominado *O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego*, tem como objetivo apresentar o Pronatec e descrever as principais características da ação da Bolsa-Formação do programa. Primeiramente, é desenvolvida uma breve descrição de todas as iniciativas que compõem o Pronatec. Em seguida, destaca-se especificamente a iniciativa da Bolsa-Formação. E, por fim, são abordadas as parcerias público-privadas na Bolsa-Formação/Pronatec, com a apresentação dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – SNA e com o destaque da possibilidade de oferta dessa ação por meio de instituições privadas de ensino.

O capítulo quarto intitulado *O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec através de Parcerias Público/Privadas na cidade de Pelotas-RS*, tem por finalidade estabelecer as relações entre o referencial teórico e os achados da pesquisa, buscando, com isso, analisar detalhadamente os dados coletados através das entrevistas semiestruturadas.

## **CAPÍTULO I – METODOLOGIA DA PESQUISA**

Neste capítulo buscou-se definir o aporte teórico-metodológico e o percurso investigativo que sustentaram o desenvolvimento desta pesquisa, com a definição da abordagem da pesquisa, o contexto a ser pesquisado e os sujeitos que fizeram parte deste estudo, bem como os instrumentos de coleta de dados e a metodologia de análise.

A pesquisa possui como temática a análise da política educacional voltada à educação profissional, centrando na iniciativa da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego, que consiste na oferta de cursos profissionalizantes, valendo-se fortemente de parcerias público-privadas.

O problema de pesquisa elaborado para orientar este estudo foi: *Qual é o projeto de formação do trabalhador subjacente à política educacional do Pronatec, inserido na atual perspectiva de ampliação das parcerias com a rede privada de ensino?*

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o projeto de formação do trabalhador que emerge com a política do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego que desenvolve cursos profissionalizantes em nível de educação básica, por meio de parcerias público-privadas na cidade de Pelotas-RS.

Com os resultados obtidos pretendeu-se possibilitar uma melhor compreensão sobre a política para a educação profissional protagonizada pela ação da Bolsa-Formação do Pronatec, contribuindo, através dos apontamentos do presente estudo, na análise desta política educacional.

### **1.1 Matriz de Orientação da Pesquisa**

Na Tabela 1 apresenta-se a matriz de orientação da pesquisa onde foram destacadas as unidades investigativas e suas respectivas questões norteadoras. A matriz teve a finalidade de definir quais são os principais questionamentos que deveriam ser abordados e subsidiar a construção dos roteiros de entrevistas

visando a obtenção de achados que, posteriormente ao processo de análise, possibilitassem o alcance do objetivo geral delimitado no estudo.

**Tabela 1.** Matriz de orientação da Pesquisa

Unidade investigativa	Questões Norteadoras
<p>Processo de definição dos cursos a serem ofertados pelas instituições pela Bolsa-Formação</p>	<p><i>Como são definidos os cursos a serem ofertados:</i></p> <p><i>É realizado um levantamento de necessidades do município, considerando: demandas do mercado, demandas dos grupos sociais com maior vulnerabilidade, reinserção de trabalhadores (reciclagem)?</i></p> <p><i>Por quê a ênfase em cursos FIC?</i></p>
<p>Efetivação de parcerias público-privadas para a implementação das ofertas</p>	<p><i>- Qual a justificativa para a implementação desse modelo:</i></p> <p><i>Aumento dos números (indicadores) educacionais?</i></p> <p><i>Redução do custo/aluno?</i></p> <p><i>- Qual o Modelo/Projeto de formação acadêmico-profissional?</i></p> <p><i>O que justifica o maior número de cursos ofertados pelo setor privado em relação aos ofertados pela rede pública de ensino?</i></p> <p><i>- A rede pública de ensino teria condições objetivas para atender a demanda de expansão proposta pelo governo?</i></p> <p><i>- Porque a inserção majoritária do Sistema S?</i></p> <p><i>Quais os ganhos financeiros obtidos</i></p>

	<i>por essas instituições?</i>
<p>Concepção de educação profissional que é constituída através da formação pela iniciativa da Bolsa-Formação/Pronatec.</p>	<p><i>Educação para a formação ampliada e inserção no mundo do trabalho?</i></p> <p><i>Formação para contemplar interesses do empresariado?</i></p> <p><i>Que perfil/tipo de trabalhador esse Programa pretende formar?</i></p> <p><i>Educação para a cidadania ativa?</i></p> <p><i>Educação para o mercado/consumo?</i></p>

## 1.2 Indicações Teórico-metodológicas

É importante destacar que a perspectiva metodológica adotada para a realização desse estudo crítico, que contribui no processo de investigação e compreensão desta política educacional, busca articular as esferas macro e micro contextual no sentido de acrescentar maior densidade à análise da temática em questão, delimitando um recorte local sem desconsiderar o global. Esse método de análise compreende que as políticas locais sofrem influências transnacionais, o que evidencia a necessidade de serem analisadas sob uma perspectiva de escalas, percebendo esse processo de mobilidade e transferência de políticas como resultante do fenômeno da globalização.

Fazendo uma análise quanto a “insularidade e a abstração” de vários estudos desenvolvidos no campo das políticas educacionais, Ball (2011) descreve que

Tais pesquisas não possuem sentido de “lugar”. Não localizam as políticas em algum quadro que ultrapasse o nível nacional nem conseguem dar uma explicação analítica ou conduzir a um sentido de localidade nas análises das realizações políticas (p. 40).

Salientando ainda que “o relacionamento nacional/global é outro ponto de mediação no processo de políticas, uma interface na qual pressões e

constrangimentos são mediados por preocupações e preferências locais” (BALL, 2011, p.40).

Entende-se como relevante para um estudo voltado à análise de políticas públicas, um esforço de compreensão de diferentes aspectos que podem influenciar no processo de formulação das políticas, pois pode-se perceber no atual contexto, por exemplo, a formação de uma agenda globalmente estruturada (DALE, 2004) para a educação com a forte presença das agências multilaterais.

### **1.3 Delineamento do estudo**

#### **1.3.1 Natureza da pesquisa**

Para alcançar os objetivos pretendidos no presente estudo foram adotados pressupostos de abordagem qualitativa, pois, buscou-se com a pesquisa, desvendar as percepções, os significados, as atitudes e as motivações que permeavam a materialização dessa política pública de oferta de educação profissional. Para Minayo (2012) este tipo de abordagem

responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (p.21).

Os achados evidenciados por esse tipo de pesquisa não possuem como enfoque principal a obtenção de resultados quantitativos, mas sim a compreensão de fenômenos através de dados obtidos por meio de referenciais bibliográficos, de documentos e de informações coletadas através de um trabalho empírico com a participação de sujeitos envolvidos no contexto estudado. Possibilita o desenvolvimento de uma criteriosa análise, e, posteriormente, o estabelecimento de contribuições consideráveis à problemática do estudo estabelecido.

Gatti e André (2013) observando as contribuições dos métodos qualitativos para o avanço do conhecimento na área da Educação, descrevem que

Todo esse conjunto de possibilidades para estudos de problemas em Educação ampliou o universo epistemológico da discussão dos fatos educacionais e permitiu, pelas novas posturas assumidas, um engajamento mais forte dos pesquisadores com as realidades investigadas, o que levou ao reconhecimento da relação próxima entre pesquisadores e pesquisados, criando um compromisso maior com as necessidades e possibilidades de melhorias socioeducacionais por meio de intervenções diretas nas realidades pesquisadas ou pelo envolvimento nos debates e na formulação das políticas educativas (p.34).

A utilização da pesquisa documental neste trabalho também merece referência pela relevância no levantamento de dados e de informações a respeito do contexto abordado.

A análise de toda legislação que regulamenta o Pronatec e a iniciativa da Bolsa-Formação, de documentos que permeiam a parceria público-privada nesta ação e dos dados obtidos junto a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação – MEC quanto à oferta da educação profissional, por meio da Bolsa-Formação/Pronatec em todo território nacional e, especificamente na cidade de Pelotas, foi fundamental para o processo de compreensão dessa política pública educacional.

Fazendo referência a respeito da pesquisa documental Gil (2008) descreve que esta

assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (p. 51).

Em relação aos objetivos estabelecidos para a pesquisa, entende-se que esta pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa, pois se pretendeu buscar informações que possibilitem uma percepção mais clara sobre o desenvolvimento da Bolsa-Formação/Pronatec, ao mesmo tempo que visou descrever suas principais características e identificar o projeto de

formação do trabalhador que é estabelecido através dessa política por meio de parcerias público-privadas.

A pesquisa de cunho exploratório possui como principal objetivo desenvolver ou alterar conceitos e percepções sobre determinado fenômeno, estabelecendo uma visão mais próxima da realidade estudada. O estudo descritivo visa a caracterização detalhada do fato problematizado, juntamente com os de tipo exploratório, são os trabalhos mais desenvolvidos por “pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (GIL, 2008, p.28).

Abordando a pesquisa de tipo explicativa, Gil (2008) salienta que

Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. Isto não significa, porém, que as pesquisas exploratórias e descritivas tenham menos valor, porque quase sempre constituem etapa prévia indispensável para que se possam obter explicações científicas. Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado (p. 28).

A adoção dos três tipos de pesquisas apresentados é devida as necessidades que emergem com o problema de pesquisa proposto, pois entende-se relevante a complementariedade de cada tipo de estudo para a obtenção dos objetivos específicos e do objetivo geral delimitado para este trabalho.

### **1.3.2 O Locus da pesquisa**

Nesta seção está caracterizado o contexto em que a pesquisa foi realizada, com um breve panorama da realidade da cidade de Pelotas e a apresentação dos números das instituições de ensino que ofertaram a Bolsa-Formação/Pronatec no município no período de 2011 – 2015. Através dessa caracterização buscou-se estabelecer um maior conhecimento a respeito do contexto selecionado para o estudo, o que contribuiu com o planejamento e o desenvolvimento do trabalho de pesquisa.

## **O município de Pelotas - RS**

A presente pesquisa foi desenvolvida na cidade de Pelotas que está localizada na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo cerca de 344 mil habitantes e tendo uma área territorial de 1610.084 km<sup>2</sup> (IBGE, 2016). O município teve sua emancipação efetivada no ano de 1835 e sua consolidação ocorreu a partir das charqueadas. Pelotas possui a maior produção de pêssego para a indústria de conserva do país e também é responsável por cerca de 28% do arroz produzido no RS, 10% da produção de grãos, 16% do quantitativo de bovinos de corte e, com 30 milhões de litros de leite por ano, detém a maior bacia leiteira, também possuindo uma considerável criação de cavalos e ovelhas (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2016).

A composição da matriz econômica da cidade é composta por um setor industrial que atua principalmente em serviços avançados de montagem de estrutura e nas áreas de transporte e logística. O desenvolvimento da indústria têxtil, da indústria metal mecânica, do curtimento de couro e de pele e da panificação também merecem destaque. Pelotas possui um grande centro comercial com aproximadamente 7.507 empreendimentos, sendo um dos principais polos comerciais da região sul do Brasil (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2016).

A rede de ensino superior do município é composta por várias instituições públicas e privadas, entre faculdades, centros universitários, universidades e o instituto federal. A rede de educação básica é formada por escolas públicas federais, municipais e estaduais e escolas privadas, que contabilizam cerca de 56 mil alunos. Essa diversidade de oferta de cursos faz com que a cidade de Pelotas seja referência para alunos de diferentes localidades do estado e também do país (IBGE, 2016).

### Instituições de ensino que ofertaram a Bolsa-Formação/Pronatec no município no período de 2011 – 2015

A Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas-RS no período de 2011 – 2015 foi ofertada pela rede federal através do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSul, por uma Instituição de Ensino Superior, pelo SENAI, pelo SENAC e pelo SENAT. Os Quadros 1, 2, 3, 4 e 5 evidenciam os cursos por instituição no período pesquisado.

**Quadro 1.** Cursos Ofertados pelo IFSul através da ação da Bolsa-Formação/Pronatec

Curso	Modalidade	Curso	Modalidade
AJUDANTE DE OBRAS	FIC	CUIDADOR INFANTIL	FIC
AJUSTADOR MECÂNICO	FIC	DESENHISTA MECÂNICO	FIC
ALMOXARIFE	FIC	ELETRICISTA INDUSTRIAL	FIC
ARMADOR DE FERRAGEM	FIC	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	FIC
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FIC	ENCADERNADOR GRÁFICO	FIC
AUXILIAR DE ARQUIVO	FIC	HORTICULTOR DE LEGUMES ORGÂNICOS	FIC
AUXILIAR DE COSTURA	FIC	HORTICULTOR ORGÂNICO	FIC
AUXILIAR DE LAVANDERIA	FIC	JARDINEIRO	FIC
AUXILIAR DE PADARIA E CONFEITARIA	FIC	MESTRE DE OBRAS	FIC
AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	FIC	OPERADOR DE COMPUTADOR	FIC
AUXILIAR FINANCEIRO	FIC	OPERADOR DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	FIC
CALDEIREIRO	FIC	OPERADOR DE USINA DE COMPOSTAGEM	FIC
CARPINTEIRO DE OBRAS	FIC	PADEIRO	FIC
CARTONAGEIRO A MÃO	FIC	PINTOR DE OBRAS	FIC
COSTUREIRO	FIC	PISCICULTOR	FIC
COSTUREIRO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO	FIC	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA	FIC
CUIDADOR DE IDOSO	FIC	SOLDADOR NO PROCESSO MIG/MAG	FIC

Fonte: SETEC/MEC (2016)

**Quadro 2.** Cursos Ofertados por uma Instituição de Ensino Superior através da ação da Bolsa-Formação/Pronatec

<b>Curso</b>	<b>Modalidade</b>
TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Técnico Subsequente
TÉCNICO EM CONTROLE AMBIENTAL	Técnico Subsequente
TÉCNICO EM CUIDADOS DE IDOSOS	Técnico Subsequente
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Técnico Subsequente
TÉCNICO EM GERÊNCIA DE SAÚDE	Técnico Subsequente
TÉCNICO EM LOGÍSTICA	Técnico Subsequente
TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	Técnico Subsequente
TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Técnico Subsequente

Fonte: SETEC/MEC (2016)

**Quadro 3.** Cursos ofertados pelo SENAI através da ação da Bolsa-Formação/Pronatec

<b>Curso</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Curso</b>	<b>Modalidade</b>
ASSISTENTE FINANCEIRO	FIC	OPERADOR DE CAIXA	FIC
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FIC	OPERADOR DE COMPUTADOR	FIC
AUXILIAR DE COZINHA	FIC	OPERADOR DE SUPERMERCADOS	FIC
AUXILIAR DE CRÉDITO E COBRANÇA	FIC	ORGANIZADOR DE EVENTOS	FIC
AUXILIAR DE FATURAMENTO	FIC	PADEIRO	FIC
AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	FIC	PADEIRO CONFEITEIRO	FIC
AUXILIAR FINANCEIRO	FIC	PADEIRO E CONFEITEIRO	FIC
BALCONISTA DE FARMÁCIA	FIC	PROMOTOR DE VENDAS	FIC
CABELEIREIRO ASSISTENTE	FIC	RECEPCIONISTA	FIC
CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	FIC	RECEPCIONISTA DE EVENTOS	FIC
CHURRASQUEIRO	FIC	SALGADEIRO	FIC
CUIDADOR DE IDOSO	FIC	SOMMELIER	FIC
CUIDADOR INFANTIL	FIC	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	Técnico Concomitante
GARÇOM	FIC	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Técnico Concomitante
INGLÊS BÁSICO	FIC	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Técnico Subsequente
INGLÊS INTERMEDIÁRIO	FIC		Técnico Concomitante
MANICURE E PEDICURE	FIC	TÉCNICO EM LOGÍSTICA	Técnico Subsequente
MONITOR DE RECREAÇÃO	FIC		Técnico Concomitante
MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	FIC	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO	Técnico Subsequente
VENDEDOR	FIC		Técnico

MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	FIC	TRABALHO	Concomitante
---------------------------------------	-----	----------	--------------

Fonte: SETEC/MEC (2016)

**Quadro 4.** Cursos ofertados pelo SENAC através da ação da Bolsa-Formação/Pronatec

Curso	Modalidade	Curso	Modalidade
AGENTE DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE	FIC	INSTALADOR DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO DOMÉSTICA	FIC
AJUDANTE DE OBRAS	FIC	MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS	FIC
AJUSTADOR MECÂNICO	FIC	MECÂNICO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS	FIC
ALMOXARIFE	FIC	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO INDUSTRIAL	FIC
ALMOXARIFE DE OBRAS	FIC	MESTRE DE OBRAS	FIC
APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO	FIC	MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS	FIC
ARMADOR DE FERRAGEM	FIC	MONTADOR DE MÓVEIS	FIC
ASSISTENTE DE OPERAÇÃO DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA	FIC	MONTADOR DE PAINÉIS ELÉTRICOS	FIC
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE PRODUÇÃO	FIC	OPERADOR DE MÁQUINAS DE USINAGEM COM COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO	FIC
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FIC	OPERADOR DE TORNO COM COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO	FIC
AUXILIAR DE OPERAÇÕES EM LOGÍSTICA	FIC	PADEIRO	FIC
AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	FIC	PADEIRO CONFEITEIRO	FIC
CARPINTEIRO DE OBRAS	FIC	PADEIRO E CONFEITEIRO	FIC
CONTROLADOR E PROGRAMADOR DE PRODUÇÃO	FIC	PEDREIRO DE ALVENARIA	FIC
COSTUREIRO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO	FIC	PEDREIRO DE ALVENARIA ESTRUTURAL	FIC
DESENHISTA MECÂNICO	FIC	PINTOR DE OBRAS	FIC
ELETRICISTA INDUSTRIAL	FIC	SERRALHEIRO DE ALUMÍNIO	FIC
ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	FIC	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA	FIC
ENCANADOR INSTALADOR PREDIAL	FIC	SOLDADOR NO PROCESSO MIG/MAG	FIC
FRESADOR MECÂNICO	FIC	SOLDADOR NO PROCESSO TIG EM AÇO	FIC
GESSEIRO	FIC	TORNEIRO MECÂNICO	FIC
INSTALADOR DE REFRIGERAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO DOMÉSTICA	FIC	TRAÇADOR DE CALDEIRARIA	FIC

Fonte: SETEC/MEC (2016)

**Quadro 5.** Cursos ofertados pelo SENAT através da ação da Bolsa-Formação/Pronatec

<b>Curso</b>	<b>Modalidade</b>
ARRUMADOR E CONFERENTE DE CARGAS	FIC
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	FIC
COBRADOR DE ÔNIBUS COLETIVO URBANO	FIC
ESPAÑHOL APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	FIC
FRENTISTA	FIC
INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	FIC
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – BÁSICO	FIC
MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS	FIC
MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	FIC
OPERADOR DE EMPILHADEIRA	FIC
OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA	FIC
OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	FIC
PORTEIRO E VIGIA	FIC

Fonte: SETEC/MEC (2016)

### 1.3.3 Instrumento de coleta de dados e Sujeitos da pesquisa

Utilizaram-se como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, cotejando-as com os dados coletados em relação às matrículas, cursos ofertados e bolsas disponibilizadas nas instituições pesquisadas, e com os documentos orientadores da política.

A escolha pela entrevista semiestruturada decorreu dos objetivos estabelecidos para a pesquisa e pelo fato dessa técnica permitir um contato presencial e um diálogo flexível com os sujeitos, extrapolando o roteiro previamente estabelecido e possibilitando que o entrevistado exponha de forma mais aberta e livre sua percepção a respeito dos aspectos abordados, o que amplia e enriquece as informações obtidas para uma posterior análise.

Gil (2008, p.109) descreve a entrevista como “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”, ressaltando ainda a relevância desse instrumento de coleta de dados, pois percebe que a técnica de entrevista colabora na obtenção de informações a respeito do que as pessoas “sabem,

creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”.

As entrevistas foram realizadas com os gestores Pronatec e também com três professores de cada uma das cinco instituições de ensino ofertantes da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas-RS, no período de 2011-2015, contabilizando quatro entrevistas por instituição e um total de 20 entrevistas efetivadas.

Neste trabalho optou-se por preservar a identificação da instituição dos respondentes, sinalizando como: instituição pública - IP, instituição de ensino superior - IES, Sistema Nacional de Aprendizagem – SNA.

### **1.3.4 Procedimentos de análise e interpretação dos dados**

Para o tratamento dos dados e informações coletadas durante a pesquisa foi adotado o método de Análise de Conteúdo de Bardin (1988), que define essa metodologia de análise como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p.42)

Este trabalho de análise foi organizado nas seguintes etapas: Primeiramente, compondo a fase de pré-análise, foram selecionados os documentos (“documentos naturais, produzidos espontaneamente na realidade”) que, junto com as informações coletadas nas entrevistas (“documentos suscitados pelas necessidades de estudo”), formaram o *corpus* do trabalho e, adicionados a hipótese e aos objetivos estabelecidos para pesquisa, fizeram parte do processo de análise (BARDIN, 1988, p.39).

Posteriormente, na fase de exploração do material, que de acordo com Bardin (1988, p. 101) “consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”, foi realizado o manejo do material selecionado e a organização dos dados obtidos, buscando, através do número de incidência de unidades de registro (palavras

ou sentenças completas) que foram destacadas no *corpus*, a construção de categorias que nortearam a análise dos achados da pesquisa.

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados, da inferência e da interpretação, através do aporte teórico desenvolvido durante a pesquisa, foram efetivadas as análises dos dados e informações obtidas, e organizadas nas categorias anteriormente definidas. Nesta última etapa, ainda, buscou-se levantar inferências, estabelecer interpretações e confirmar ou refutar a hipótese previamente delimitada, visando com isso alcançar o objetivo geral e responder a problemática estabelecida (BARDIN, 1988, p.101).

Através da análise dos dados coletados com os sujeitos definidos para o estudo pôde-se identificar quatro categorias que foram relevantes na busca dos objetivos específicos e do objetivo geral da pesquisa. Estas categorias são as seguintes: *O Processo de Definição dos Cursos ofertados pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas; O Acesso à Educação e as Perspectivas Sociais através do Pronatec; A Oferta pública de Cursos Profissionalizantes por meio de Parcerias Público-Privadas; O Perfil de Trabalhador pretendido pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas.*

No próximo capítulo, denominado *A Nova Gestão Públicas e as Implicações para a Educação*, contextualiza-se o momento em que se desenvolviam as políticas educacionais no Brasil no período de maior implementação do Pronatec. Abordando primeiramente o modelo de globalização neoliberal contemporâneo e analisando a relevância da governança e da nova gestão pública para consolidação desse contexto. E, posteriormente, destacando-se as parcerias público-privadas na efetivação das políticas educacionais no cenário brasileiro.

## **CAPÍTULO II. A NOVA GESTÃO PÚBLICA E AS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO**

Para o exercício de compreensão do atual contexto em que emergem as políticas educacionais, é relevante que se perceba o modelo capitalista em vigor e seus reflexos nas alterações no papel do Estado. Em decorrência da crise do modelo Keynesiano no denominado Estado de bem-estar social (*Welfare State*), onde os Estados possuíam um papel de protagonistas na definição das políticas fiscais e monetárias para controlar os ciclos da economia e, também, atuavam com ênfase no provimento de políticas sociais, se instauram as concepções e as práticas neoliberais como solução para os problemas enfrentados pelos países centrais. Embasado no enxugamento do papel do Estado e no livre mercado, o neoliberalismo foi percebido pelas nações desenvolvidas como o modelo a ser adotado para enfrentar a crise e retomar o crescimento de suas economias.

Fazendo referência à adoção de concepções neoliberais como modelo global, Cóssio (2010) argumenta que

Apesar de a crise econômica dos anos 1970 afetar os países de diferentes maneiras e em tempos diferentes em decorrência da trajetória social, econômica e política de cada país, as alternativas para o seu enfrentamento, produzidas pelos países ricos e pelos organismos multilaterais, foram disseminadas de forma hegemônica, passando a ser entendidas como uma receita única e eficaz e assumidas como uma “nova ordem mundial” (p.04).

Com o agravamento das desigualdades e a insuficiência do modelo neoliberal na resolução de problemas sociais que desestabilizavam também o crescimento econômico dos países, emerge como mais uma reconfiguração voltada para os interesses dos detentores do capital e para a manutenção do capitalismo, o chamado modelo da Terceira Via. Com o enfoque de “suavizar” os reflexos neoliberais radicais, a Terceira Via busca atuar no campo das políticas sociais, especialmente com iniciativas de alívio à pobreza, e centrar o seu desenvolvimento na construção de um outro modelo de sociedade, onde se fortaleçam as parcerias entre Estado e a sociedade civil.

Martins e Neves (2010) apontam como iniciativas centrais da “nova pedagogia da hegemonia”

...a interferência na legislação e a concepção de estruturas regulatórias que privilegiam interesses específicos; o fato de o Estado assumir riscos nas tão festejadas parcerias público-privadas; a multiplicidade das maneiras de “vigiar e punir” voltadas à classe trabalhadora; o fato de o Estado ter o dever de proteger os interesses corporativos, se necessário reprimindo a dissensão (p. 71).

Analisando as concepções que sustentam a Terceira Via percebe-se a sua proposta como uma adequação do projeto neoliberal, com ações no campo social que buscam criar um ambiente de maior estabilidade, ao mesmo tempo que impulsionam o crescimento econômico e favorecem os interesses do mercado. As reformas educacionais brasileiras implementadas no período de realização do Pronatec apresentaram algumas similaridades com a lógica do “neoliberalismo da Terceira Via” (NEVES, 2010), pois ao mesmo tempo em que concentraram suas iniciativas para acelerar o aumento dos índices educacionais do país, centraram a formação, principalmente das classes mais pobres, às demandas ligadas aos aspectos econômicos e produtivos.

Observando um dos efeitos relevantes do movimento de globalização sobre a área da educação, Dale e Robertson (2011, p.348) evidenciam a alteração de um “sistema educacional predominantemente nacional para uma distribuição mais fragmentada, multiescalar e multissetorial de atividades que agora envolvem novos atores”.

Diante do modelo de globalização neoliberal pode-se identificar a forte presença de organismos internacionais na definição das agendas políticas e, conseqüentemente, no delineamento das ações a serem desenvolvidas pelas nações consideradas em desenvolvimento. Com o protagonismo do Banco Mundial no encaminhamento dessas proposições, o que se percebe é uma aproximação clara das políticas públicas educacionais efetivadas no Brasil, com a lógica preconizada pelo modelo neoliberal da Terceira Via. Destacam-se, para a realização eficaz das medidas recomendadas, e principalmente, para a sustentação desta lógica, a funcionalidade da nova gestão pública, da governança e do gerencialismo no atual cenário.

O presente capítulo tem por finalidade analisar, discutir e contextualizar o atual momento em que se desenvolvem as políticas educacionais no Brasil. Para isso, será abordado o modelo de globalização neoliberal contemporâneo e analisada a relevância da governança e da nova gestão pública para consolidação desse contexto.

## **2.1 O modelo de Globalização Neoliberal, a Governança e a Nova Gestão Pública**

A atuação de organismos internacionais no campo das políticas públicas nos países periféricos tem se intensificado nas últimas décadas. Esses organismos interferem nas mais diversas áreas e locais, buscando através de suas “orientações”, contemplar os interesses do capital, não sendo diferente no campo educacional brasileiro.

Destacando a atuação dos organismos internacionais nas políticas educacionais do Brasil, Cossio (2015, p.618) faz referência ao maior protagonismo do Banco Mundial - BM a partir dos anos de 1990. A autora descreve que desde o final dos anos de 1960, “intervenções por meio de acordos de cooperação técnica e financeira têm produzido várias consequências para a organização da educação nacional”, mas que nos últimos anos é evidente o maior intervencionismo do BM no caminho a ser percorrido pela política educacional do país. Observando, ainda, que

Por ser um banco, certamente tem interesses econômicos e, por mais que proclame “ideias e proposições humanitárias” aos países em desenvolvimento, não há nenhuma mudança em sua configuração, mantendo-se como um banco, embora com um discurso social, tendo a educação como um forte instrumento de disseminação de seu ideário. Assim, é possível supor uma relação estreita entre os interesses econômicos transnacionais, representados pelo Banco Mundial, e as propostas que apresenta para os países considerados “em desenvolvimento”, como é o caso do Brasil.

Entende-se que o modelo hegemônico de globalização neoliberal é influente no processo de construção das políticas públicas no Brasil, promovendo a disseminação do ideário preconizado pelos detentores do capital, tendo como protagonista o Banco Mundial. Mello (2012, p.27) evidencia

o papel desempenhado pelo BM no processo de definição da agenda global, apontando a sua amplitude de atuação nas mais diversas áreas, como, por exemplo, na assistência ao combate à pobreza, nas reconstruções pós-conflitos, na biodiversidade e principalmente, na governança.

Analisando as alterações ocorridas na área da educação, devido a orientações decorrentes do “ordenamento mundial neoliberal”, Cóssio (2015, p.623) afirma que de acordo com as recomendações dos organismos internacionais, o ensino deve visar a formação com ênfase na “aprendizagem” voltada ao “mercado de trabalho”, e que a reestruturação dos sistemas escolares se orienta pela inserção de conceitos como “inovação, eficiência, eficácia e *performance*”. O que para a autora “significa dizer que a educação de cada país precisa ser reformada sob os auspícios dos novos atores transnacionais”. Dale e Robertson (2011, p.348) também refletem sobre as orientações para os sistemas educacionais das nações, descrevendo que “o novo mandato para a educação cada vez mais privilegia a competitividade econômica global, a aprendizagem pela vida toda e a educação para a economia embasada no conhecimento”.

As alterações nos modelos organizacionais das administrações públicas de diferentes partes do mundo podem ser percebidas a partir da década de 1980. Iniciativas que surgiram embasadas em estratégias de gestão, adotadas pelo setor privado, consolidaram reformulações profundas nas práticas e nas estruturas organizacionais que sustentavam o antigo modelo burocrático adotado pelos Estados. Secchi (2009, p.349) aponta como elementos responsáveis por esses processos de reestruturação a crise do Estado, a competição pelos investimentos privados e pela mão de obra qualificada, os novos conhecimentos organizacionais e tecnologias, o surgimento dos valores pluralistas e neoliberais e a complexidade das sociedades.

Sob a constatação de que a ineficiência do Estado era resultante do modelo burocrático que estava em curso é que se consolida o gerencialismo como modelo organizacional a ser adotado, embasando a formação da nova gestão pública em conceitos como eficiência, eficácia e competitividade. De acordo com Secchi (2009, p.354) o gerencialismo é composto pela administração pública gerencial (APG) e pelo governo empreendedor (GE), e é

sustentado por valores como produtividade, orientação ao serviço, descentralização, *marketization*<sup>1</sup> e *accountability*<sup>2</sup>.

Para Robertson e Verger (2012, p. 1136) as ideias preconizadas pelo *Consenso de Washington* na década de 1980 produziram um modelo de reestruturação do setor público orientado por metas de desempenho, na figura do gestor, no estabelecimento de padrões e indicadores, na administração por resultados, na execução do controle através de auditorias e na terceirização de serviços que eram de responsabilidade do Estado, consolidando o que Hood (1991) denominou como a “Nova Gestão Pública” (NGP).

Esse modelo de organização e gestão foi adotado por países desenvolvidos com intuito de alavancar as concepções neoliberais no setor público, liberando as forças do mercado e reduzindo o papel e o custo do Estado. Ball (2005, p.544) citando Bernstein (1996) observa que a reforma pretendida através da adoção do modelo gerencialista “representa a inserção, no setor público, de uma nova forma de poder, ele é um ‘instrumento para criar uma cultura empresarial competitiva’”.

A redução e dispersão do poder do Estado são relevantes para o que Newman e Clarke (2012, p.09) denominam de “novo gerencialismo”, pois possibilitam que se consolidem novos formatos de gestão e de execução de serviços à população. Abrindo assim, maior espaço para atuação de organizações da sociedade civil (parcerias) em áreas como, por exemplo, a da educação. Para Newman e Clarke (1997)

... a dispersão de poder forma um fio condutor que sustenta uma variedade de novos sistemas e mecanismos, conectando a introdução de processos de mercantilização, a expansão de outros setores não-estatais, processos de centralização e descentralização e variedades de privatização e externalização. A dispersão significou o encolhimento do estado e o simultâneo aumento de seu alcance na sociedade civil (por meio de seu comprometimento com agentes não-estatais) (p. 29).

---

<sup>1</sup> *Marketization* é o termo utilizado para a utilização de mecanismos de mercado dentro da esfera pública. Exemplos de mecanismos de mercado é a liberdade de escolha de provedor por parte do usuário do serviço público e a introdução da competição entre órgãos públicos e entre órgãos públicos e agentes privados.

<sup>2</sup> *Accountability* é um termo de difícil tradução para o português. Literalmente *accountability* significa a prestação de contas por parte de quem foi incumbido de uma tarefa àquele que solicitou a tarefa (relação entre o agente e o principal). A *Accountability* pode ser considerada o somatório dos conceitos de responsabilização, transparência e controle.

Evidenciando, também, que

Estas dispersões – de tarefas, responsabilidades e poder – possuem o efeito de ‘favorecer’ ou ‘empoderar’ diferentes agentes para prestarem bem-estar social: empresas comerciais, consórcios, organizações voluntárias, cuidadores primários e assim por diante (p. 29).

Pode-se perceber a inserção das concepções do gerencialismo no sistema educacional brasileiro à medida que se intensificam, por exemplo, as avaliações em larga escala, e a consequente busca pela *performance* nos diferentes espaços educacionais; bem como a vinculação dos recursos públicos ao número de alunos matriculados pelas instituições de ensino, forçando a expansão da rede como um todo e orientando a sua gestão à busca por resultados.

Outro importante movimento que emergiu junto à reestruturação pós-burocrática foi o da governança, podendo ser considerada como uma nova forma de relacionamento do Estado com os elementos que o circundam, principalmente no que se refere ao processo de construção e efetivação das políticas públicas.

O surgimento desses “novos atores” (organismos internacionais, empreendedores educacionais, corporações, filantropos, organizações não-governamentais - ONGs, etc.) no campo das políticas, com atuação nas mais diversas áreas, consolidou as recomendações disseminadas pelos documentos orientadores da política global. A presença de instituições nacionais e transnacionais no processo de formulação e execução de políticas/ações que originalmente eram de responsabilidade dos Estados-Nação é incentivada e percebida, pelos defensores do modelo, como solução para o desenvolvimento econômico e também social.

O estudo do conceito de governança permite uma melhor compreensão do contexto atual, onde se configuram alterações promovidas pelo novo processo de globalização neoliberal, consolidando novas formas de relacionamento entre Estado, mercado e sociedade civil. Shiroma (2016) descreve o emaranhado dessas relações quando aponta que a

Governança combina práticas distintas num híbrido de mercado, sistema administrativo e organizações não-governamentais (ONG).

As políticas são planejadas e avaliadas em várias redes globais que reúnem OM, governos nacionais, ONG, *think tanks* e grupos de interesse, consultores, empreendedores sociais e corporações transnacionais, de modo que não fica claro quem está no comando. Tais redes políticas compostas por organizações que operam como estruturas acopladas ao Estado são apresentadas como alternativa de política para o “fracasso” ou “ineficiências” do Estado (p. 81).

A aplicação do modelo de governança no campo das políticas educacionais possibilita uma maior influência de diferentes atores nacionais e transnacionais no processo de elaboração e execução de ações nesse campo, permitindo, através dessa lógica, a obtenção de interesses privados e seletivos por meio de um serviço essencial para a população que é a educação. Evidenciar como e por quem as políticas educacionais de um país são definidas e conduzidas é um exercício determinante para que se possa identificar o escopo de intenções, muitas vezes velado, que norteiam o desenvolvimento dessas iniciativas (ROBERTSON, 2013, p.685).

Shiroma (2016, p.83) destaca a importância da formação das parcerias e das redes para a materialidade da governança, identificando que estas criam a “ilusão da participação democrática”, e que perceber essas iniciativas como “virtudes da governança” é um exercício de ressignificação e reducionismo do que vem a ser democracia.

Destacando o objetivo central da governança, Cóssio (2015) salienta que

A ideia é de alargamento das relações e de ampliação das possibilidades de atingir objetivos e metas em favor do “bem comum”, contando com a participação e colaboração de parceiros, quer sejam países, instituições, pessoas, para além do Estado, visto que este, sozinho, na acepção dos formuladores, não é capaz de fazer frente aos grandes desafios dos tempos atuais (p.624).

Esclarecendo ainda que

A sociedade civil, nessa perspectiva, assume um papel central, tanto para realizar os serviços entendidos como “não exclusivos do Estado”, quanto para legitimar o modelo através do controle à distância (avaliações, conselhos, agências reguladoras) das ações realizadas, dando a ideia de transparência e controle social (p.624).

É através da disseminação da governança e implementação de concepções sustentadas pelo modelo neoliberal da Terceira Via que emergem,

fortemente, as parcerias público-privadas no Brasil, atuando na prestação de serviços essenciais para população, como no caso da educação.

Fazendo referência a esse novo modelo de atuação do setor privado no campo das políticas públicas, Oliveira (2011) analisa que

Trata-se de uma reconstrução do Estado em relação à sociedade civil, nomeada de parceira, em que o envolvimento de atores sociais, no nível individual e coletivo, são constantemente buscados, tendo por objetivo encontrar soluções locais para problemas que são muitas vezes de ordem geral. Outro conceito bastante evocado nessas reformas é o de coletividade ou colegialidade, no sentido de criar a noção de um “nós” comprometido com o destino, ou melhor, com a eficácia da execução das políticas (p. 83).

A nova gestão pública e a governança sustentam a ideia de inserção da iniciativa privada no setor público, por meio de parcerias público-privadas que permitam uma maior participação de organizações da sociedade civil (ONGs, Organização da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, etc.) na prestação de serviços que, anteriormente, eram de responsabilidade exclusiva do Estado.

O capítulo seguinte, denominado *O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego*, tem como objetivo apresentar o Pronatec e descrever as principais características da ação da Bolsa-Formação do programa. Primeiramente, é desenvolvida uma breve descrição de todas as iniciativas que compõem o Pronatec. Em seguida, destaca-se especificamente a iniciativa da Bolsa-Formação. E, por fim, são abordadas as parcerias público-privadas na Bolsa-Formação/Pronatec, com a apresentação dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – SNA e com o destaque da possibilidade de oferta dessa ação por meio de instituições privadas de ensino.

### **CAPÍTULO III. O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC**

O Pronatec foi criado no ano de 2011, através da lei nº 12.513, a qual foi alterada posteriormente pela Lei 12.816, de 5 de junho de 2013, incorporando iniciativas que vinham sendo efetivadas e inserindo novas políticas na área da educação profissional e tecnológica do país. O programa apresenta os seguintes objetivos:

- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância, e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011).

Para alcançar os objetivos estabelecidos, o Pronatec contempla as seguintes ações:

- Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Brasil Profissionalizado;
- Rede e-Tec Brasil;
- Acordo de Gratuidade com o Sistema S;
- Bolsa-Formação (PRONATEC, 2015).

Este capítulo tem como finalidade apresentar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e descrever as principais características da ação da Bolsa-Formação do programa. Primeiramente é desenvolvida uma breve descrição de todas as iniciativas que compõem o Pronatec. Em seguida, destaca-se, especificamente, a iniciativa da Bolsa-Formação. E, por fim, são abordadas as parcerias público-privadas na Bolsa-Formação/Pronatec, com a apresentação dos Serviços Nacionais de Aprendizagem e com o destaque da possibilidade de oferta dessa ação por meio de instituições privadas de ensino.

### 3.1 Ações do Pronatec

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica teve como ponto determinante de seu crescimento a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, onde 38 institutos federais foram criados. Estes atuam em cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, especializações, mestrados e doutorados. No total da rede federal, somam-se aos institutos 24 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais, 2 Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica e o Colégio Pedro II.

Após a implementação do Pronatec a expansão da rede federal apresenta, entre os anos de 2011 e 2014, 208 novas unidades, que totalizam 562 unidades em funcionamento, contabilizando mais de um milhão de matrículas em diferentes níveis e modalidades dos cursos ofertados (GALLINDO *et al*, 2015, p. 23).

O Programa Brasil Profissionalizado é uma política instituída através do Decreto nº 6.302 de 2007, com o objetivo de fortalecer as redes estaduais e distritais que atuam no desenvolvimento do ensino profissional e tecnológico. As ações dessa iniciativa foram efetivadas em 25 unidades da federação, através de construções, reformas e ampliações de instituições de ensino. Os números apresentados pelo governo contabilizam 78 construções e 226 ampliações e reformas, totalizando 304 obras finalizadas. Seguem em execução 100 obras no item construção e 94 ampliações/reformas. Os investimentos também contemplaram instalações de laboratórios, compra de mobiliário e equipamentos, bem como o revigoramento no acervo bibliográfico das escolas (GALLINDO *et al*, 2015, p. 23).

Outra ação que foi inserida ao Pronatec é a Rede e-Tec Brasil. Esta tem sua origem no ano de 2007 através do decreto nº 6.301 de 12 de dezembro, que instituiu o então Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil, que foi revogado no ano de 2011 e substituído pelo decreto 7.589 de 26 de outubro, estabelecendo no âmbito do Ministério da Educação, a atual Rede e-Tec Brasil. Esta iniciativa tem atuado na expansão e democratização da educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância e

tem uma sistemática que se desenvolve através do regime de colaboração da União com instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem que ofertam cursos de educação profissional e tecnológica, e com instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino (BRASIL, 2011). A rede apresenta mais de 275 mil matrículas em cursos técnicos através da Educação a Distância - EaD, tendo um total de 985 polos de apoio presencial em todo o território brasileiro (GALLINDO *et al*, 2015, p. 23).

O Acordo de Gratuidade firmado com o Sistema S, mais precisamente do MEC e os ministérios do Trabalho e Emprego (TEM) e da Fazenda (MF), com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC) é outra ação vinculada ao Pronatec e merece destaque pela sua abrangência em termos de cursos de modalidades e pelo percentual de vagas, desde o surgimento do programa, principalmente por meio da bolsa-formação.

Através dos decretos nº 6.633/2008, nº 6.635/2008, nº 6.632/2008 e nº 6.637/2008, de 5 de novembro de 2008, ficou consignado o referido acordo de gratuidade, onde o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, O Serviço Social da Indústria e o Serviço Social do Comércio – SESC, ficam comprometidos, através de uma escala percentual crescente anualmente, em direcionar parte de suas receitas líquidas de contribuições compulsórias à oferta gratuita de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para pessoas de baixa renda. A Tabela 2 evidencia os percentuais estabelecidos entre os anos de 2009 a 2014 para os integrantes do sistema S.

**Tabela 2.** Percentual de recursos, oriundos de receitas líquidas das contribuições compulsórias, destinados pelos Serviços Sociais Autônomos à oferta gratuita de cursos às pessoas de baixa renda

<b>Integrantes do Sistema S</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
SENAI	50%	53%	56%	59%	62%	66,6%
SENAC	20%	25%	35%	45%	55%	66,6%
SESC	10%	15%	20%	25%	30%	33,3%
SESI	6%	7%	10%	12%	14%	16,6%

Também instituída pela Lei 12.513/2011, a Bolsa-Formação é uma nova ação desenvolvida pelo Pronatec. Esta é efetivada através da Bolsa-Formação Estudante, para incentivar a oferta de cursos técnicos, e da Bolsa-Formação Trabalhador, para potencializar a implementação de cursos de formação inicial e continuada. A prática dessa iniciativa é desenvolvida através da utilização das redes pública e privada que atuam no campo da educação profissional e tecnológica, bem como dos serviços nacionais de aprendizagem e das instituições privadas de ensino superior.

De acordo com o Art. 4º, § 1º da Lei 12.513/2011, a Bolsa-Formação Estudante será destinada a:

- I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- II - trabalhadores;
- III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e
- IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

A Bolsa-Formação Trabalhador conforme o § 2º do mesmo artigo tem o objetivo de atender ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Dados oficiais do governo evidenciam que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego apresenta mais de 8,1 milhões de matrículas de 2011 a 2014. Sendo 2,3 milhões dessas em mais de 220 cursos técnicos e 5,8 milhões em mais de 640 cursos de formação inicial e continuada.

Produzindo esses números através da política de expansão física das redes públicas federal e estadual, bem como pelo crescimento da oferta de cursos presenciais e a distância, com a colaboração também do Sistema S e de instituições privadas de ensino, envolvendo ao todo, quinze ministérios na implementação do programa (FALCÃO e FERES, 2015, p. 05).

Falcão e Feres (2015) fazem referência ao Pronatec de inclusão de pessoas ao mundo do trabalho quando apontam que

O Programa nasce com a perspectiva de que essa realidade pode ser mudada e que para isso é fundamental o compromisso de todos os parceiros na compreensão da realidade e que com investimento no processo de educação profissional de qualidade, essa realidade pode ser transformada, mudando as oportunidades de educação e de trabalho dessa parcela da população, que via de regra não consegue vencer as barreiras das condições de pobreza em que se encontra (p.07);

É importante ressaltar a observação de Falcão e Feres (2015) ao fazerem referência ao período de criação do Pronatec. Estes salientam que quando o programa foi desenhado e teve o início em 2011, o contexto vivenciado pelo país era muito próspero. O panorama da economia brasileira era bem diferente da recessão atual. O Brasil apresentava crescimento em vários setores e o mercado de trabalho necessitava de profissionais das mais diversas áreas e atividades. De acordo com os autores “Havia da parte do empresariado uma clara demanda de investimentos na formação e capacitação profissional de um maior número de pessoas, de modo a garantir o preenchimento de novas vagas” (p.07).

Pode se perceber, ao analisar a legislação e a documentação que orienta o Pronatec/Bolsa-Formação, bem como o posicionamento dos representantes do governo envolvidos diretamente com a realização desta política, um propósito de relacionar as demandas do mercado com a inserção de pessoas excluídas do mundo do trabalho formal. Essa constatação pode ser identificada no texto de Falcão e Feres (2015), quando estes descrevem que

Considerado o amplo segmento de trabalhadores informais, e de jovens mulheres com credenciais de escolaridade crescente, mas com pouca experiência profissional comprovada, os cursos de formação profissional foram saudados como uma alternativa viável e que atendia tanto aos anseios do empresariado, quanto de sindicatos e da população em geral (07);

Gallindo *et al* (2015, p.26) ressaltam que o Pronatec merece destaque na agenda de políticas sociais, pois utiliza as instituições de ensino com experiência na área da educação profissional e tecnológica para “compreender e articular as políticas de educação, de trabalho e de desenvolvimento social e econômico, reconhecendo demandas objetivas de cada contexto e as necessidades e interesses dos indivíduos”. Salientando, ainda, que a realização dos cursos ofertados pelo programa segue as orientações dos seguintes princípios político-pedagógicos

- O direito ao pleno desenvolvimento pessoal, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, assegurado na Constituição Federal do Brasil, de 1988, proclamado, também, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, no seu art. 26, e ratificado na Recomendação 195 (Sobre o desenvolvimento dos recursos humanos: educação, formação e aprendizagem permanente) da Conferência Internacional do Trabalho, publicada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2004.
- O compromisso com a elevação da escolaridade da população, uma condição imprescindível para os processos de qualificação profissional comprometidos com a formação integral do trabalhador.
- O estímulo à continuidade e à progressividade dos estudos, na perspectiva de consolidar a autonomia e a emancipação do sujeito, como condição para superação das desigualdades sociais (p.26).

Diante das observações referenciadas por Falcão e Feres (2015) e Gallindo *et al* (2015, p.26) se percebe, claramente, a forte vinculação do Pronatec com as demandas do empresariado, visando através dos cursos promovidos pelo programa, atender a necessidade do mercado, mas também da população, através da qualificação de pessoas que buscam o acesso ao emprego e à renda.

O que se entende relevante diante desta relação é identificar se através da realização do Pronatec, por meio de PPPs, os interesses do mercado estão sendo preponderantes em relação às necessidades da população e ao verdadeiro papel da educação, que é de educar para cidadania e contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade melhor para todos. E não o de visar, exclusivamente, a inclusão de pessoas no mercado de trabalho, notadamente para trabalhos considerados simples, ou priorizar as demandas de fortalecimento do sistema capitalista que, em sua essência, é excludente, na medida em que o principal objetivo é a acumulação do capital (lucro).

### 3.2 Bolsa-Formação/ Pronatec

Regulamentada atualmente pela Portaria MEC nº 817 de 13 de agosto de 2015, substituindo a Portaria MEC nº 168 de 2013, e criada pela Lei nº 12.513 de 2011, a Bolsa-Formação é uma nova ação desenvolvida após a instituição do Pronatec. Esta iniciativa do programa tem o papel de ofertar gratuitamente cursos profissionais técnicos de nível médio e também cursos de formação inicial e continuada, através do repasse de recursos do governo federal para a rede pública de educação profissional e tecnológica, para os serviços nacionais de aprendizagem e também para instituições da rede privada de ensino superior e de educação profissional, por meio das modalidades de Bolsa-Formação Trabalhador e Bolsa-Formação Estudante.

De acordo com o Art. 2º da Portaria MEC nº 817 de 2015, a Bolsa-Formação tem os seguintes objetivos:

- I – potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica;
- II – formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País;
- III – ampliar e diversificar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País;
- IV – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- V – incentivar a elevação de escolaridade;
- VI – integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica;
- VII – democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica; e
- VIII – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

A Bolsa-Formação Trabalhador é destinada para a oferta dos cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, e a Bolsa-Formação Estudante para o desenvolvimento dos cursos técnicos de nível médio nas formas concomitante, integrada e subsequente (BRASIL, 2015).

Segundo o Art. 16 da Portaria MEC nº 817 de 2015, são agentes de implementação dos cursos no âmbito da Bolsa-Formação

- I – Ministério da Educação, por intermédio:
  - a) da SETEC-MEC;
  - b) da Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação – DTI-MEC.
- II – o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;

III – as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Rede Federal de EPCT que firmarem Termo de Cooperação como parceiros ofertantes;

IV – as instituições públicas das redes estaduais, distrital e municipais, cujos órgãos gestores firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes; CONJUR/GSN/JGA

V – as Instituições de Ensino Superior – IES estaduais, distrital e municipais com cursos técnicos previamente autorizados pelos respectivos Conselhos de Educação e que firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

VI – as instituições dos SNA, cujos órgãos gestores nacionais firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

VII – as IES privadas e de educação profissional técnica de nível médio, doravante denominadas instituições privadas, devidamente habilitadas pelo MEC, cujas mantenedoras firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

VIII – as fundações públicas, inclusive as públicas de direito privado, precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica que firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

IX – os Ministérios e outros órgãos da Administração Pública Federal que celebrarem Acordo de Cooperação Técnica como parceiros demandantes; e

X – as secretarias estaduais e distrital de educação e as Secretarias vinculadas ao MEC que firmarem Termo de Adesão como parceiros demandantes.

Dentre as atribuições da SETEC/MEC estão a de: gerenciar a oferta da Bolsa-Formação; regulamentar os cursos a serem ofertados por meio do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e do Guia Pronatec de Cursos FIC; cooperar na articulação entre parceiros demandantes e ofertantes; administrar e utilizar o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) como a apoio à gestão da oferta da Bolsa-Formação; aprovar, ajustar e repactuar os compromissos firmados (pactuação de vagas) entre os parceiros ofertantes e demandantes da Bolsa-Formação; monitorar e avaliar a realização das pactuações, a execução dos cursos e a frequência dos alunos; aprovar o pagamento às instituições privadas; definir os valores dos recursos a serem repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE aos parceiros ofertantes das redes públicas e dos SNA, publicizando essas informações; solicitar ao FNDE o pagamento das mensalidades às instituições privadas de ensino, referente aos alunos participantes dos cursos técnicos ofertados na forma subsequente; elaborar parecer relativo à prestação de contas apresentada pelos ofertantes ao FNDE; conduzir o processo de habilitação de instituições privadas de ensino para a oferta dos cursos por meio da Bolsa-Formação; emitir normas

complementares à realização da política da Bolsa-Formação e manter atualizado o Manual de Gestão da mesma (BRASIL, Art. 18, 2015).

Dentre as atribuições dos parceiros demandantes dos cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação estão as de: informar aos parceiros ofertantes suas demandas de formação; divulgar os cursos em conjunto com os parceiros ofertantes; efetivar o processo de seleção dos alunos; proceder a pré-matrícula dos beneficiários selecionados; delimitar e informar a SETEC/MEC a caracterização da demanda (modalidade, perfil dos beneficiários, cursos ofertados, localização geográfica da oferta, número de vagas e os procedimentos que serão adotados na seleção); informar a SETEC/MEC a ocorrência de anormalidades com a execução da oferta (BRASIL, Art. 21, 2015).

Dentre as atribuições dos ofertantes da Bolsa-Formação estão as seguintes: proceder a pactuação da oferta com os demandantes (no caso das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica - EPT e dos SNA); inserir no SISTEC os cursos ofertados, bem como as respectivas cargas horárias e os quantitativos de vagas disponibilizadas; suprir as demandas por oferta de vagas existentes, observando o perfil dos beneficiários, os cursos solicitados e a localização geográfica da oferta; elaborar e aprovar o projeto pedagógico do curso ofertado; utilizar os recursos repassados pelo FNDE na efetivação integral da oferta; prover as condições de infraestrutura e de pessoal para o desenvolvimento adequado dos cursos; inserir no SISTEC as ofertas de cursos por meio da Bolsa-Formação; proceder o processo de matrícula, atentando para o preenchimento da documentação pertinente e aos critérios estabelecidos para o perfil dos beneficiários; confirmar no SISTEC as matrículas dos beneficiários pré-matriculados; efetivar o controle de frequência e de desempenho dos alunos; informar no SISTEC a situação final dos matriculados ao término dos cursos; emitir certificados e diplomas; prestar contas dos recursos recebidos para a oferta dos cursos (BRASIL, Art. 22, 2015).

Os cursos e vagas a serem pactuados por meio da Bolsa-Formação serão definidos por meio de processo de pactuação de vagas organizado periodicamente pela SETEC/MEC; por meio de edital específico para a

proposta de oferta de vagas pelos parceiros ofertantes; ou por meio de processo de pactuação de vagas e/ou planos de trabalho a serem apresentados pelas instituições (BRASIL, Art. 25, 2015).

O processo de pactuação de vagas é organizado pela SETEC/MEC com a possibilidade de participação das instituições públicas e dos SNA. O Art. 33 da Portaria nº 817 de 2015 estabelece ainda que

A sociedade civil organizada e o setor produtivo serão incentivados a cooperar com a SETEC-MEC, no que couber, no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das ações da Bolsa-Formação resultantes do processo de pactuação.

De acordo com Gallindo *et al* (2015, p.29), os atuais parceiros demandantes da Bolsa-Formação são

- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- Ministério das Comunicações (MC)
- Ministério da Defesa (MD)
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
- Ministério da Cultura (MINC)
- Ministério da Justiça (MJ)
- Ministério da Pesca e Agricultura (MPA)
- Ministério da Previdência Social (MPS)
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- Ministério do Turismo (MTUR)
- Secretaria de Direitos Humanos (SDH)
- Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Secretaria de Micro e Pequenas Empresas (SMPE)
- Secretarias Estaduais e Distrital de Educação.

É de responsabilidade do demandante fazer a identificação das necessidades de sua região, realizando o mapeamento e a caracterização das demandas existentes em cada área de seu interesse, bem como efetivar os processos de mobilização e seleção dos alunos, observando as prioridades estabelecidas pela legislação que institui o Pronatec e em consonância com as políticas que motivam as demandas apresentadas. Gallindo *et al* (2015) exemplifica tal procedimento referenciando que

...na medida em que o MDS define como prioridade o atendimento a mulheres cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) e em situação de vulnerabilidade social, no caso do Pronatec Mulheres Mil, terá de utilizar mecanismos

de seleção que favoreçam o atendimento previsto. Se o MMA apresenta demandas específicas para os catadores de resíduos, com o propósito de fortalecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos, irá aplicar critérios e procedimentos que assegurem a distribuição das vagas para esse público (p.29).

E enfatiza a concepção do programa de articular o seu desenvolvimento a outras políticas que estão sendo efetivadas pelo governo, quando aponta que

...a oferta de cursos por intermédio da Bolsa-Formação está diretamente relacionada a outras políticas, programas, planos ou ações, tais como o Plano Brasil sem Miséria, voltado ao atendimento de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza; o Seguro-Desemprego, para atendimento de beneficiários que solicitam o benefício a partir da segunda vez; o Programa Mulheres Mil, que atua junto a mulheres em situação de vulnerabilidade social; o Plano Viver sem Limite, que prevê o atendimento prioritário de pessoas com deficiência; o Programa Nacional de Educação no Campo – PRONACAMPO, que focaliza populações do campo; o Plano Brasil Maior voltado à política industrial, tecnológica e de comércio exterior; dentre outros com recorte de gênero, raça, ocupação e geração (p.31)

A modalidade de demanda é que permite identificar o perfil específico do público a ser atendido, delimitando com isso, os critérios estabelecidos para o preenchimento das vagas ofertadas. Essas modalidades estão ligadas às secretarias ou aos ministérios demandantes, onde cada um pode ter uma ou mais modalidades de demanda a serem desenvolvidas. Estas são acordadas entre o MEC e os parceiros demandantes no momento de adesão ao programa e possuem tipologias que caracterizam a composição das turmas. Os tipos das modalidades de demandas são: exclusiva, prioritária e compartilhada. A modalidade Pronatec Exército, por exemplo, é do tipo exclusiva, pois os beneficiários são exclusivamente militares da ativa do Exército. Uma modalidade do tipo prioritária salienta que determinado público terá atendimento preferencial para a formação das turmas. Um exemplo desse tipo de modalidade de demanda é o Pronatec Seguro-Desemprego. A modalidade do tipo compartilhada se caracteriza por não ter restrições para ocupação das vagas, admitindo o compartilhamento na composição das turmas com outras modalidades (GALLINDO *et al*, 2015, P. 32).

Os parceiros demandantes citados anteriormente, na maioria das vezes, possuem representantes que atuam como interlocutores no processo de definição das demandas e na solicitação dos respectivos cursos a serem

ofertados em suas regiões. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por exemplo, possui os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como suas unidades demandantes. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apresenta como representante as unidades do Sistema Nacional de Emprego (SINE). No caso do Pronatec Campo existe uma configuração mais complexa de definição de demandas, com a constituição de um Comitê Estadual do Pronatec composto por representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), das instituições ofertantes, de Movimentos Sociais e Sindicais, do Fórum Estadual de Educação do Campo (ou equivalente), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (GALLINDO *et al*, 2015, p. 29).

A pré-matrícula dos interessados nos cursos ofertados via Bolsa-Formação é realizada nas unidades que representam os demandantes nacionais, e após isso, o beneficiário tem até 07 dias para efetuar a sua matrícula na unidade de ensino ofertante. As vagas preenchidas na fase de pré-matrícula que não forem confirmadas através da matrícula, ficam disponíveis pela Internet<sup>3</sup> para ocupação de outros interessados (GALLINDO *et al*, 2015, p. 30).

A Bolsa-Formação Estudante visa a oferta de cursos técnicos de no mínimo 800 horas, embasados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) do MEC (PRONATEC, 2016). Os cursos ofertados pelo Bolsa-Formação Estudante podem ser desenvolvidos nas formas concomitante, integrada ou subsequente ao ensino médio. A oferta concomitante é destinada a estudantes em idade própria e a jovens e adultos, regularmente matriculados no ensino médio, a partir do segundo ano, prioritariamente em instituições da rede pública. A forma integrada ao ensino médio por meio da Bolsa-Formação Estudante é exclusiva para modalidade de jovens e adultos (Educação de Jovens e Adultos - EJA), ou seja, para beneficiários que possuem idade igual ou superior a 18 anos e que não tenham concluído o ensino médio. A oferta

---

<sup>3</sup> <http://pronatec.mec.gov.br>

subsequente é destinada para alunos que já concluíram o ensino médio, priorizando aqueles que tenham frequentando este integralmente, em instituição da rede pública ou em escolas privadas na condição de bolsista integral (BRASIL, Art. 3, Art. 40, 2015).

Os cursos técnicos ofertados na forma concomitante e integrada poderão ser desenvolvidos por instituições das redes públicas, pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem e instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio. Na oferta subsequente, acrescenta-se a possibilidade de instituições privadas de ensino superior, devidamente habilitadas pela SETEC/MEC, também ofertarem cursos através da Bolsa-Formação Estudante (BRASIL, Art. 48, 2015).

A Bolsa-Formação Trabalhador é destinada ao desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada ou, também, de qualificação profissional, de no mínimo 160 horas, de acordo com o Guia Pronatec orientador dos cursos FIC (PRONATEC, 2016).

A oferta dos cursos por meio da Bolsa-Formação Trabalhador é destinada a alunos com idade igual ou superior a 15 anos e a escolaridade mínima dos beneficiários é estabelecida pelo Guia Pronatec de Cursos FIC. Em dois casos específicos é permitida a matrícula de alunos com 14 anos de idade - em se tratando de beneficiários de programas federais de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e, nos cursos vinculados a Contrato de Aprendizagem Profissional (BRASIL, Art. 28, 2015). Os cursos da Bolsa-Formação Trabalhador podem ser ofertados por meio de instituições das redes públicas de EPT e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (BRASIL, Art. 48, 2015).

O processo de seleção dos beneficiários dos cursos FIC e dos cursos técnicos, ofertados nos formatos concomitante e integrado, serão desenvolvidos diretamente pelos parceiros demandantes, após a pactuação de vagas com as instituições ofertantes e a homologação da SETEC/MEC. Os beneficiários dos cursos técnicos, desenvolvidos na forma subsequente ao ensino médio, serão selecionados por meio de processo seletivo unificado regido por edital específico, segundo o previsto na Portaria MEC nº 671, de 2013. Para vagas remanescentes, a seleção dos beneficiários, conforme

procedimentos definidos no Manual de Gestão da Bolsa-Formação e/ou edital específico, poderão ocorrer por meio de inscrições on-line (BRASIL, Art. 53, 2015).

O valor da Bolsa-Formação, que é repassado pela SETEC/MEC para as instituições das redes públicas de EPT e aos Serviços Nacionais de Aprendizagem, ofertantes dos cursos FIC e dos cursos técnicos, é referente ao custo total do curso por beneficiário, incluindo mensalidades e encargos educacionais, bem como o custeio de assistência estudantil e os insumos necessários para o curso (BRASIL, Art. 7, 2015).

A assistência estudantil que é prestada aos alunos da Bolsa-Formação corresponde aos auxílios para alimentação e transporte, sendo concedida apenas para beneficiários dos cursos FIC e técnicos, ofertados nas formas concomitante e integrada. Nos insumos destinados aos alunos para a participação nos cursos estão os materiais escolares gerais e específicos e também uniformes no caso de escolas que adotem essa prática (BRASIL, Art. 7, 2015).

Os recursos que são repassados para os parceiros ofertantes anualmente são referentes ao número de vagas pactuadas pelas instituições. Estas são convertidas em horas-aluno após a realização das matrículas no SISTEC. A hora-aluno equivale à oferta de 60 minutos de aula a um estudante, com isso, o total de recurso que o parceiro ofertante faz jus é obtido através da multiplicação do número de vagas registradas no SISTEC pela carga horária do curso que é estabelecida em horas-aula (BRASIL, Art. 79, 2015). O valor a ser pago pela Bolsa-Formação, para os cursos ofertados por meio de processo de pactuação de vagas, é definido pelo Poder Executivo e fixado por meio de Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, Art. 78, 2015).

No caso da oferta dos cursos técnicos por instituições privadas de EPT e de ensino superior, a Bolsa-Formação concede uma bolsa de estudo aos alunos na forma de mensalidades. O valor a ser pago para alunos matriculados é definido pelo parceiro ofertante e aprovado pela SETEC/MEC (BRASIL, Art. 7, 2015).

### **3.3 As parceiras público-privadas na oferta do Pronatec/Bolsa-Formação**

A oferta do Pronatec/Bolsa-Formação, como apresentado anteriormente nesse capítulo, é viabilizada por diferentes agentes que atuam no campo educacional brasileiro. Entre esses parceiros ofertantes estão os Serviços Nacionais de Aprendizagem - SNA e também instituições privadas de ensino superior ou de educação profissional técnica de nível médio. Por ser a temática explorada nessa pesquisa, entende-se como apropriado caracterizar os SNA e explorar as principais diretrizes que orientam o desenvolvimento dos cursos através de instituições privadas.

#### **3.3.1 Os Serviços Nacionais de Aprendizagem- SNA**

O Sistema S ou Serviços Sociais Autônomos é composto por organizações que estão ligadas a diferentes entidades corporativas do setor produtivo do Brasil, como o comércio, a indústria, a agricultura, o transporte e as cooperativas. Este conjunto de organizações estão voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica de acordo com o interesse das entidades a que estão ligadas diretamente.

Os principais Serviços Sociais Autônomos que compõem o Sistema S são o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, o Serviço Social do Comércio - SESC, o Serviço Social da Indústria - SESI; o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, o Serviço Social de Transporte - SEST, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.

Classificados como entidades paraestatais (MEIRELLES,1992; JUSTEN FILHO, 2006), os Serviços Sociais Autônomos de acordo com Borges (2011) são considerados

...como entidades com criação autorizada por lei, com personalidade de direito privado, sem fins lucrativos, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou profissionais, vinculadas ao sistema sindical, mantidas por contribuições parafiscais ou dotações orçamentárias (p.02).

Justen Filho (2006) apud Borges (2011) caracteriza os Serviços Sociais Autônomos de acordo com os seguintes aspectos

- seus administradores não são nomeados pelo Estado, mas escolhidos segundo processos eleitorais próprios;
- não recebe determinações governamentais e seus atos não se caracterizam como manifestação da vontade estatal;
- seu objeto social é fornecer utilidades para os integrantes de certas categorias, relativamente à assistência social e, em especial, à formação educacional;
- trata-se de atuação material administrativa não governamental, de cunho prestacional;
- trata-se uma espécie de autogoverno privado, que consiste na vinculação de sua atuação a um setor empresarial ou a uma categoria profissional, que recebe o poder de promover a gestão de organizações criadas para a satisfação de interesses comuns;
- mantêm-se pela percepção de contribuições obrigatórias, de natureza tributária, incidentes sobre os exercentes das atividades ou das categorias profissionais abrangidas, com o poder de auto-gestão relativamente ao destino e aplicação dos recursos (p.03).

O surgimento dos Serviços Sociais Autônomos teve seu início com a instituição do SENAI em 1942, posteriormente, em 1946, foram criados o SESI, o SESC e o SENAC. No início da década de 1990 surgiram o SEBRAE, o SENAR, o SEST e o SENAT.

As organizações do Sistema S que compõem os Serviços Nacionais de Aprendizagem (Serviços Sociais Autônomos voltados para o desenvolvimento de qualificação profissional das diferentes áreas de interesse de entidades corporativas do setor produtivo do país) e que ofertam cursos através do Pronatec/Bolsa-Formação são o SENAI, o SENAC, o SENAT e o SENAR.

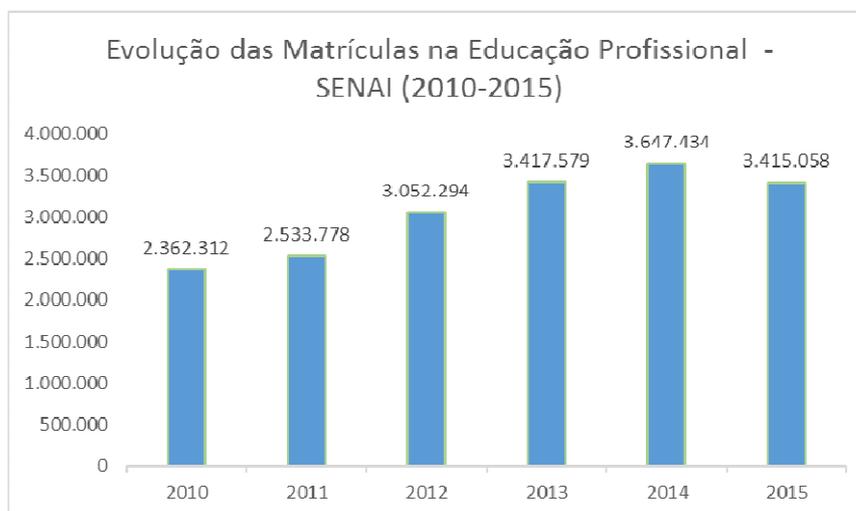
Dirigido pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, o SENAI foi criado pelo decreto nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, de acordo com o art. 2º deste decreto "Compete ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários". O SENAI é custeado com recursos oriundos das contribuições mensais dos estabelecimentos industriais enquadrados na CNI (1% sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados). Segundo o art. 2º do decreto nº

6246, de 5 de fevereiro de 1944, são estabelecimentos contribuintes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial:

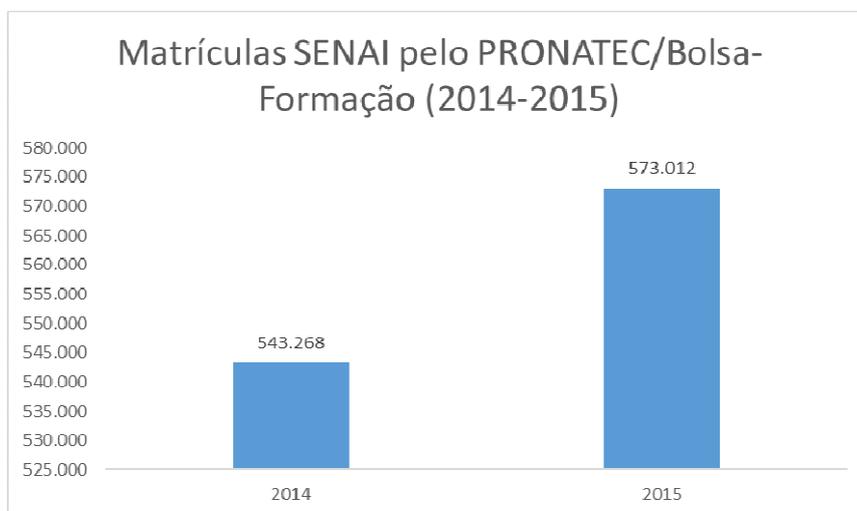
- a) as empresas industriais, as de transportes, as de comunicações e as de pesca;
- b) as empresas comerciais ou de outra natureza que explorem, acessória ou concorrentemente, qualquer das atividades econômicas próprias dos estabelecimentos indicados na alínea anterior.

O SENAI contabiliza em torno de 64,7 milhões em número de formação de trabalhadores desde sua criação. Atuando em 28 áreas da indústria, com 518 unidades fixas e 504 unidades móveis em 2,7 mil municípios do país, seus cursos ofertados contemplam desde a iniciação profissional, a formação inicial e continuada, os cursos técnicos de nível médio e os cursos superiores de graduação e de pós-graduação (SENAI, 2016). Os Gráficos 1 e 2 evidenciam a evolução no número de matrículas do SENAI no período de 2010 – 2015 e o número de matrículas efetivadas em parceria com o Pronatec/Bolsa-Formação.

**Gráfico 1.** Evolução das Matrículas na Educação Profissional – SENAI (2010 – 2015)



Fonte: SENAI, 2016.

**Gráfico 2.** Matrículas SENAI pelo Pronatec/Bolsa-Formação (2014 – 2015)

Fonte: SENAI, 2016.

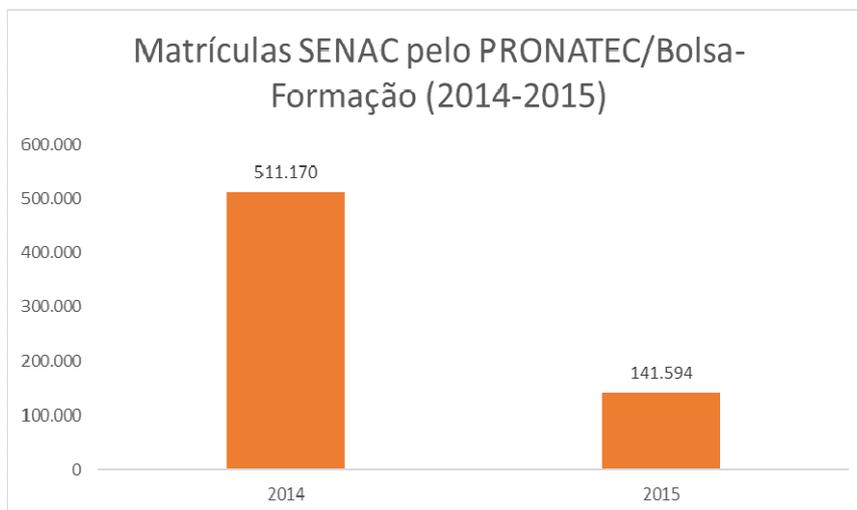
Criado pelo decreto nº 8621 de 1946, o SENAC é ligado à Confederação Nacional do Comércio – CNC. Seus recursos provêm da contribuição dos estabelecimentos comerciais com atividades “enquadradas nas Federações e Sindicatos coordenados pela Confederação Nacional do Comércio” (BRASIL, 1946). Estão entre os principais objetivos do SENAC, segundo o art. 1º do decreto 61.843 de 1967

- a) realizar, em escolas ou centros instalados e mantidos pela Instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem comercial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob a sua jurisdição, nos termos do dispositivo constitucional e da legislação ordinária.
- b) orientar, na execução da aprendizagem metódica, as empresas às quais a lei concede essa prerrogativa;
- c) organizar e manter cursos práticos ou de qualificação para o comerciário adulto;
- d) promover a divulgação de novos métodos e técnicas de comercialização, assistindo, por esse meio, aos empregadores na elaboração e execução de programas de treinamento de pessoal dos diversos níveis de qualificação;
- e) assistir, na medida de suas disponibilidades, técnicas e financeiras, às empresas comerciais, no recrutamento, seleção e enquadramento de seu pessoal;
- f) colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino superior imediata que com ele se relacionar diretamente.

No ano de 2015 o SENAC contabilizou 1.476.972 matrículas em 637 unidades operativas, atendendo 2.230 municípios do país. Pela parceria com o

Pronatec/Bolsa-Formação, como pode-se perceber no Gráfico 3, no ano 2014 foram realizadas 511.170 matrículas e em 2015 foram 141.594 matrículas efetivadas (SENAC, 2016).

**Gráfico 3.** Matrículas SENAC pelo Pronatec/Bolsa-Formação (2014-2015)



Fonte: SENAC, 2016.

O SENAR foi criado pela Lei nº 8.315 de 23 de dezembro de 1991, é uma entidade mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. O Art. 1º desta lei estabelece como objetivo do SENAR a função de

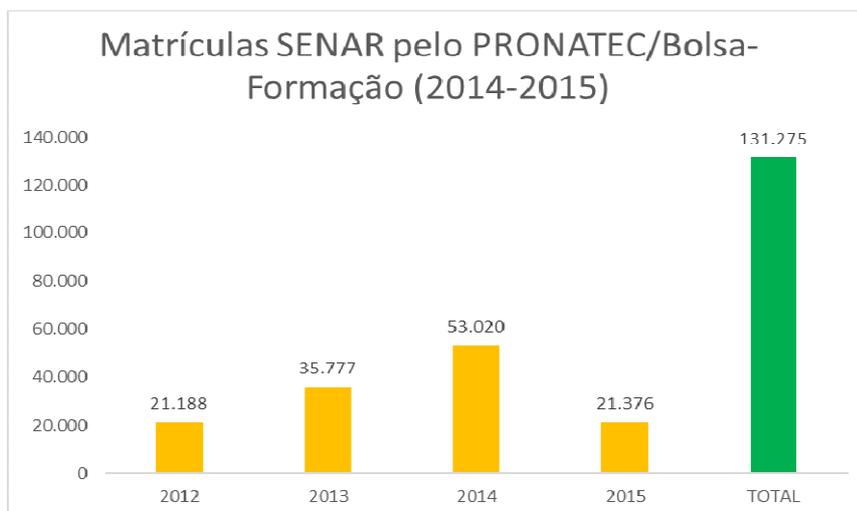
...organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais.

O SENAR possui como uma das fontes de recursos, a contribuição mensal compulsória de 2,5% sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados por empresas que exerçam atividades agroindustriais, agropecuárias, extrativistas vegetais e animais, cooperativistas rurais, sindicais e patronais rurais (BRASIL, 1941).

No ano de 2015 o SENAR contabilizou mais de 4,5 milhões de atendimentos de produtores e trabalhadores inseridos no processo agrossilvipastoril. Dentre estes números, estão as 707.780 matrículas de Formação Profissional Rural, as 283.555 de Promoção Social, as 1,8 milhões

nos Programas Especiais com finalidades voltadas à educação profissional e/ou promoção social e as 1,4 milhões em seminários, palestras e oficinas (SENAR, 2016). A atuação do SENAR no Pronatec/Bolsa-Formação pode ser visualizada no Gráfico 4, com o desenvolvimento das matrículas efetivadas nos anos de 2012 a 2015.

**Gráfico 4.** Matrículas SENAR pelo Pronatec/Bolsa-Formação (2014 – 2015)



Fonte: SENAR, 2016.

Instituído pela lei nº 8.706 de 1993, o SENAT, de acordo com o Art. 3º desta lei, tem a competência de atuar

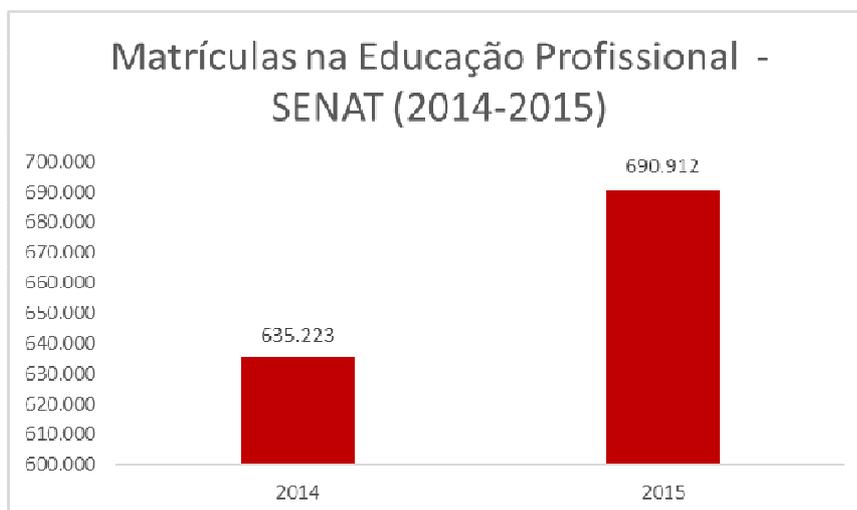
... em estreita cooperação com os órgãos do Poder Público e com a iniciativa privada, gerenciar, desenvolver, executar, direta ou indiretamente, e apoiar programas voltados à aprendizagem do trabalhador em transporte rodoviário e do transportador autônomo, notadamente nos campos de preparação, treinamento, aperfeiçoamento e formação profissional.

Entre os recursos que compõem as receitas do SENAT estão as contribuições compulsórias das empresas de transporte rodoviário (calculadas sobre o montante da remuneração paga, pelos estabelecimentos contribuintes, a todos os seus empregados e recolhidas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social) e dos trabalhadores autônomos (Brasil, 1993).

Nos Gráficos 5 e 6 apresentados a seguir, se pode evidenciar o número de matrículas efetivadas pelo SENAT nos anos de 2014 e 2015, e também, a

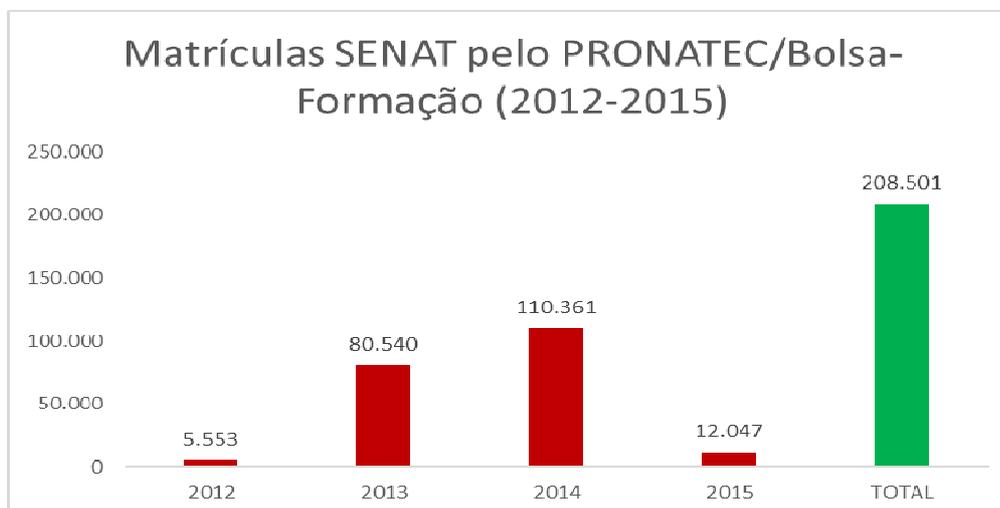
atuação desta instituição em parceria com o Pronatec/Bolsa-Formação no período de 2012 a 2015, contabilizando um total de 208.501 matrículas.

**Gráfico 5.** Matrículas na Educação Profissional – SENAT (2014 – 2015)



Fonte: SENAT, 2016.

**Gráfico 6.** Matrículas SENAT pelo Pronatec/Bolsa-Formação (2012 - 2015)



Fonte: SENAT, 2016.

### 3.3.2 Pronatec/Bolsa-Formação e as Instituições Privadas de Ensino

A alteração da Lei nº 12.513, de 2011, proposta pela Lei 12.816, de 2013, possibilitou a oferta do Pronatec/Bolsa-Formação por meio de

instituições privadas<sup>4</sup> de ensino superior ou de educação profissional. O Art. 3º da Lei 12.816 aponta que o programa

...cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei.

As alterações transcorridas na Lei do Pronatec surgiram a partir da Medida Provisória nº 593, em dezembro de 2012, que de acordo com Gallindo *et al* (2015, p.33) ocorreram “em virtude do primeiro balanço feito sobre a execução da Bolsa-Formação, quando foi identificada a necessidade de ampliar a oferta de cursos técnicos”.

A oferta dos cursos do Pronatec por instituições privadas de ensino superior ou de educação profissional técnica de nível médio é viabilizada mediante a prévia habilitação das suas unidades de ensino e da adesão das suas respectivas mantenedoras ao Bolsa-Formação.

A habilitação das instituições privadas e a adesão das respectivas mantenedoras ao Pronatec são regidas pela portaria MEC nº 160, de 05 de março de 2013, e também pela portaria MEC nº 701, de 13 de agosto de 2014.

O Art. 4º da portaria MEC nº 160 de 2013 estabelece que a habilitação das unidades de ensino consiste “em coleta de informações para análise institucional, enquadramento em requisitos de qualidade definidos pelo Ministério da Educação e, quando necessário, avaliação *in loco*”.

A Portaria nº 817 de 2015 ressalta em seu Art. 50 que as instituições privadas de ensino somente poderão participar da Bolsa-Formação por meio da oferta de cursos técnicos presenciais, e o seu Art. 52 apresenta os seguintes requisitos a serem atendidos pelas IES, para que a SETEC autorize a oferta por meio da Bolsa-Formação

I – Conceito Preliminar de Curso – CPC ou Conceito de Curso – CC de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, o que for mais recente, igual ou superior a três, no curso de graduação em área de conhecimento correlata ao curso técnico a ser ofertado;

---

<sup>4</sup> instituições de ensino privadas: aquelas classificadas na categoria administrativa privada, conforme definição do art. 19, inciso II, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nelas incluídas as previstas no artigo 240 da Constituição Federal de 1988.

- II – Índice Geral de Cursos – IGC ou Conceito Institucional –CI, o que for mais recente, igual ou superior a três;
- III – Inexistência de supervisão institucional ativa; e
- IV – Inexistência de penalidade institucional, nos dois anos anteriores ao edital de oferta, nos cursos de graduação correlatos aos cursos técnicos a serem ofertados.

O Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é o responsável pela avaliação e consolidação dos índices de que trata o Art. 52 da Portaria nº 817 de 2015. As unidades de ensino que deixarem de atender aos incisos I a IV do mesmo artigo, terão suas novas ofertas de cursos suspensas.

Ressalta-se que a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições de ensino superior privadas só poderá ocorrer se houver curso de graduação em área correlata, conforme Art. 52 da Portaria nº 817 de 2015, e é estabelecida por meio de tabela de mapeamento publicada pela SETEC (Anexo II).

O último capítulo, intitulado *O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec através de Parcerias Público/Privadas na cidade de Pelotas-RS*, tem por finalidade analisar os achados coletados através da pesquisa de campo, buscando assim relacioná-los com o referencial teórico estabelecido no estudo.

## **CAPÍTULO IV. O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC ATRAVÉS DE PARCERIAS PÚBLICO/PRIVADAS NA CIDADE DE PELOTAS-RS**

O presente capítulo tem por finalidade estabelecer as relações entre o referencial teórico e os achados da pesquisa buscando, com isso, analisar detalhadamente os dados coletados através das entrevistas semiestruturadas. O processo de construção das categorias teve como subsídio as questões norteadoras apresentadas na Tabela 1 desse estudo, bem como o número de incidência de unidades de registro (palavras ou sentenças completas) que foram destacadas no *corpus*, colaborando assim na elaboração de quatro categorias: *O Processo de Definição dos Cursos ofertados pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas*; *O Acesso à Educação e as Perspectivas Sociais através do Pronatec*; *A Oferta pública de Cursos Profissionalizantes por meio de Parcerias Público-Privadas*; *O Perfil de Trabalhador pretendido pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas*.

### **4.1 O Processo de Definição dos Cursos ofertados pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas**

O primeiro aspecto levantado nas entrevistas que foram desenvolvidas no presente estudo, foi o processo adotado pelas instituições ofertantes da Bolsa-Formação/Pronatec para a definição dos cursos a serem desenvolvidos na cidade de Pelotas-RS. Observando as falas dos sujeitos que participaram da pesquisa, pode-se perceber uma importante diferença nos métodos utilizados pelas instituições privadas que atuaram no programa em relação ao modelo implementado pela rede federal de ensino.

As instituições do sistema nacional de aprendizagem que participaram da oferta dos cursos pelo Pronatec, no período de 2011-2015 na cidade de Pelotas-RS, definiram as suas ofertas levando em consideração exclusivamente o rol de cursos que já tinham disponíveis em suas ofertas

regulares. Assim, apresentavam essa lista de possíveis ofertas para que os demandantes (prefeituras, sindicatos e outras instituições que representavam os municípios) pudessem analisar em conjunto quais os cursos que poderiam suprir as áreas de interesse de cada região.

*Houve reuniões na região que envolvia a prefeitura, as instituições de ensino e também o Sine e sindicatos, com intuito de levantar as ofertas e as demandas de cursos. Assim, nossa instituição, por exemplo, apresentava o rol de cursos que poderia ofertar para os parceiros demandantes. Então, nesses encontros é que ocorreriam as definições dos cursos que seriam ofertados, bem como o número de vagas. Nesse processo obviamente se levava em consideração as demandas mais aquecidas do mercado (Gestor Pronatec **SNA A**).*

*Esse programa foi desenvolvido junto a Secretaria de Justiça Social, então nós apresentávamos o elenco de cursos disponíveis que tínhamos, e de acordo com interesse das pessoas, nós desenvolvíamos a oferta com a formação de turmas em torno de 25 alunos (Gestor Pronatec **SNA C**).*

No caso específico da instituição de ensino superior que participou da oferta do programa nesse período, a definição dos cursos foi estabelecida pela mantenedora da faculdade, o que evidenciou a ausência de participação local nesse processo, tendo a unidade Pelotas apenas a responsabilidade pelo desenvolvimento da oferta.

*Os cursos e o número de vagas a serem ofertados foram definidos pela mantenedora, a unidade de Pelotas não teve nenhuma participação nesse processo de definição da oferta. Não participamos com nenhum levantamento de demanda.... Acredito que o que influenciou na definição dos cursos a serem ofertados pela instituição, foram os cursos de graduação que já ofertávamos aqui na cidade, pois só poderíamos ofertar cursos técnicos nas áreas que já possuíamos cursos de graduação (Gestor Pronatec **IES**).*

Entende-se que as demandas do mercado não podem ser as únicas variáveis que influenciem a definição dos cursos profissionalizantes a serem ofertados com fomento de recursos públicos, mas nos casos apresentados acima a situação é ainda mais preocupante, pois esses processos que definiram a ampla oferta dos cursos do Pronatec, por meio de parcerias público/privadas na cidade de Pelotas-RS, não tiveram uma participação efetiva da comunidade, através do levantamento das necessidades dos diferentes segmentos locais que poderiam colaborar indicando as dificuldades enfrentadas pela população para inserção no mundo do trabalho, ou na

identificação das áreas de atuação estratégicas para o desenvolvimento local em que fosse necessária a qualificação profissional.

Observando as falas dos responsáveis pela definição dos cursos a serem ofertados pela instituição pública através do Pronatec, pode-se perceber uma lógica diferente na construção da oferta.

*Nos primeiros anos ocorreram reuniões entre as instituições demandantes e ofertantes buscando levantar as necessidades regionais. Nessas reuniões, além da busca pelas demandas, apresentávamos os cursos que já ofertávamos na instituição, mas nunca ficamos limitados apenas ao que já desenvolvíamos regularmente, abrindo novas possibilidades onde apareciam demandas e tínhamos as condições necessárias para a oferta. Já em 2014 surgiu o Mapa de Demanda Identificadas consolidado pelo MEC para todo país, o que nos possibilitou atuar em outras localidades do estado do RS, através da nossa rede de campus. Então com base nesse MDI, os diretores puderam avaliar onde poderiam ofertar cursos de acordo com as necessidades apresentadas no RS. Foi bacana pois através dessa estratégia conseguimos formar mais de 4 mil alunos, e atender através desse programa, pessoas que provavelmente nunca seriam atendidas, fazendo formaturas em vários cantinhos do nosso estado (Gestor Pronatec **IP**).*

*No início os cursos foram definidos em conjunto com a prefeitura de acordo com a disponibilidade de cursos que a instituição tinha para ofertar. Posteriormente, buscou-se ajustar a oferta dos cursos às demandas apresentadas pela comunidade, visando agregar a qualificação às possibilidades de emprego para essas pessoas. Assim, no transcorrer do programa os cursos ofertados foram sendo definidos levando em consideração os anseios de grupos sociais de diferentes realidades e perspectivas. Conseguimos perceber que esses cursos que ofertávamos por necessidades específicas de determinada coletividade, eram os cursos em que tínhamos o menor percentual de evasão, quando não tínhamos o total de alunos ingressantes concluindo o curso. Exemplos foram os cursos de auxiliar de padaria e de padeiro, que contribuíam para que rapidamente os alunos pudessem ingressar no mercado de trabalho (Professor **IP A**).*

Na delimitação da oferta de um programa de governo que visa à qualificação em larga escala da população mais afetada pelo desemprego ou que necessita de um apoio maior do setor público para buscar capacitação, é fundamental a construção de um processo de definição das demandas de cada localidade em busca de identificar as reais e, muitas vezes, específicas necessidades que podem ser contempladas através da oferta de uma educação pública de qualidade. Pode-se observar no caso da oferta

implementada através do Pronatec pela Instituição Pública, um cuidado importante no levantamento das necessidades da região, o que pode colaborar inclusive nos índices de concluintes, como descrito na fala do professor **A** da instituição, e com uma melhor aplicabilidade dos recursos, pois são investimentos públicos através da educação que são direcionados de forma criteriosa ao atendimento de muitas pessoas. A relevância do processo de definição da oferta pode ser percebida na fala do Gestor do programa na Instituição Pública, ao qual atua a muitos anos como professor e gestor em cursos de extensão com a comunidade.

*É importante salientar que foi fundamental para nossa instituição o trabalho que sempre desenvolvemos na identificação das demandas, das diferentes necessidades que surgiam, pois entendemos que como instituições públicas precisamos prestar esse trabalho social, de identificar as verdadeiras necessidades de capacitação que precisam ser contempladas através da educação pública. Avalio o Pronatec como um programa que busca em um primeiro momento ter um impacto social, ou seja, atender a classes que necessitam de uma melhor capacitação, veja que o programa surge com o atendimento das demandas primeiramente do MDS buscando potencializar grupos sociais que necessitavam de qualificação, posteriormente é que outros ministérios foram sendo contemplados. Penso que é fundamental para termos impactos sociais, a inserção das pessoas no mercado de trabalho e a obtenção de melhores condições de vida (Gestor Pronatec **IP**).*

Outro aspecto observado através da oferta da ação da Bolsa-Formação/Pronatec no *lócus* delimitado para o presente estudo, bem como em nível nacional, foi a prioridade concedida pelo programa para a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC através da Bolsa-Formação Trabalhador, o que evidencia principalmente a iniciativa do Pronatec em acelerar a formação profissional, atender a demandas do mercado e propiciar a inserção ou reinserção do trabalhador no processo produtivo.

A educação tem sido fortemente relacionada ao crescimento econômico em diferentes países, justificada pela ideia de que quanto mais acesso à educação de qualidade, maiores serão as possibilidades de avanços científicos, tecnológicos e produtivos. No entanto, acredita-se que relacioná-la majoritariamente ao desenvolvimento econômico reduz os sentidos da educação e o que se entende por “qualidade”, uma vez que a formação humana e social constitui o princípio basilar do processo educativo. Sob

recomendações de organismos multilaterais, a educação deixa em um plano secundário, ou não explícita, a formação mais ampla, para focar em questões que dizem respeito ao aumento do potencial produtivo, inovador e empreendedor da formação, com forte apelo à responsabilização e ao individualismo, fortalecendo a tese do Capital Humano

Abordando o surgimento da teoria do capital humano, Motta (2011, p.38) salienta que esta foi difundida nos anos 1950-60, e que foi através do surgimento dessa concepção que “a função econômica da educação penetrou no tecido social das sociedades capitalistas”, e que essa lógica foi introduzida no campo escolar brasileiro “com as reformas da educação básica e universitária expressas nas Leis 5.540/68 e 5692/71”.

Frigotto (2011) aborda que o conceito de capital humano surgiu na década de 1950, e que há muito tempo a educação apresenta uma dualidade de propósitos, mesmo em sociedades democraticamente desenvolvidas.

Uma escola mais complexa, rica e que desenvolve conhecimentos, valores e atitudes para dirigir, organizar, comandar, etc. e uma escola mais prática, restrita, adestradora para os que se destinam ao trabalho manual ou de execução (p.20).

Em um período mais recente pôde-se evidenciar que além da tarefa de desenvolver o capital humano, foi atribuída à educação o papel de construção do capital social de muitos países, principalmente os periféricos. Este desenvolvimento visou potencializar o crescimento econômico, não subsistindo uma lógica humanizada e de busca por ganhos sociais, mas com ênfase na criação de um novo tipo de sociedade, que não construísse obstáculos e sim fortalecesse o capital econômico (MOTTA, 2009).

Percebeu-se também, através das orientações do Banco Mundial, um movimento de fortalecer, novamente, a busca pelo capital humano através da escolarização, referenciada pelo BM (2011) por meio das ideias de “aprendizagem para todos” e “aprendizagem ao longo da vida”, podendo ser identificadas como propostas à qualificação do trabalhador para as demandas apresentadas pelo mercado, na perspectiva das políticas de alívio à pobreza.

Diante deste cenário pode-se compreender qual a lógica que influenciou as concepções teóricas que sustentaram o projeto desenvolvido para a educação profissional brasileira no momento de criação e desenvolvimento efetivo do Pronatec (2011-2015). Destacam-se a teoria do capital humano e a teoria do capital social como ‘pano de fundo’ para a efetivação das políticas voltadas ao ensino profissionalizante nesse período.

A relação linear entre educação, economia e emprego se tornou mais evidente após a segunda guerra mundial, quando se acentuavam as lutas da classe trabalhadora e o crescimento do socialismo, ao mesmo tempo em que se acirrava a crise do capitalismo, com reflexos como a elevação das desigualdades sociais e do desemprego em grande escala. Como alternativa para a superação da crise foi recomendado aos países subdesenvolvidos, pelos “dirigentes e intelectuais do sistema capitalista na época”, a tese do capital humano de Schultz (1973) (FRIGOTTO, 2011, p. 22).

Theodoro Shultz coordenou um estudo realizado na Universidade de Chicago, com o apoio de Gary Becker e Jacob Mincer, onde cunhou a concepção de que o conhecimento humano é uma forma de capital e que o investimento na capacitação das pessoas era a melhor saída para o aumento da produtividade e do conseqüente crescimento econômico dos países.

Schultz (1973) em seu estudo aponta que

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença (p.31).

A concepção que se tornou mais difundida com a tese do capital humano de Schultz (1973) foi de que o investimento em educação apresentaria um resultado igual ou superior a outros investimentos do setor produtivo, com isso, aqueles países que seguissem essa lógica reduziriam as desigualdades

sociais entre as pessoas e fortaleceriam suas economias (FRIGOTTO, 2011, p. 22).

Motta (2009) ressalta que a concepção central dessa teoria é

... que o trabalho, mais do que um fator de produção, é um tipo de capital: capital humano. Esse capital é tão mais produtivo quanto maior for sua qualidade. Essa qualidade é dada pela intensidade de treinamento científico-tecnológico e gerencial que cada trabalhador adquire ao longo de sua vida. A qualidade do capital humano não apenas melhora o desempenho individual do trabalhador – tornando-o mais produtivo – como é um fator decisivo para gerar riqueza, crescimento econômico do país e de equalização social (p.551).

A teoria do capital humano insere uma perspectiva de relação direta entre a escolarização e o mercado de trabalho, entre o investimento em educação, o aumento de produtividade e a ampliação de oportunidades sociais. Frigotto (2011) salienta que

É sob a égide da teoria do capital humano que se traçam planos, diretrizes e estratégias educacionais, especialmente para os países de capitalismo dependente, e se afirma a ideia de que a ascensão e mobilidade social têm um caminho garantido via escolaridade, mediante empregos bem remunerados (p. 22).

Através do entendimento de que a educação pode potencializar o capital econômico dos países, pela via da qualificação profissional e, conseqüentemente, do trabalho, é que a educação assume uma dimensão economicista, ao mesmo tempo em que é requerida a eficácia das políticas públicas nessa área como a solução para eliminar as desigualdades econômicas e sociais produzidas pelo capitalismo. No entanto, são desconsideradas as disfunções orgânicas desse modelo (MÉZÁROS, 1995).

No Brasil, concepções advindas da teoria do capital humano podem ser verificadas desde o período da ditadura militar, onde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 apresentou a profissionalização compulsória na educação básica, sendo revogada em 1996. Nos últimos anos, essa lógica também pôde ser percebida através do investimento do governo federal nos mandatos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, na oferta da educação profissional, por via da expansão da rede federal de educação básica, técnica e tecnológica e de programas como o próprio Pronatec.

É evidente que as políticas educacionais que foram propostas e realizadas ao longo dos anos no Brasil não seguiram linearmente a tese do capital humano, mas é inegável que as alterações apresentadas para manutenção do capitalismo refletiam e refletem diretamente na área da educação do país, que por recomendações de organismos internacionais e adesão à lógica neoliberal, por exemplo, inserem em seus planos de governo estratégias que contribuem com os interesses dos detentores do capital e evidenciam o fôlego desse modelo.

Os reflexos das orientações provindas do modelo neoliberal evidenciaram que a execução das políticas educacionais alicerçadas pela teoria do capital humano e pela empregabilidade, não resultaram em avanços em termos de redução do desemprego, pelo contrário, no mesmo período em que se intensificou a oferta educacional, se constatou o aumento da pobreza da classe trabalhadora do país (MOTTA, 2009, p. 555).

Observando os efeitos da teoria do capital humano no Brasil, Motta (2009) destaca que

...entre 1992 e 1999, período em que as políticas econômicas neoliberais foram efetivamente implementadas, os números indicavam que o acesso à educação foi ampliado e o nível de escolarização dos brasileiros foi elevado, mas, contrapondo a 'tese da empregabilidade', não refletiu no mundo do trabalho – encontravam-se desempregados ou 'desocupados' em maiores taxas os jovens e os trabalhadores com níveis de escolaridade mais elevados (p.555).

Diante da ineficácia das orientações recomendadas pela doutrina neoliberal, é que se desenvolve, na direção dos conceitos sustentados pelo neoliberalismo da terceira via, o que Motta (2009, p. 555) denomina de "rejuvenescimento da teoria do capital humano" com a introdução de elementos da "teoria do capital social" para "educar para sobrevivência e para o conformismo".

O objetivo de desenvolver capital social foi definido em dois encontros (Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague, 1995 e a Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas, realizado em Nova York no ano 2000), que estabeleceram um conjunto de diretrizes que formaram as Políticas de Desenvolvimento do Milênio – PDMs. A lógica defendida através dessas orientações é de que "reformas econômicas devem definir

também ajustes nas dimensões culturais e sociais de forma a ‘incorporar a dimensão humana no processo econômico’” (Motta, 2009, p. 556). Está presente nessa iniciativa o que alguns teóricos chamam de capitalismo humanizado (NEVES, 2010).

Dissemina-se, assim, a concepção de que a sociedade civil tem papel fundamental no processo de superação da pobreza, contribuindo com a criação das oportunidades para pessoas em situação de vulnerabilidade social, possibilitando que se insiram no mercado e tornem-se produtivas, o que, para os idealizadores desse modelo, promoverá também o desenvolvimento social do país.

Pode-se perceber que havia uma recomendação de manutenção do afastamento do Estado na realização de políticas de alívio à pobreza, mas com um formato diferente do modelo neoliberal ortodoxo, pois surge a figura das parcerias público-privadas, onde o Estado atua como regulador e financiador, mas não o executor direto de ações voltadas às questões sociais, repassando essa tarefa para a sociedade civil, transferindo a responsabilidade para aqueles, não raro constituída de entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, onde prevalecem os interesses econômicos e mercadológicos.

Analisando o momento de realização do Pronatec, visualiza-se que as reconfigurações das orientações políticas globais buscavam amenizar as desigualdades produzidas pelo neoliberalismo que se tornaram obstáculos aos interesses do capital, e eram direcionadas à construção de uma sociedade civil mais solidária em relação às causas sociais e à formação de um perfil de trabalhador que favorecesse a efetivação dessa lógica, ou seja, mais produtivo e ao mesmo tempo conformado com a situação que o mercado lhe impunha. Buscava, assim, promover o consenso da população e desenvolver um terreno fértil para o aumento do potencial produtivo, para a elevação do consumo e para o crescimento econômico.

Robert Putnam, cientista político americano que atuou como professor na Universidade de Harvard é o principal idealizador da teoria do capital social. Em suas obras sobre a democracia italiana (1993) e também a respeito da sociedade americana (1995), Putnam busca apresentar evidências sobre a

forte influência que o engajamento cívico tem sobre os resultados positivos das políticas governamentais e o sucesso das instituições sociais.

No estudo desenvolvido na Itália, o autor evidencia o fortalecimento das relações sociais por meio do associativismo e de redes de cooperação na sociedade italiana, promovendo assim um sentido de solidariedade e de confiança entre as pessoas, que contribuem com a prosperidade local pelo fato de estabelecerem um contexto que favorece o desenvolvimento humano e também econômico (PUTNAM, 2008).

De acordo com Putnam (1995, p. 67) “capital social se refere a elementos de organização social como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco”. Para o autor, o significado de capital social se identifica através da conduta cívica das pessoas perante a sociedade, com o fortalecimento da confiança, da reciprocidade e da democracia.

A teoria do capital social evidencia concepções também defendidas pelo modelo da terceira via sustentado por Giddens (2000). Ambas apresentam a relevância de se desconstruir o individualismo e o alto nível de competitividade que se estabeleceram nas sociedades contemporâneas, visando com isso a efetivação de um novo engajamento cívico e a construção de uma cultura de solidariedade entre as pessoas. Tanto Putnam (1995) como Giddens (2000) apontam que é a renovação da consciência e do comportamento cívico da sociedade que impulsiona o desenvolvimento do bem-estar social e o crescimento econômico.

Apontando para o lado obscuro da concepção disseminada pela teoria da terceira via e pela tese do capital social, Motta (2009) descreve que

As ideias de renovar a ‘cultura cívica’, estimulando o sentimento solidário e comunitário, principalmente nos grupos mais pobres, no sentido de serem solidários com aqueles que têm preocupações semelhantes para empreenderem juntos uma ‘jornada pela vida’, e de pobreza como ‘fonte potencial de desenvolvimento’ vão ao encontro dos ensejos dos setores dominantes, sinalizando a saída que buscavam para amenizar as tensões do final do século (p.558).

Não por acaso organismos internacionais de grande influência no campo das políticas como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Organização das Nações Unidas para a Educação,

a Ciência e a Cultura – Unesco referenciaram o investimento em capital social como solução para o crescimento dos países emergentes como o Brasil.

As orientações apresentadas pelo BID, por exemplo, sustentavam que o desenvolvimento do capital social poderia resolver o problema da exclusão social, possibilitando a inclusão de pessoas que estejam à margem da sociedade e, com isso, a redução das desigualdades e da pobreza. O BID entendia que a renovação de uma “cultura cívica” poderia contribuir com o acesso igualitário às oportunidades para grupos historicamente esquecidos pela coletividade (BID, 2004, p. 5).

A teoria do capital social defende que é por meio da sociedade civil que as oportunidades para os pobres devem ser promovidas, através da capacitação para as demandas que o mercado apresenta, aproveitando assim uma parcela significativa do potencial produtivo dos países e responsabilizando, individualmente, as pessoas pelo seu eventual sucesso ou fracasso.

Através dessa nova lógica busca-se a “inclusão forçada” da classe empobrecida da nação, a inserção dos pobres na cadeia produtiva e do consumo, por meio da “formalidade ou da informalidade”, “com ou sem capital humano” (MOTTA, 2011, p. 48).

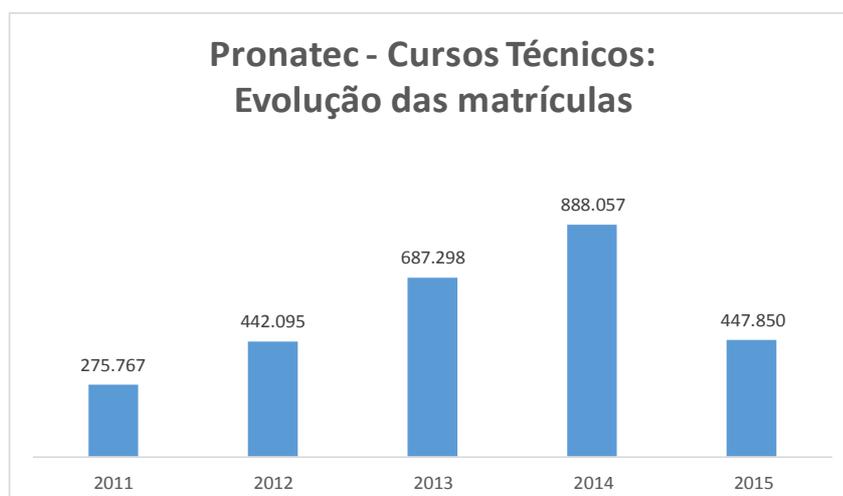
A leitura que se faz é que os pobres, vítimas de programas de ajustes mal implementados, de políticas sociais ineficazes, de instituições fracas e corruptas, de discriminações, etc. devem investir na sua “autonomia” (produtiva) e por conta própria, sem depender das benesses do Estado, “agarrar” as “oportunidades” oferecidas pelo mercado (MOTTA, 2011, p. 49).

É através da inserção da perspectiva do capital social que os intelectuais orgânicos definem outro papel para a educação. Se anteriormente já estava sob a responsabilidade do sistema de ensino a tarefa de aprimoramento do capital humano, que de acordo com os interesses mercadológicos é determinante, pela qualificação do trabalho e da consequente produtividade individual e competitividade da economia, incorpora-se à educação a função de desenvolver uma cultura “cívica como mecanismo de construção de uma sociedade solidária, harmônica, confiável, da paz, necessária para alívio da pobreza”, o que se reflete como um alargamento do papel da educação, ao

mesmo tempo em que configura como uma restrição de sua função política (Motta, 2009, p. 561).

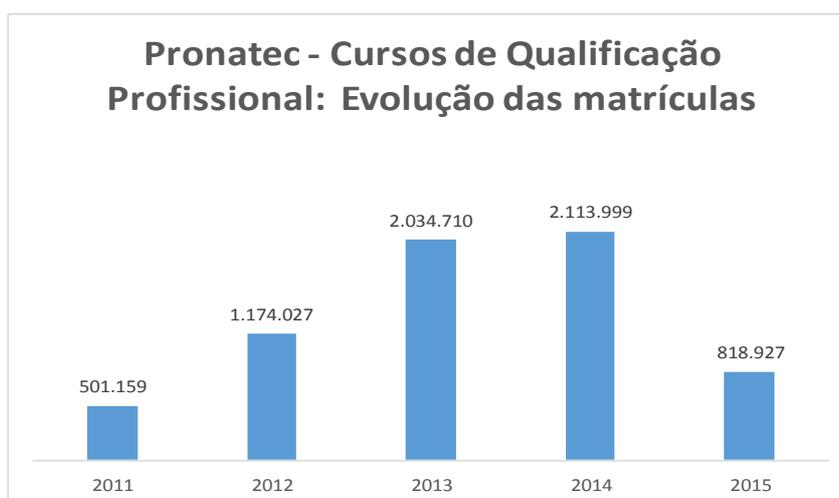
Evidenciando a iniciativa do Pronatec em buscar a formação de pessoas de baixa renda e potencializar o capital humano e social do país em um curto espaço de tempo, nos Gráficos 7 e 8 estão apresentados os números de matrículas dos cursos técnicos e FIC desenvolvidos pelo programa.

**Gráfico 7.** Matrículas dos Cursos Técnicos - Pronatec 2011-2015



Fonte: SETEC, 2016.

**Gráfico 8.** Matrículas dos Cursos de Qualificação Profissional - Pronatec 2011-2015

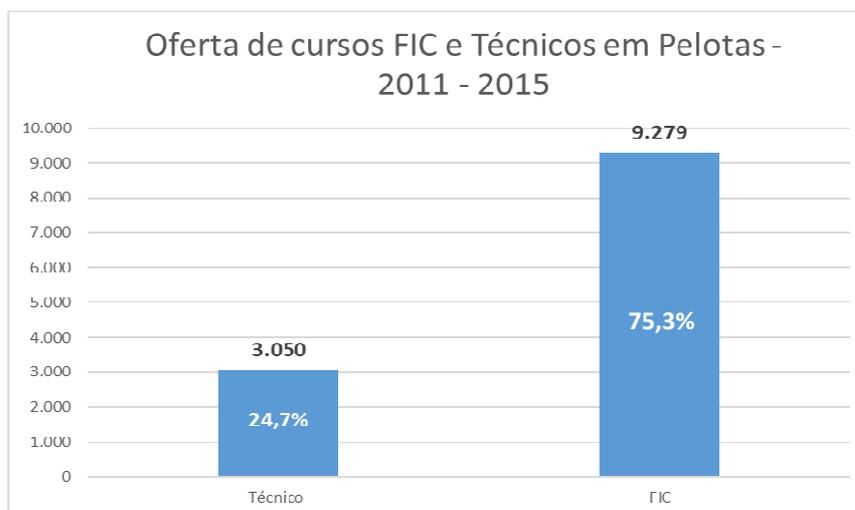


Fonte: SETEC, 2016.

Observando as informações relativas ao total de matrículas efetivadas no Pronatec percebe-se que 29% dessas matrículas foram implementadas nos cursos técnicos (cerca de 2,7 milhões de alunos), e que a grande maioria, 71% das matrículas do programa (em torno de 6,6 milhões de alunos) foram realizadas nos cursos de qualificação. Os cursos técnicos apresentam uma carga horária de 800h a 1200h, com duração de 1 a 3 anos, e os cursos de qualificação de 160h a 400h, com 3 a 6 meses de desenvolvimento. Esses dados refletem as orientações do Banco Mundial (2011) e da teoria do capital humano, como a aceleração na formação e o atendimento direcionado ao mercado, pois os cursos de qualificação profissional são de curta duração e atendem a demandas específicas e, muitas vezes sazonais, de setores produtivos (MEC/SETEC, 2016).

Analisando os números contabilizados pelo Pronatec na cidade de Pelotas-RS, também no período entre os anos de 2011 e 2015, pode-se perceber que a diferença das matrículas realizadas em cursos de formação inicial e continuada em relação as matrículas efetivadas nos cursos técnicos, é ainda maior do que a apresentada em nível nacional. Os cursos FIC no *lócus* delimitado para a pesquisa atingiram 75,3% do total das matrículas ofertadas pelo programa como pode-se visualizar no gráfico 9.

**Gráfico 9** – Total de matrículas de cursos FIC e Técnicos Pronatec – Pelotas – 2011 - 2015



Fonte: SETEC, 2016.

Um dos fatores que foram destacados pelos sujeitos da pesquisa como justificativa para o fato de o Pronatec ter centrado sua oferta em cursos FIC, foi de que o público-alvo dessa política possuía características que incentivavam a oferta de cursos de curta duração, principalmente porque eram pessoas de em situação de vulnerabilidade social que precisavam de uma qualificação que possibilitasse a sua rápida inserção no mercado de trabalho.

*Pela minha experiência nas atividades de formação inicial e continuada, percebo que hoje em dia as pessoas querem resultado rápido e se quiserem adquirir um curso também, tem que ser rápido, tem que ser objetivo e dar resultado, juntar teoria e prática. O curso técnico tem outro perfil de aluno, pois a FIC busca atender pessoas de baixa escolaridade e que quer um resultado rápido, sem tempo para frequentar uma sala de aula por um período maior. O perfil do aluno que busca um curso técnico é aquele que possui uma família estruturada, que pode manter a pessoa por um período mais longo somente estudando (Gestor Pronatec **SNA C**).*

*Entendo que essa opção foi devido a necessidade das pessoas em buscar uma formação que possibilite conseguir um emprego de forma mais rápida possível. A lógica do Pronatec era de qualificar pessoas com baixa escolarização e que precisavam muito se inserir no mercado de trabalho. Conseguíamos perceber a necessidade das pessoas em fazer currículo para poderem concorrer a vagas de emprego (Professor **SNA D**).*

Outros aspectos levantados nas entrevistas em relação ao direcionamento da política em incentivar, principalmente, a oferta de cursos FIC, remeteram aos objetivos pretendidos pelo governo em acelerar a formação, reduzir os níveis de evasão e atingir índices educacionais mais elevados.

*Creio que também isso ocorreu, de forma geral, pelo incentivo do governo federal em focar em cursos mais rápidos, com as metas sendo atingidas de forma mais ágil (Professor **SNA G**).*

*Acredito que foi pelas características do público-alvo do programa, pessoas com baixa escolaridade e de baixa renda, que não tinham o perfil para cursos técnicos. Outra razão foi porque as instituições identificavam que nos cursos técnicos, a evasão era maior, as ofertas que a instituição desenvolveu de cursos técnicos em outras localidades do país, evidenciaram um número elevado de alunos evadidos, pelo tempo de duração dos cursos somados as diferentes dificuldades apresentadas pelos alunos no decorrer dos cursos. Eram alunos, que apesar de já possuírem o ensino médio, também possuíam dificuldades que os faziam abandonar os cursos. Cursos de curta duração possuem uma tendência de ter uma evasão menor,*

*além de serem voltados para pessoas que necessitam e muito de uma formação para o trabalho (Gestor Pronatec **SNA A**).*

Analisando os números apresentados pelo programa, bem como as falas dos participantes da pesquisa, pode-se observar uma iniciativa clara do governo federal em investir na oferta de cursos de curta duração, deixando em segundo plano os cursos técnicos. Através dessa estratégia, o MEC atingiu altos números de matrículas, acelerou o processo de qualificação de muitas pessoas e buscou elevar a oferta de mão de obra para o mercado.

Essa questão da formação mais rápida para as demandas do setor produtivo também foi destacada por professores e gestores atuantes no programa. Muitos apontaram que a oferta de cursos FIC possibilita a formação de trabalhadores mais qualificados para necessidades específicas da comunidade.

*Acredito que essa opção foi devida a uma escolha por uma formação mais rápida para atender demandas específicas da comunidade, tendo também o receio de aderir a oferta de cursos técnicos pelo maior tempo de duração destes, pois eram desenvolvidos por meio de fomentos de um programa o que muitas vezes compromete o andamento da oferta (Professor **IP C**).*

*Vejo a escolha pelos cursos FIC devido a situação de emergência que existia, o país vinha se desenvolvendo como nunca tinha sido visto antes, mas existiam muitas pessoas sem qualificação profissional. Por exemplo, para você operar uma máquina não são necessários anos de treinamento, um curso intensivo muitas vezes é suficiente para o aluno poder atuar no campo de trabalho (Professor **SNA H**).*

*Penso que o curso FIC tem a vantagem de possibilitar qualificações bem específicas, para pessoas que necessitavam de capacitação para buscarem vagas de trabalho ou para se qualificarem para continuar atuando em suas atividades profissionais. Tivemos bons exemplos como para pessoas atuantes na agricultura familiar, que necessitavam de novos conhecimentos para qualificarem suas produções individuais. Acredito que os cursos FIC, mesmo tendo um número reduzido de horas, muitas vezes cumpre o objetivo de qualificar pessoas para atividades específicas (Professor **IP B**).*

Observando as falas dos professores acima destacadas, pode-se perceber que a oferta de cursos FIC/Pronatec, incorpora mecanismos que se identificam com a lógica do capital humano e do capital social, como referido anteriormente, sobretudo pelo adensamento da responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso no mercado de trabalho e nas oportunidades sociais

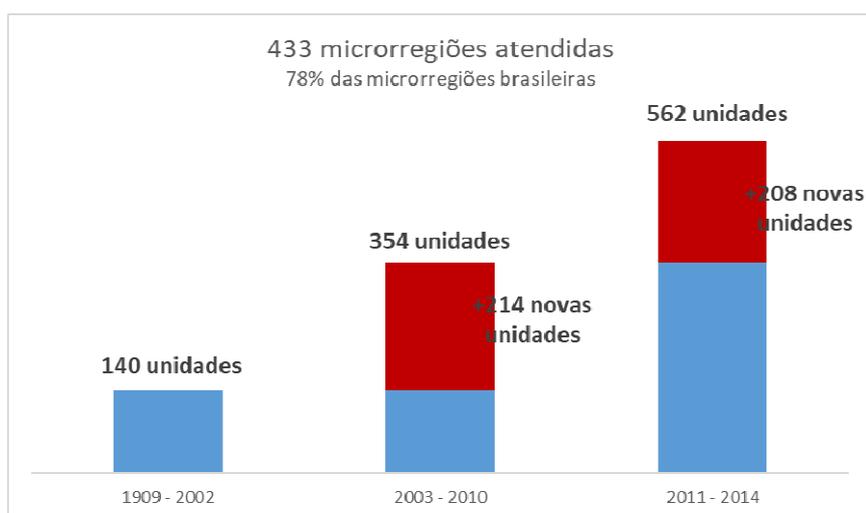
em seu conjunto. No entanto, não se pode desconhecer a necessidade real de grupos, notadamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade, de obterem uma qualificação rápida para ingresso no processo produtivo, a fim de acessarem ao emprego e renda para a subsistência, e em relação a isso, o programa buscou cumprir o seu papel.

Assim, destaca-se que neste trabalho, o que está em causa não é especificamente “ofertar ou não ofertar” a educação profissional, mas a quem cabe criar as condições de empregabilidade e as oportunidades sociais. Além disso, questiona-se a escolha dos cursos, a densidade programática (saber fazer, pensar sobre o que faz), e quem (instituição) oferta.

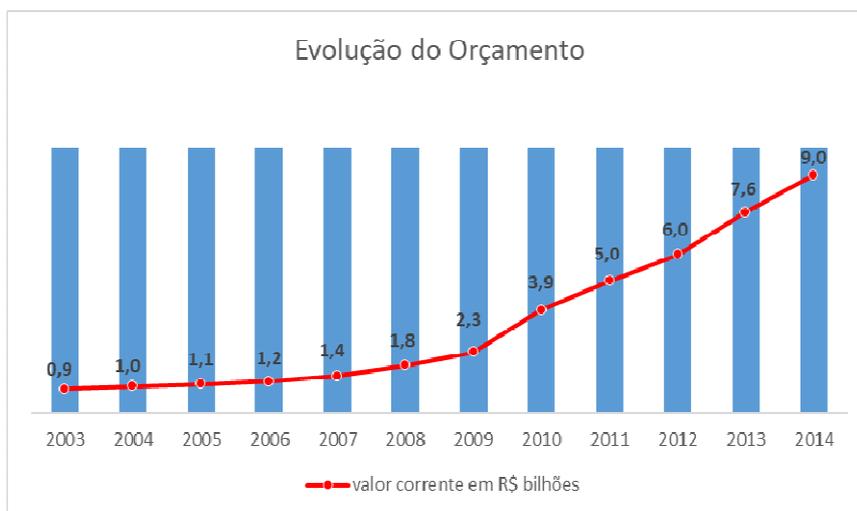
#### 4.2 O Acesso à Educação e as Perspectivas Sociais através do Pronatec

Fazendo uma análise dos números da educação profissional nos governos Lula e Dilma pode-se identificar o grande investimento federal na expansão do acesso ao ensino profissionalizante no Brasil. Observando os Gráficos 10, 11, 12 e 13 se percebe a evolução da rede federal nesse período e o fortalecimento do Pronatec entre os anos de 2011 a 2015.

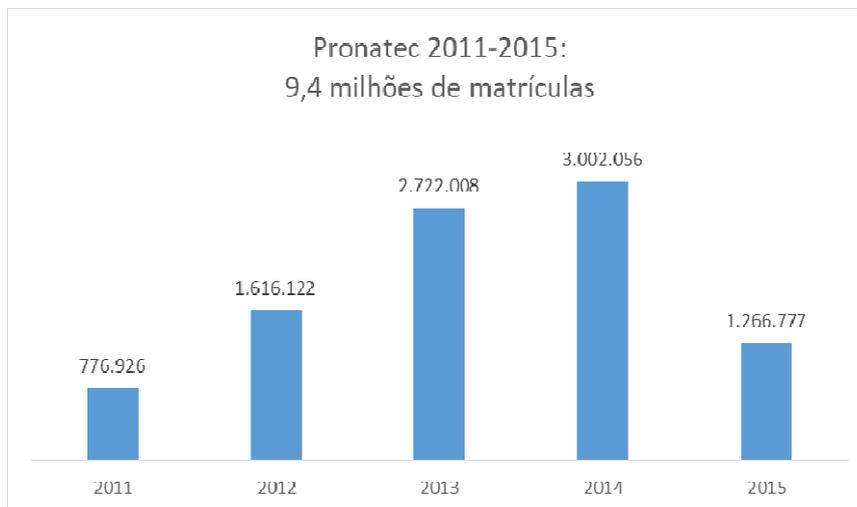
**Gráfico 10.** Expansão da Rede Federal de EPT



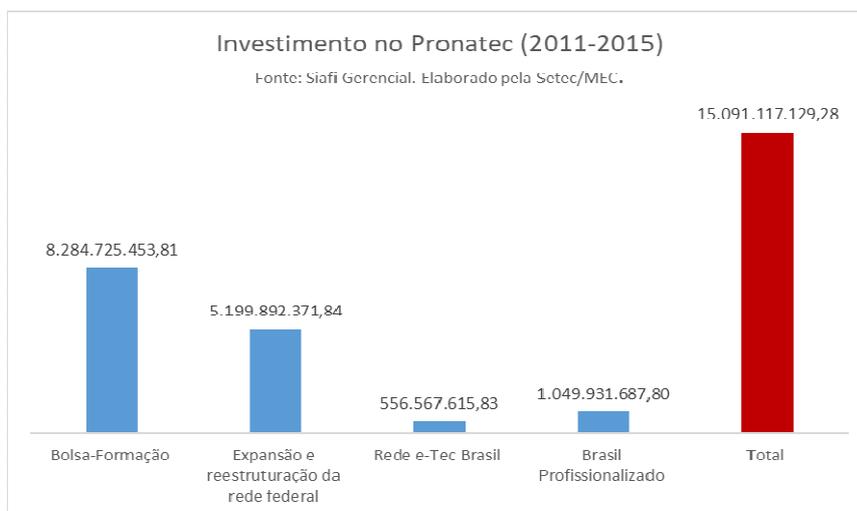
Fonte: SETEC, 2016.

**Gráfico 11. Evolução do orçamento das Rede Federal de EPT**

Fonte: SETEC, 2016.

**Gráfico 12. Matrículas Efetivas Pronatec 2011-2015**

Fonte: SETEC, 2016

**Gráfico 13. Recursos Investidos nas Ações do Pronatec 2011-2015**

Fonte: SETEC, 2016.

Diante dos gráficos apresentados acima pode-se perceber que a rede federal de educação profissional teve um crescimento considerável entre o período de 2003 a 2014, passando de 140 unidades existentes até 2002, a 562 unidades em 2014, apresentando também, um aumento em termos de orçamento anual. Estão entre as instituições contabilizadas os Institutos Federais e seus campi, a Universidade Tecnológica e seus campi, os Centros Federais de Educação Tecnológicas - CEFETS e suas unidades de ensino descentralizadas e as Escolas Técnicas vinculadas a Universidades (MEC/SETEC, 2016).

Visualiza-se também que o Pronatec, do mesmo modo, apresentou uma evolução entre os anos de 2011 e 2015, onde foram efetivadas 9,4 milhões de matrículas entre cursos técnicos e cursos de qualificação profissional e investidos mais de 15 bilhões de reais entre todas as iniciativas que compõem o programa, estando a Bolsa-Formação como a ação que contabilizou o maior investimento, com mais de 8 bilhões de reais (MEC/SETEC, 2016).

Nesse cenário apresentado pelo programa como um todo, ocorreram ofertas de cursos técnicos e de formação inicial e continuada através da ação da Bolsa-Formação em mais de 70% dos municípios do país. Essa iniciativa obteve mais de 60% de suas matrículas destinadas às pessoas que estavam

inscritas no Cadastro Único<sup>5</sup> para programas sociais, sendo mais da metade destes beneficiários do programa Bolsa Família<sup>6</sup> (FALCÃO e FERES, 2015, p. 05).

A vinculação do Pronatec com os programas sociais de transferência de renda evidencia a perspectiva do programa de inserção nos processos de formação e, futuramente, no mercado de trabalho, de pessoas que historicamente possuem maiores dificuldades de acesso ao emprego formal. Isto pode ser comprovado quando se identifica que predominam adolescentes, mulheres e negros na adesão aos cursos ofertados pelo Pronatec/Bolsa-Formação. Estes, em sua maioria, cursando ou já tendo concluído o ensino médio.

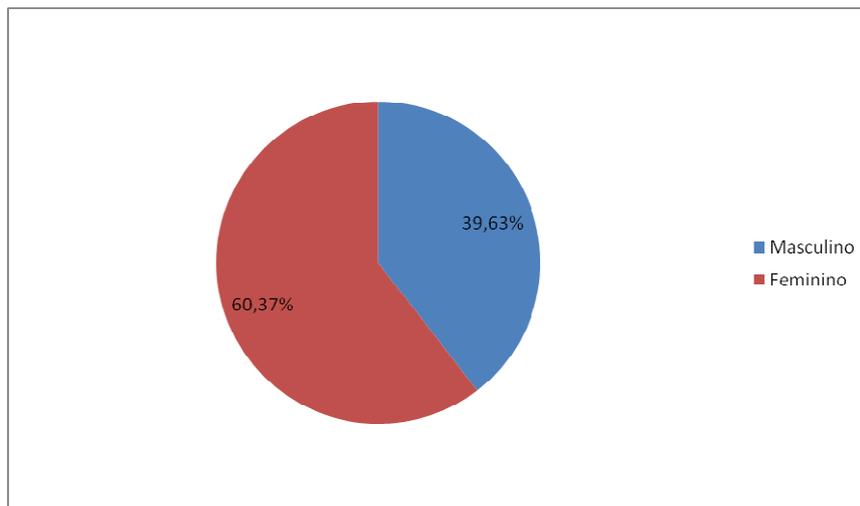
É crescente a iniciativa do MEC em monitorar os resultados de suas políticas e ações efetivadas no campo educacional brasileiro, no caso da Bolsa-Formação essa lógica não é diferente. Através do acompanhamento dos beneficiários matriculados no programa, a SETEC/MEC busca monitorar a trajetória profissional dos estudantes para identificar os impactos dessa política na vida das pessoas. Periodicamente, é realizada uma análise dos dados inseridos no SISTEC, onde observam-se indicadores que relacionam as vagas pactuadas e as matrículas concretizadas, o quantitativo de municípios contemplados, os cursos mais ofertados e demandados, etc. Outra iniciativa da SETEC/MEC é o desenvolvimento de visitas *in loco* nas unidades ofertantes do programa, onde avaliadores do banco de especialistas em educação profissional e tecnológica dessa secretaria coletam informações relevantes para o monitoramento da efetividade dos cursos ofertados via Bolsa-Formação, através de instrumentos e métodos de avaliação que buscam observar aspectos pedagógicos, bem como requisitos legais e normativos do programa (GALLINDO *et al*, 2015, p. 33).

Observando os Gráficos 14, 15, 16 e 17, pode-se perceber que estes evidenciam números e características relevantes sobre os beneficiários que foram atendidos pelo Pronatec/Bolsa-Formação no período 2011-2014.

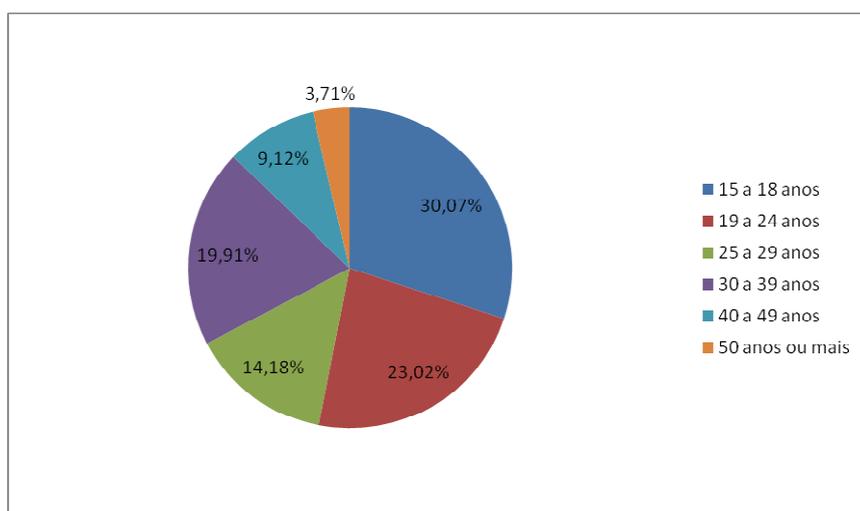
---

<sup>5</sup> O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza os mais pobres e permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda.

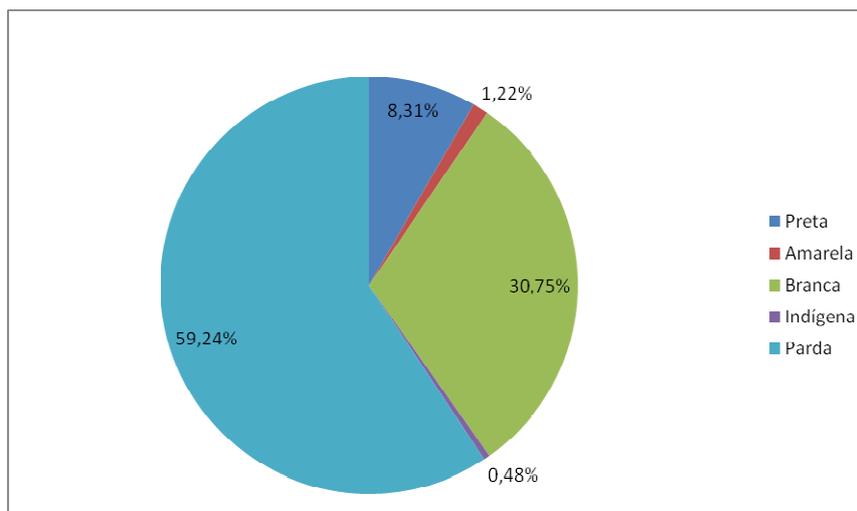
<sup>6</sup> O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

**Gráfico 14. Matrículas por Gênero no Pronatec 2011 – 2014**

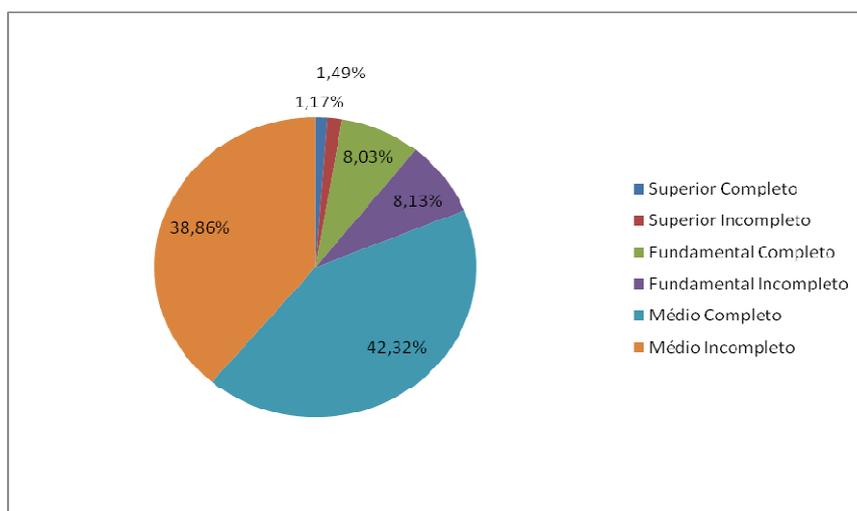
Fonte: SISTEC, 2014.

**Gráfico 15. Matrículas por Faixa Etária no Pronatec 2011 – 2014**

Fonte: SISTEC, 2014.

**Gráfico 16.** Matrículas por Raça no Pronatec 2011 – 2014

Fonte: SISTEC, 2014.

**Gráfico 17.** Matrículas por Escolaridade no Pronatec 2011 – 2014

Fonte: SISTEC, 2014.

Através da visualização dos gráficos pode-se observar que o Pronatec/Bolsa-Formação atendeu a públicos que historicamente possuem dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que pode ser considerado como um aspecto relevante desta política. É evidente, por exemplo, no Gráfico 9, a participação preponderante do público feminino nos cursos ofertados, contabilizando 60,37% das vagas ocupadas. No Gráfico 10, identifica-se que 67,27% das matrículas são efetivadas por jovens de 15 a 29 anos. A inserção

de negros no programa pode ser visualizada no Gráfico 11, totalizando 67,55% das vagas ocupadas. Em relação à escolaridade, o Gráfico 12 evidencia que 42,32% dos estudantes do Pronatec possuem o ensino médio completo e outra grande parcela dos matriculados, 38,86%, não concluiu ainda o ensino médio.

Essas características apresentadas pelo programa, de atender prioritariamente pessoas oriundas de famílias com realidades socioeconômicas precárias, muitas vinculadas a programas de assistência social desenvolvidos pelo governo federal, que possuíam dificuldades em ingressar no mercado de trabalho e não vislumbravam oportunidades para voltar a estudar e adquirir uma formação profissional, foram fortemente destacadas por gestores e professores nas entrevistas.

*No meu ponto de vista, o programa fez todo sentido, pois pretendia capacitar as pessoas e possibilitar que elas obtivessem melhores condições de vida. O programa tinha um cunho social muito importante, para mim esse era o grande objetivo, possibilitar, em grande quantidade, que pessoas de baixa renda pudessem se qualificar e se inserir no mercado de trabalho, conseguir um emprego e através dele proporcionar melhor condições de vida para sua família (Gestor Pronatec **SNA B**).*

*É importante ressaltar que as pessoas que vinham aderir ao programa eram de baixíssimo poder aquisitivo, nós percebíamos em sala de aula alunos que mal conseguiam escrever seu próprio nome, tinham muita dificuldade de interpretação. Com o desenvolvimento do programa conseguimos perceber como é precária a profissionalização do povo, pois muitos diziam que já atuavam em determinada profissão, mas não tinham o mínimo de conhecimento teórico para poder cumprir com suas atividades. Aqui na instituição formavam-se filas para disputar as vagas, isso pela necessidade que as pessoas possuem em buscar uma formação mínima que as habilite a ter um emprego e melhorar de vida. Eu lamento muito que o programa não teve continuidade, pois cumpria um papel social imensurável (Professor Pronatec **SNA I**).*

*Temos uma população muito carente, que necessita de uma maior oferta de cursos profissionalizantes para poderem buscarem sua qualificação e se inserir no mercado. Tivemos alunos que em sua grande maioria eram desprovidos de recursos financeiros para poderem pagar um curso de enfermagem por exemplo. Conheço vários alunos que se formaram conosco e estão trabalhando (Professor Pronatec **IES A**).*

As falas dos sujeitos destacadas acima evidenciam a importância do Pronatec na vida de pessoas que necessitavam muito do apoio do Estado para estudar e, através dessa formação, obterem condições de sobrevivência. Grande parcela da população brasileira depende exclusivamente de políticas

públicas como essa que as possibilite conquistar uma profissão, adquirir um emprego formal e se sentir pertencente à sociedade.

São relevantes os efeitos sociais que emergem com ações do Estado voltadas ao investimento na educação. Por mais que se questione o modelo de ensino profissional desenvolvido pelo Pronatec, fica evidente, ao observar as entrevistas realizadas na presente pesquisa, que a ação de incluir as pessoas novamente no sistema educacional transcende aspectos ligados a questões econômicas, pois proporciona sentimentos de proficuidade e de elevação da autoestima.

*Percebíamos muitas pessoas se sentindo novamente como cidadãos pelo simples fato de estarem frequentando uma sala de aula, onde elas de certa forma conseguiam se perceber como sujeitos, um resgate limitado, mas importante de pessoas que como alunos se percebiam diferentes, mais empoderados de certa forma (Professor Pronatec **IP A**).*

*Percebo que conseguimos contribuir com a evolução de muitas pessoas, inclusive em uma nova visão de mundo, e de pertencimento desse mundo. Muitos alunos conseguiram ingressar no mercado de trabalho, outros em um primeiro momento não conseguiram, mas a grande parcela saía dos cursos com outra expectativa de vida, motivados com a possibilidade de alcançar melhores condições, e penso que isso para a educação é o mais valioso (Professor Pronatec **SNA F**).*

*Tínhamos muitas pessoas que jamais imaginavam estudar em uma instituição com uma boa estrutura, com aulas práticas. Conseguimos perceber que essas pessoas se sentiam novamente cidadãos, estavam muitas vezes realizando um sonho que até então estava muito distante, que era de estar em uma sala de aula aprendendo para obter uma profissão, de ter uma colação de grau (Gestor Pronatec **IES**).*

*Sinto que essa formação através do Pronatec, foi além da formação para o mercado, pois atuou diretamente com um público que estava esquecido pelo sistema de ensino do país, resgatando pessoas e famílias para um convívio mais digno com a sociedade, pois nesses momentos podemos ver o potencial transformador da educação e o quanto ela pode contribuir em termos de ganhos sociais (Professor Pronatec **IES B**).*

É importante também destacar que todos os 20 sujeitos participantes da pesquisa avaliaram positivamente o programa. Estes apresentaram diferentes aspectos que deveriam ter transcorrido de forma diferente no processo de desenvolvimento do Pronatec, mas todos os entrevistados tiveram uma percepção favorável a esse modelo de investimento público na educação,

evidenciando como principal argumento dessa análise positiva, o papel relevante que essa política teve na vida de várias pessoas que dependiam do apoio exclusivo do Estado para estudar e até para viver.

*Víamos que muitas pessoas mudaram inclusive suas percepções de vida. Tínhamos um trabalho cuidadoso com esses alunos, pois percebíamos que eles precisavam mais da nossa atenção. Lamento muito que o Pronatec não tenha tido continuidade, porque mudamos bastante vidas, pois eram pessoas que essa possibilidade de formação, de estar em sala de aula, tinha um valor ainda maior. Muitos alunos querendo mudar, querendo oportunidades de emprego, buscando um novo futuro através do estudo para sair do contexto em que estavam inseridos (Professor Pronatec **SNA E**).*

*Creio que o programa atuou de forma considerável na inclusão de pessoas, e lamento que tenha sido finalizado, pois percebia que o projeto tinha grande relevância na vida de muitas pessoas que tive contato como docente (Professor Pronatec **SNA G**).*

*Creio que é uma pena que o programa não esteja tendo sequência, pois sem dúvida contribuiu com muitas famílias que dependiam muito do governo (Gestor Pronatec **SNA A**).*

*Acredito que o programa ajudou muitas pessoas, uns seguiram estudando, outros conseguiram emprego e melhoraram suas condições de vida. Penso que o governo errou muito em terminar com o desenvolvimento dessa política, pois muitas pessoas eram beneficiadas e até hoje ocorre a procura pelos cursos (Professor Pronatec **IES A**).*

Entende-se que a avaliação positiva da totalidade dos sujeitos participante do estudo em relação ao desenvolvimento do Pronatec/Bolsa-Formação, deva ser considerada como reveladora de uma percepção favorável por parte de professores e gestores que atuaram nas diferentes instituições, públicas e privadas, que ofertaram o programa na cidade de Pelotas no período dos anos de 2011 a 2015, e é relevante para uma pesquisa que buscou analisar uma política pública nesse determinado contexto.

Compreende-se que esses avanços em termos de perspectivas sociais podem ser percebidos, como assinala Wood (2011) “limites do capital que são transponíveis”, como “formas de emancipação” que são toleradas pelo capital. Muitos acontecimentos podem ocorrer na sociedade sem necessariamente contraporem aos interesses capitalistas, sem qualquer efeito nos “poderes de exploração do capital” ou no “equilíbrio decisivo do poder social” (WOOD, 2011, p.227).

A autora faz referência, por exemplo, a capacidade do capitalismo de “incomparavelmente ser indiferente às identidades sociais das pessoas que explora”, ressaltando que este

...tem uma tendência positiva a solapar essas diferenças e a diluir identidades como gênero ou raça, pois o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica Wood (p.229, 2011).

Visando a continuidade na elevação dos excedentes de produção e do consumo, e do crescimento da exploração econômica, o capitalismo tolera alguns avanços aos quais Wood (2011, p.228) denomina como “bens extraeconômicos”, como no caso da emancipação de gênero, da igualdade racial, da paz, saúde ecológica e da cidadania democrática.

Em muitos casos, além de tolerar, o capitalismo se beneficia de determinados comportamentos que possui a respeito de questões de cunho político ou de organização comunitária. Wood (2011) aborda essa situação referenciando que

A indiferença estrutural do capitalismo pelas identidades sociais das pessoas que explora torna-o capaz de prescindir das desigualdades e opressões extraeconômicas. Isso quer dizer que, embora o capitalismo não seja capaz de garantir a emancipação da opressão de gênero e raça, a conquista dessa emancipação também não garante a erradicação do capitalismo. Ao mesmo tempo, essa mesma indiferença pelas identidades extraeconômicas torna particularmente eficaz e flexível o seu uso como cobertura ideológica pelo capitalismo. Enquanto nas sociedades pré-capitalistas as identidades extraeconômicas acentuavam as relações de exploração, no capitalismo elas geralmente servem para obscurecer o principal modo de opressão que lhe é específico. E, apesar de o capitalismo tornar possível uma redistribuição sem precedentes de bens extraeconômicos, ele o faz desvalorizando-os (p.241).

É importante compreender os tipos de emancipação aceitáveis pelo capitalismo, pois esse exercício poderá desvelar novas formas de opressão. Assim, perceber esses efeitos em termos de perspectivas sociais evidenciados pelos gestores e professores participantes da pesquisa, como espaços de emancipação tolerados e até promovidos pelo capital, pode em um primeiro momento transparecer negativamente à luta por mais políticas públicas no campo da educação, mas na realidade é um movimento de reflexão que busca

contribuir com ações que concretizem avanços no sentido de confrontar essa lógica de exploração social.

### **4.3 A Oferta pública de Cursos Profissionalizantes por meio de Parcerias Público-Privadas**

Várias pesquisas (ROBERTSON, 2013; PERONI, 2015; ADRIÃO, 2016; SHIROMA, 2014; CÓSSIO, 2016) informam o fortalecimento das parcerias público-privadas - PPPs no cenário educacional, materializadas em diversos programas e convênios que estão em execução no Brasil.

Articulada a regras de mercado que foram inseridas no setor público, a prestação de serviços por meio de PPPs tornou-se o modelo ideal para o desenvolvimento da educação sob a lógica do neoliberalismo da terceira via, pois ao mesmo tempo que insere a iniciativa privada e sua lógica empresarial, com protagonismo na oferta de ensino, têm a presença do Estado como financiador e articulador de um cenário político favorável.

Fazendo referência à presença cada vez maior de PPPs na área da educação pública e da necessidade de estudos que desvendem os reais objetivos dessas práticas, Robertson e Verger (2012) evidenciam que

Durante a última década, a globalização e a governança da educação por meio das parcerias público-privadas (PPP) têm gerado considerável debate quanto ao seu significado, propósito, status e resultados. Este debate é particularmente aquecido no setor educacional devido ao ponto de vista largamente difundido da educação como atividade política e social complexa e que deve permanecer, em grande parte, se não na totalidade, no setor público e a serviço dos interesses públicos. A rápida expansão das parcerias público-privadas na educação (PPPE) envolve cada vez mais atores privados em uma faixa de atividade do setor público que inclui arenas tradicionais dos sistemas públicos de ensino: definição de políticas, oferta da educação, fiscalização e gestão escolar (cf. Hatcher, 2006; Ball, 2007; Bhanji, 2008; Saltman, 2010). Tal expansão merece, portanto, um exame detalhado (p. 1134).

A valorização das parcerias pelos governos, pelas empresas e pelos organismos internacionais é ressaltada por Robertson e Verger (2012, p.1135), onde salientam que sob essa lógica tem se consolidado uma participação ainda maior do setor privado no campo da educação pública, se comparado ao período de implementação de políticas de “liberalização do mercado” lançadas

nos anos de 1980. Sustentam ainda, que “Governar a educação por meio das PPPs é mais que uma questão de coordenar os serviços de educação, envolvendo agentes públicos e privados”, pois resulta também na formação de “tipos particulares de cidadãos (de mercado)” e na consolidação da área da educação como um setor de serviços em pleno desenvolvimento.

A ideia das parcerias, portanto, parece agir como um mecanismo útil, não apenas por colocar diferentes atores juntos e, por isso, diferentes grupos e diferentes tipos de conhecimento, mas por intermediar, mais do que mitigar ou mediar, a privatização *na* e *da* educação (ROBERTSON e VERGER, p.1141).

O modelo de parcerias defende a manutenção da figura do Estado na regulação, na avaliação e no planejamento do sistema de ensino, transferindo a oferta para organizações do setor privado, possibilitando assim a realização de práticas de mercado e a obtenção de interesses do empresariado através da educação. Através dessa constatação, pode-se perceber que as PPPs se caracterizam como um mecanismo de concretização das concepções neoliberais e não como um modelo que busque o equilíbrio entre mercado e Estado como defendido pelos idealizadores da Terceira Via.

Analisando os resultados obtidos em sua pesquisa quanto as transformações na relação entre Estado e o setor privado, Shiroma (2016, p. 138) evidencia que a curto prazo pode-se perceber o avanço da iniciativa privada no campo da educação por meio de diferentes ações que caracterizam formas de privatização, fortalecendo o mercado e o setor privado como responsáveis pela execução de serviços públicos. A médio prazo, sustentado pelo atual modelo de Governança e de parceria com o setor público, o empresariado se estabelece como cliente de negócios do Estado, reconfigurando o setor público pela lógica privada, sem a necessidade da privatização formal. E, a longo prazo, o privado se consolida como o responsável pela reconfiguração do cenário educacional do país, estabelecendo alterações no planejamento da educação com impactos na formação de alunos e até de professores, visando como objetivo principal desse conjunto de medidas a “desestatização da educação pública”.

Observando os destaques assinalados pela autora, pode-se perceber impactos relevantes que as PPPs promovem no cenário educacional do Brasil.

Reforçando a privatização de um serviço público que é essencial para população, estabelecendo a educação como um setor de mercado rentável para o investimento de grandes corporações empresariais e possibilitando que a iniciativa privada defina os rumos do ensino público do país.

Abordando as parcerias e a atuação do privado na definição e na execução de políticas públicas na educação básica brasileira, Peroni (2015) destaca aspectos que podem contribuir em um processo de análise crítica sob a inserção e, principalmente, sob os reflexos das PPPs na educação, tais como

- 1) os recursos públicos sendo repassados para as instituições privadas, em vez de fortalecer e expandir a rede pública;
- 2) a precarização da oferta, com expansão via racionalização de recursos;
- 3) as instituições privadas não necessariamente seguem princípios constitucionais de gestão democrática e gratuidade, apesar do financiamento ser público;
- 4) a precarização do trabalho docente, que não tem estabilidade, plano de carreira e, em alguns casos, recebe bolsa e não salário;
- 5) o privado define o conteúdo da educação (p.30).

Diante das análises desenvolvidas por teóricos que possuem como campo de pesquisa as políticas educacionais, e do crescimento das PPPs nessa área que é essencial para construção da cidadania de um país, entende-se como fundamental a presença efetiva de análises que explorem de forma criteriosa as motivações dessa proposta. Quem está envolvido no processo de tomada de decisões dessas parcerias? Que tipo de vantagens e benefícios seduz os envolvidos? Quais os ganhos e as perdas sociais? Esse é um modelo que possibilita o desenvolvimento de um processo de formação educacional no sentido mais amplo?

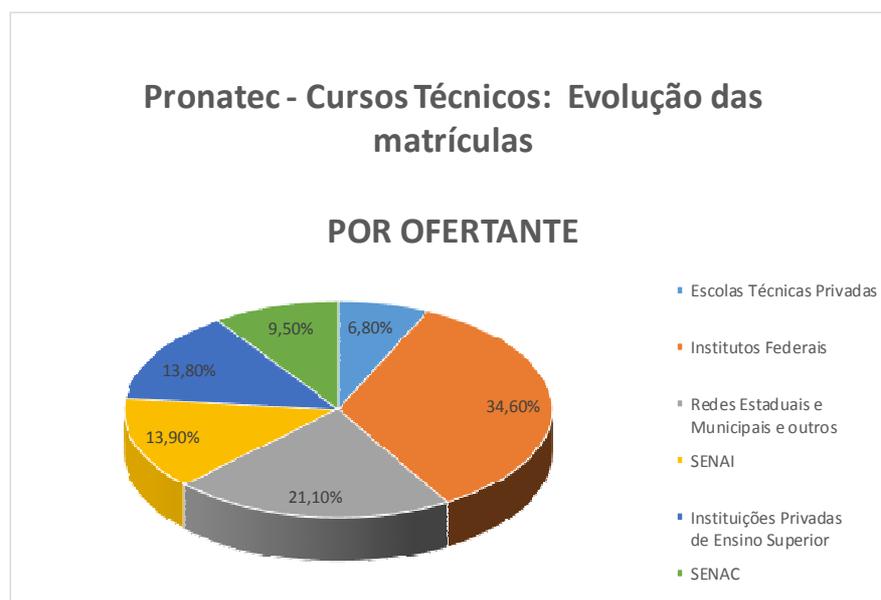
Robertson e Verger (2012) contribuem com essa problemática, ressaltando que não se pode afirmar que todo modelo de parceria público-privada é bom, ruim ou neutro. Mas asseveram em seu estudo que

...o quadro adotado pelos empresários globais vinculados às PPPEs é fundamentado em lógicas e formas de prestação de contas baseadas no mercado, ao invés de possuir uma orientação pública, na qual o único modo viável de reconhecimento é ser consumidor, ao invés de ser um sujeito social e político. Isto representa uma visão empobrecida da educação como atividade social e prejudica a capacidade dos sujeitos sociais de serem reflexivos, na medida em que os limita e os define primeiramente como agentes econômicos, cujas ações são exclusivamente enquadradas em relações de mercado (p. 1151).

Acredita-se que repassar a responsabilidade pela orientação dos rumos da educação para a iniciativa privada compromete os seus princípios fundamentais, que dentre outros podem ser destacados: a igualdade, a justiça social, a democracia e a cidadania. As instituições privadas de ensino atuam, prioritariamente, de acordo com valores pertencentes ao mercado, onde o lucro e outros interesses prevalecem em relação ao sentido social da educação.

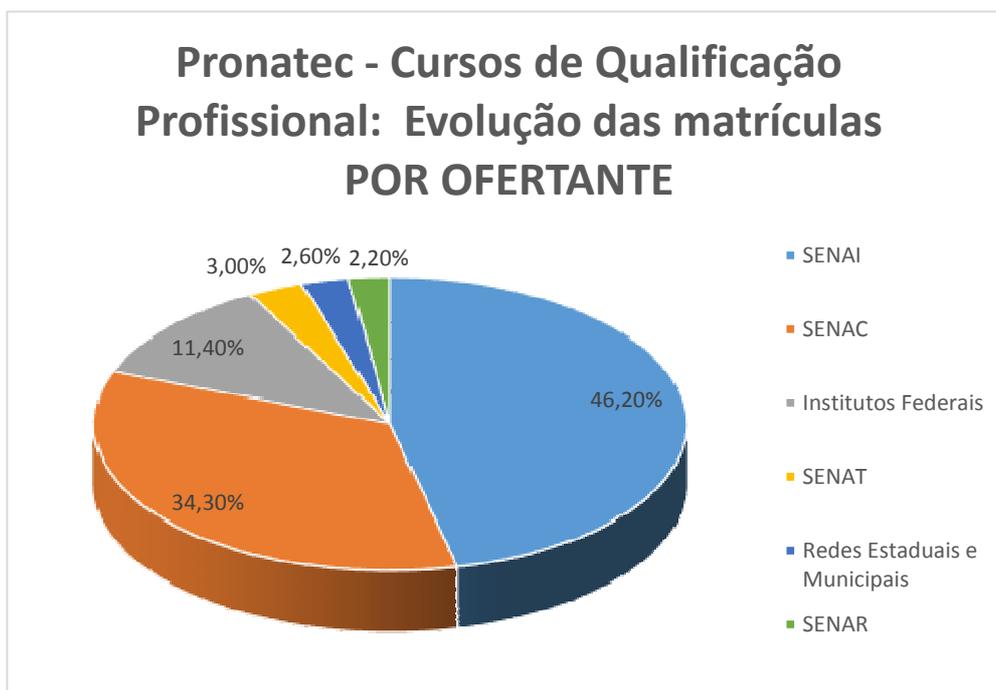
No caso específico do Pronatec, as ofertas de cursos profissionalizantes por meio de parcerias público/privadas apresentaram os maiores números do programa. Tendo os Serviços Nacionais de Aprendizagem como os principais protagonistas da política através da oferta de cursos de formação inicial e continuada.

**Gráfico 18.** Matrículas dos Cursos Técnicos por Instituições Ofertantes - Pronatec 2011-2015



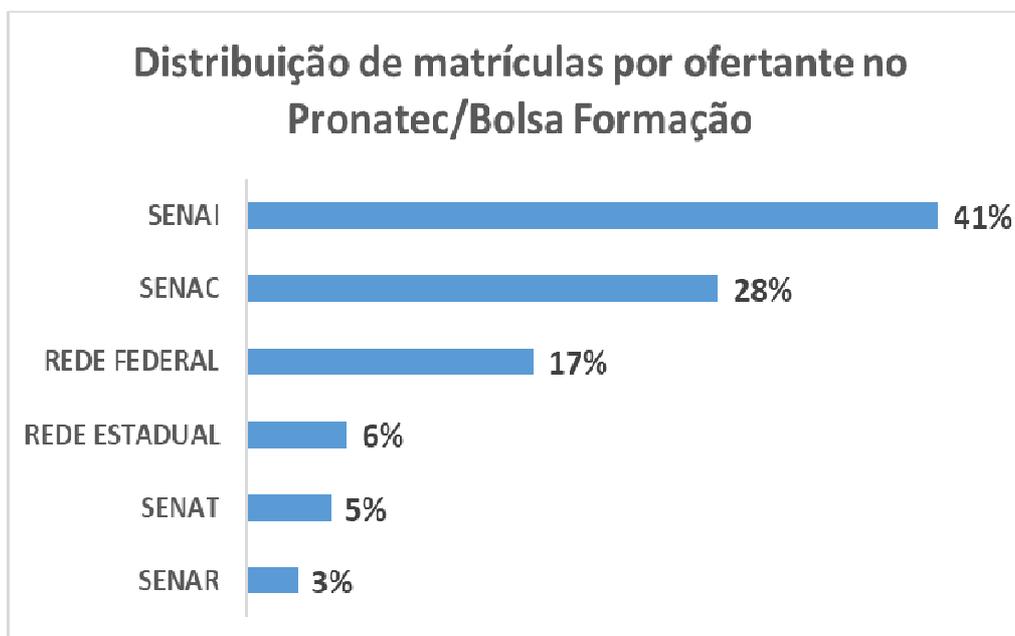
Fonte: SETEC, 2016.

**Gráfico 19.** Matrículas dos Cursos de Qualificação por Instituições Ofertantes - Pronatec 2011-2015



Fonte: SETEC, 2016.

**Gráfico 20.** Matrículas dos Cursos da Bolsa-Formação por Instituições Ofertantes - Pronatec 2011-2015



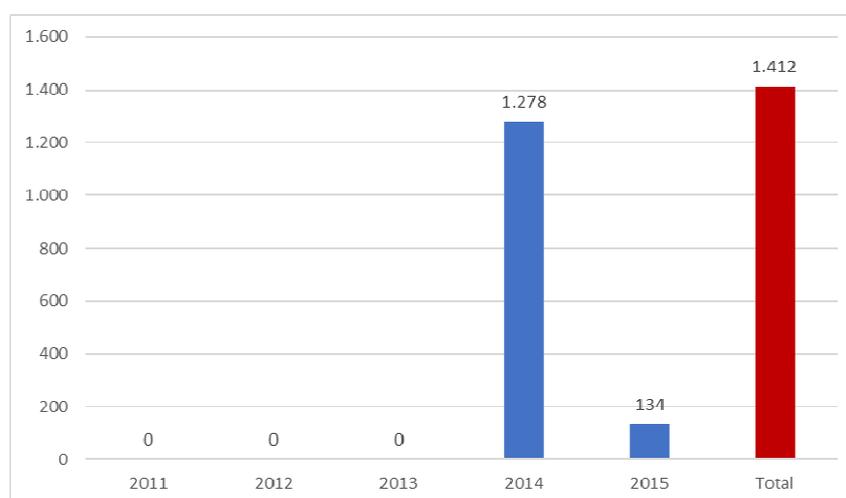
Fonte: SETEC, 2016.

Observando os gráficos, englobando todas as ações que constituem o Pronatec, nota-se que das matrículas dos cursos técnicos (gráfico nº 18) cerca de 44% são ofertadas pelo Sistema S (23,4%) e por instituições privadas de ensino (20,6%), e em torno de 55% são implementadas pela rede pública federal (34,6%) e redes estaduais e municipais (21,1%). No caso dos cursos de qualificação profissional (gráfico nº 19), o percentual de participação do Sistema S apresenta maior incidência, com cerca de 86% das matrículas, contabilizando apenas 14% para a rede pública federal (11,4%) e redes estaduais e municipais (2,5%) (MEC/SETEC, 2016).

Contabilizando apenas as matrículas realizadas através da ação da Bolsa-Formação (gráfico nº 20), visualiza-se que o Sistema S apresenta um percentual de 77% das matrículas, o que reforça a lógica das parcerias público-privadas do Pronatec, tendo em vista que a Bolsa-Formação é a iniciativa com maior investimento do programa (MEC/SETEC, 2016).

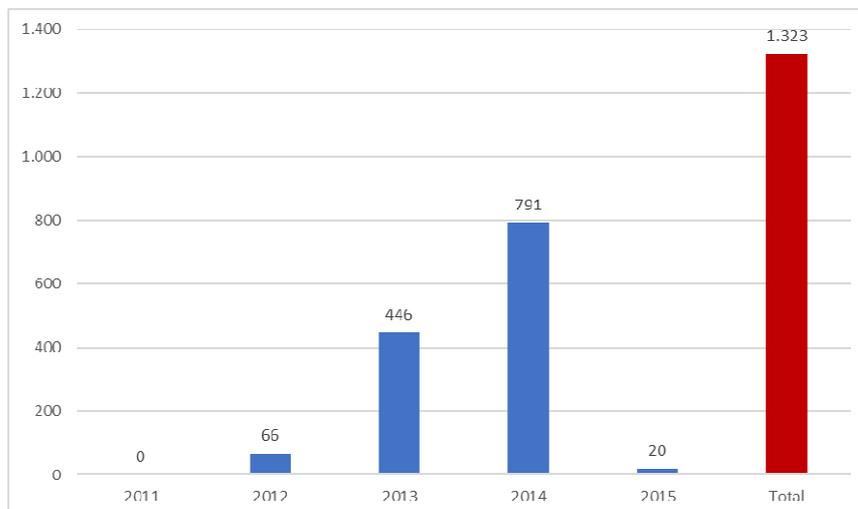
Na cidade de Pelotas-RS, a participação das parcerias público/privadas no desenvolvimento da ação da Bolsa-Formação/Pronatec apresenta percentuais ainda maiores que comparados aos números contabilizados em nível nacional. Os Gráficos 21, 22, 23, 24 e 25 apresentam os números de matrículas no período de 2011-2015 pelas instituições de ensino ofertantes da Bolsa-Formação/Pronatec no município de Pelotas-RS.

**Gráfico 21.** Número de Matrículas da Instituição de Ensino Superior no Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS – 2011-2015



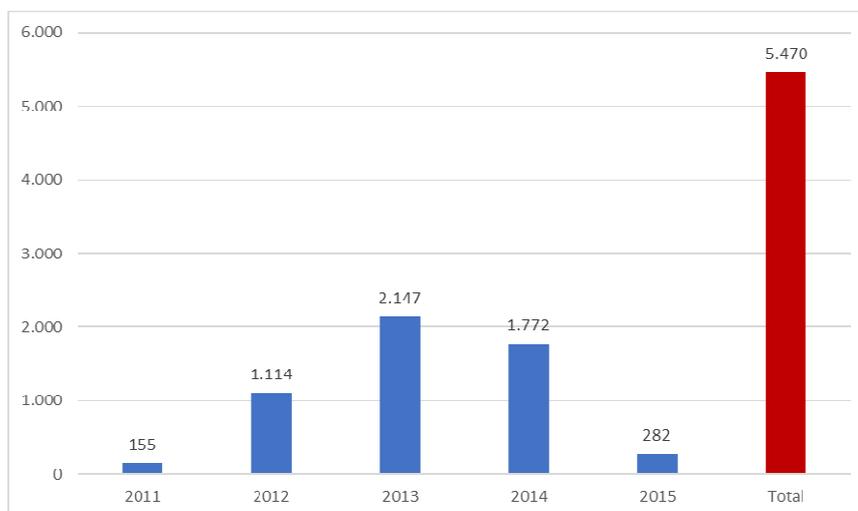
Fonte: SETEC, 2016.

**Gráfico 22.** Número de Matrículas do IFSul no Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS – 2011-2015



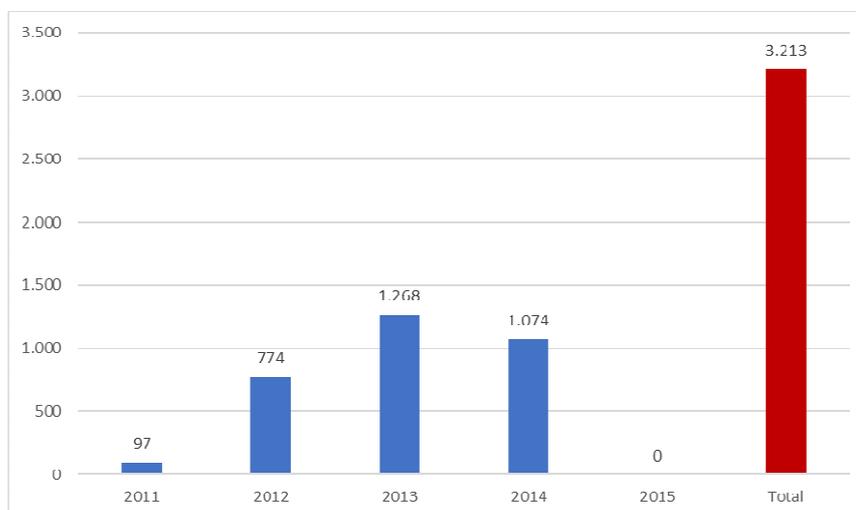
Fonte: SETEC, 2016.

**Gráfico 23.** Número de Matrículas do SENAC no Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015



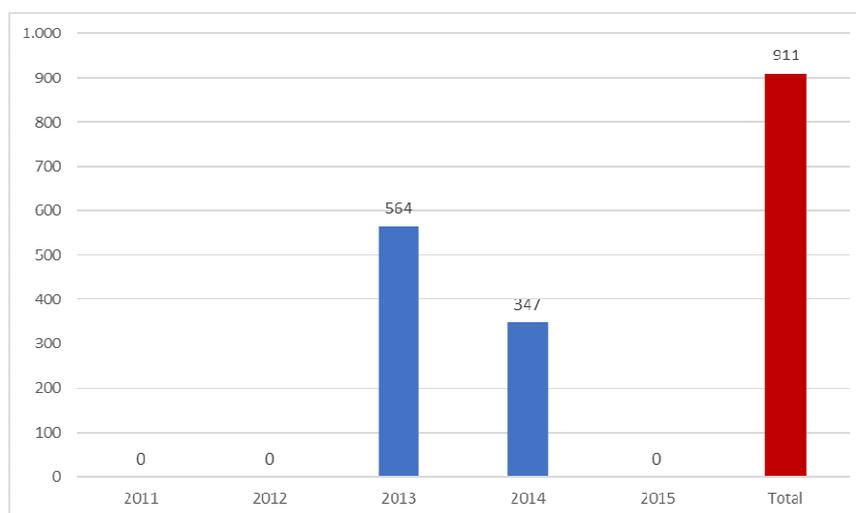
Fonte: SETEC, 2016.

**Gráfico 24.** Número de Matrículas do SENAI no Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015



Fonte: SETEC, 2016.

**Gráfico 25.** Número de Matrículas do SENAT no Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015

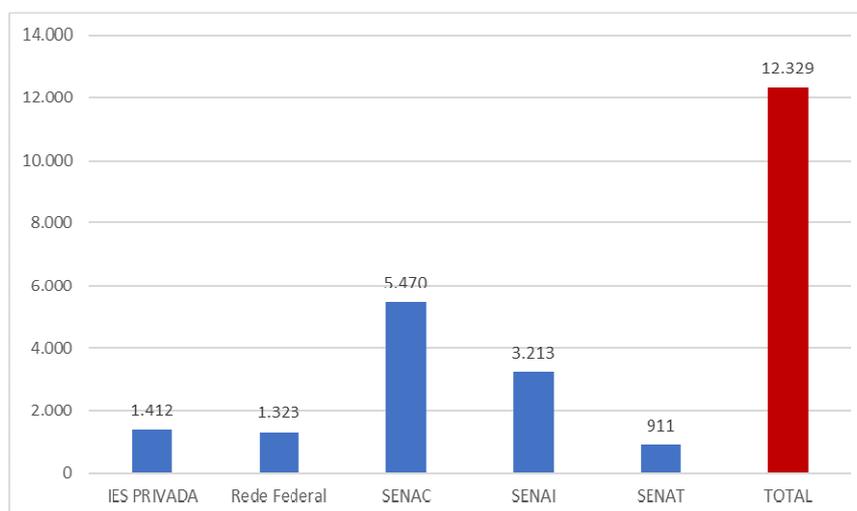


Fonte: SETEC, 2016.

Os Gráficos 26, 27 e 28 apresentam um comparativo dos totais de matrículas das instituições de ensino através da Bolsa-Formação/Pronatec nos anos de 2011 a 2015 em Pelotas-RS, os percentuais que cada instituição obteve nas 12.329 matrículas que foram contabilizadas no município pelo programa, e os números

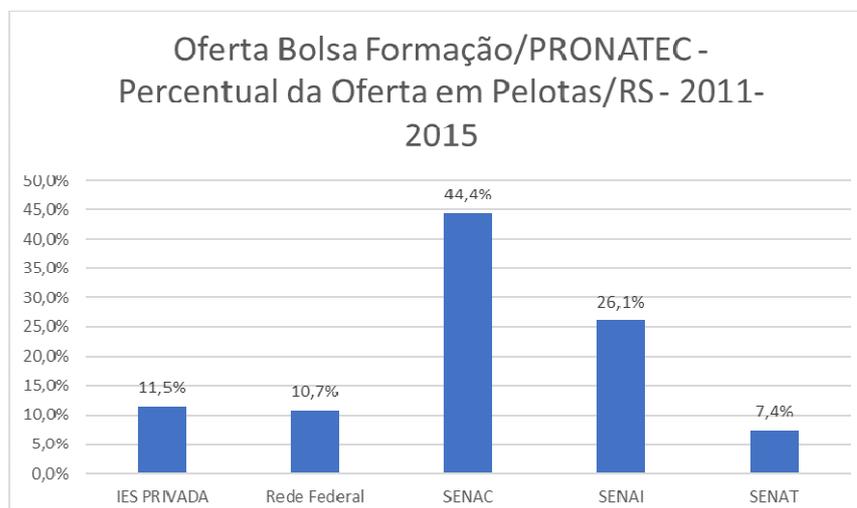
percentuais da participação da rede pública de ensino e das parcerias público-privadas na cidade.

**Gráfico 26.** Número total de Matrículas por instituição de ensino na oferta da Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015



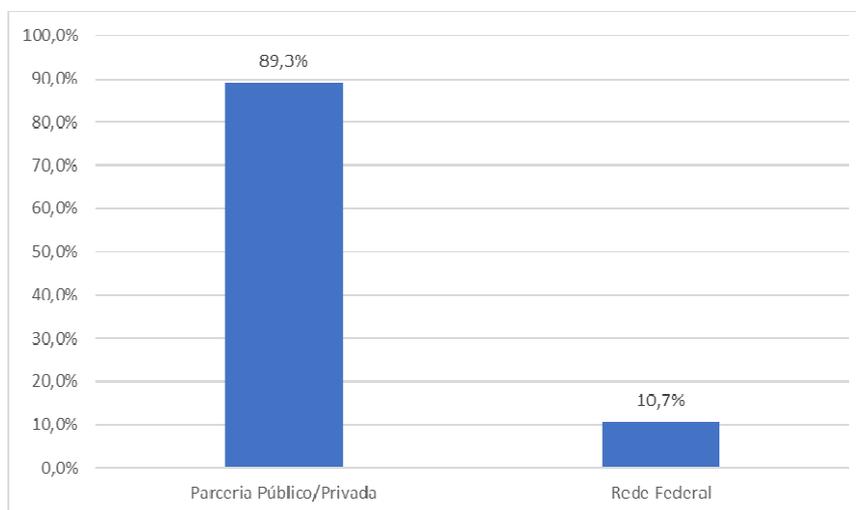
Fonte: SETEC, 2016.

**Gráfico 27.** Percentual por instituição de ensino, do total de Matrículas efetivadas na oferta da Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015



Fonte: SETEC, 2016.

**Gráfico 28.** Percentual de participação da Rede Federal de Ensino e das parcerias público-privadas do total de Matrículas efetivadas na oferta da Bolsa-Formação/Pronatec - Pelotas/RS - 2011-2015



Fonte: SETEC, 2016.

Analisando os três últimos gráficos se percebe o quanto expressivo foi a atuação de parcerias público/privadas na execução do Pronatec no *lócus* delimitado para o estudo. Os principais ofertantes da política foram o Senac com a efetivação de 5470 matrículas (44,4% do total da oferta) e o Senai com 3210 matrículas (26,1% do total da oferta). A rede federal de ensino contabilizou 1323 matrículas (10,7% do total da oferta), apresentando um número inferior ao efetivado pela instituição de ensino superior – IES que teve 1412 matrículas (11,5% do total da oferta). O percentual de matrículas computadas por meio de parcerias público/privadas atingiu 89,3 % do total da oferta efetivada pelo Pronatec na cidade de Pelotas-RS, um número ainda maior que os 77% das matrículas firmadas por meio de PPPs através da ação da Bolsa-Formação/Pronatec a nível nacional.

Abordando nas entrevistas essa diferença dos números apresentados entre as ofertas do Pronatec por meio de PPPs e pela rede federal na cidade de Pelotas-RS, bem como em todo território brasileiro, evidenciaram-se alguns aspectos que foram ressaltados pelos sujeitos como determinantes para os números discrepantes em termos de participações no programa.

O primeiro aspecto apontado foi em relação aos diferentes objetivos que a rede federal e os SNAs tinham com o desenvolvimento do Pronatec. Os IFs

buscavam trabalhar de forma criteriosa na definição de demandas específicas que pudessem colaborar com o desenvolvimento social e econômico das comunidades que estavam em seu espaço de atuação. As instituições pertencentes ao SNA, em que pese, também tenham como objetivo o desenvolvimento social e econômico da população do entorno, e é provável que tenham de fato contribuído para o acesso ao emprego e renda, pareceram mais focadas em atingir números expressivos em termos de ofertas; fortalecer os cursos que já dispunham, notadamente em áreas de atuação profissional com forte componente prático e de curta duração (cursos FIC), e, por fim, propiciar o incremento de suas receitas através do repasse de recursos públicos.

*Penso que isso ocorreu porque na rede federal se teve um maior cuidado na oferta dos cursos em termos de viabilidade, em relação as demandas e de qualidade de desenvolvimento (Professor Pronatec **IP C**).*

*Acredito que a rede federal buscou, em sua maioria, fazer um trabalho focado em necessidades locais, onde por exemplo, se percorria 400km de barco para atender comunidades indígenas. Buscando principalmente não descaracterizar a proposta principal da rede de atendimento público de qualidade. Já o sistema S, como rede privada, busca um faturamento, busca a oportunidade de ganhar dinheiro, e por isso apresenta números substancialmente maiores (Gestor Pronatec **IP**).*

Essa diferença da instituição federal em relação as instituições privadas no processo de definição dos cursos a serem ofertados pelo Pronatec foi destaque na 1ª categoria de análise deste trabalho, a qual evidenciou as metodologias distintas adotadas pela rede federal, que buscava ofertar cursos para demandas específicas da região, e pelos SNAs e pela instituição de ensino superior aos quais atuaram principalmente no desenvolvimento dos cursos pertencentes as suas ofertas regulares, sem uma análise criteriosa de viabilidade e de efeitos dessas ofertas na comunidade. Isso fortalece a percepção de que as instituições privadas focaram prioritariamente em ofertar o maior número de vagas possíveis, em cursos que desenvolviam periodicamente, em detrimento a efetivar um trabalho de atendimento as reais necessidades que o público-alvo do programa obtinha.

Outro aspecto levantado como fundamental para o maior percentual de participação do sistema S na realização do programa foi a pretensão do governo federal em atingir grandes metas em termos de ofertas, matrículas e concluintes com a execução do Pronatec, como pode-se perceber nas falas dos professores abaixo citadas.

*Creio que a necessidade de agilidade na oferta foi preponderante, o governo pretendia em um curto espaço de tempo, fazer uma oferta considerável do programa. Assim, creio que a utilização do sistema S foi fundamental, pois são instituições de ensino que já possuíam um leque grande de cursos desenvolvidos, principalmente cursos FIC. Penso que a rede federal tem seu foco mais voltado para cursos técnicos e não teria possibilidade de absorver a grande demanda que o governo pretendia alcançar (Professor Pronatec **SNA G**).*

*Acredito que essa diferença foi por opção do governo e também por questões estruturais, conseguindo com isso atender um número maior de demanda com o aproveitamento da estrutura do sistema S. Pois a estrutura física e de pessoal do Sistema S contempla praticamente todo território nacional e é bem maior que a rede federal (Professor Pronatec **SNA F**).*

Essa estratégia política de atingir grandes metas através do programa também foi destacada nas entrevistas, como uma das principais intencionalidades do governo federal em ofertar cursos profissionalizantes através de parcerias público/privadas, pois através dessa iniciativa conseguiu aproveitar a grande estrutura, a experiência e a agilidade de instituições privadas de ensino superior e, principalmente, dos Serviços Nacionais de Aprendizagem no processo de oferta de cursos profissionais em um curto espaço de tempo, como relatam logo abaixo os gestores do Pronatec da IES e do SNA A, bem como o professor SNA A.

*Penso que a intenção do governo foi de atingir as metas do programa a curto prazo, uma política de formação que utilizou diferentes redes de ensino para buscar a formação acelerada de profissionais em uma considerável quantidade (Gestor Pronatec **IES**).*

*Acredito que a intenção do governo foi realmente proporcionar o maior número possível de vagas gratuitas de qualificação profissional, buscando a empregabilidade dessas pessoas para que pudessem atender as demandas aquecidas do mercado e também adquirirem melhores possibilidades de vida. Penso que outra característica foi levada em consideração pelo MEC para a efetivação das parcerias, que foi a agilidade que as instituições privadas possuem no processo de desenvolver novas ofertas, pois não possuem as mesmas*

*exigências legais para contratação de profissionais e demais entraves que burocratizam um pouco a rede federal de ensino (Gestor Pronatec **SNA A**).*

*Entendo que o governo pretendia melhorar seus indicadores de educação e através dessas parcerias conseguiu atingir o seu público-alvo de uma forma mais eficaz, pois essas instituições do sistema S possuem expertise na oferta de cursos profissionalizantes, o que contribuiu inclusive com o levantamento de demandas e uma oferta em grande escala (Professor Pronatec **SNA A**).*

Somando-se a essa iniciativa de expandir a oferta de educação profissional em larga escala, muitos professores e gestores também elencaram a intenção do governo federal de atender a um grande número de pessoas com maiores necessidades de qualificação para ingressarem no mercado de trabalho, como justificativa para a utilização de parcerias com a rede privada, pois estas instituições de ensino já atuavam com esse perfil de aluno.

*Creio que a intenção foi a melhor possível, eles tiveram a intenção de atingir o povo menos qualificado e oportunizar que esse trabalhador pudesse se inserir no mercado de trabalho. As empresas estavam investindo em várias áreas no país e o governo percebeu uma oportunidade de inserir essas pessoas através da qualificação profissional. Acredito que foi uma visão fantástica do governo, eu nunca na minha vida, em 57 anos de atuação, tive oportunidade de trabalhar tanto e viajar tanto prestando qualificação, desde cidades muito pequenas que ministramos cursos. Estivemos presentes em torno de 28 cidades do nosso estado. Eu lamento muito que esse programa não tenha continuado (Professor Pronatec **SNA H**).*

O acordo de gratuidade firmado entre o governo federal e as instituições que compõem os Serviços Nacionais de Aprendizagem, apresentado no capítulo terceiro deste estudo, também foi elencado como uma das principais justificativas para a grande participação do Sistema S no desenvolvimento do Pronatec. Segundo o gestor e o professor B, ambos do programa na instituição pública, a busca pela gratuidade nas ofertas regulares dos SNAs possibilitou com que o governo federal firmasse parcerias, repassasse muitos recursos e colaborasse com o fortalecimento dessas instituições.

*Com a rede S foi o resgate da gratuidade, que tinha sido transformada em grande maioria em oferta de vagas pagas, o que não era o propósito dessa rede quando foi criada. A intenção do governo foi clara de investir recursos públicos nessas instituições (Gestor Pronatec **IP**).*

*Eu penso que existe uma opção de fortalecer o sistema S e de atingir as metas que eles estabeleceram para o programa em termos de números (Professor Pronatec IP B).*

Em síntese, pode-se perceber, analisando as diferentes falas dos sujeitos participantes do estudo, que as intencionalidades do governo federal que motivaram as parcerias público/privadas na execução de uma política de grande porte como o Pronatec no período de 2011-2015, são permeadas por vários objetivos. Dentre eles, o mais evidente foi o aumento da oferta em curto espaço de tempo, abrangendo todo o território nacional, voltado para pessoas que necessitavam de qualificação para ingressarem no mercado de trabalho. Contemplou diferentes demandas de mão-de-obra de um mercado que estava em crescimento. E repassou muitos recursos públicos para a rede privada de ensino profissional, fortalecendo principalmente os Serviços Nacionais de Aprendizagem oriundos do Sistema S, que representam diferentes áreas do setor produtivo do país.

Outros dois aspectos que envolvem especificamente as parcerias público/privadas na execução do Pronatec foram encontrados na pesquisa de campo e merecem um espaço de reflexão. Estes dizem respeito ao que as instituições de ensino profissional atuantes no programa repassavam para alunos e professores em termos de recursos financeiros recebidos da SETEC/MEC. Como foi descrito no Capítulo 3 deste estudo, as instituições recebiam um valor de Bolsa-Formação referentes ao custo total do curso por aluno, incluindo valores de mensalidades educacionais, encargos, assistência estudantil e insumos utilizados nas ofertas. Ficando a critério dos parceiros ofertantes o valor e o formato de repasse dos recursos referente ao pagamento de docentes e o auxílio para os alunos custearem o transporte e a alimentação no período de realização dos cursos.

Assim, o que foi identificado nas entrevistas, é que as instituições dos SNAs e as instituições de ensino superior repassavam valores inferiores para professores e alunos, se comparados aos praticados pela rede federal, como se pode constatar no relato da professora do Pronatec do SNA D “*Se não me engano ganhávamos 26 reais a hora/aula para lecionar nos cursos do Pronatec, enquanto que na rede federal o valor pago era de 50 reais a*

hora/aula". Abaixo outros relatos que ratificam essa prática no desenvolvimento do programa.

*O valor do custo aluno do programa é igual pela rede privada ou pela rede federal. O que existia era um regramento para pagamento dos profissionais que atuavam nas ofertas, com valores referências, mas dando autonomia para as instituições gerirem seus recursos. Nós seguimos exatamente o teto dos valores apresentados como referência de pagamento de professores etc., já a rede privada, como negócio, pagava valores inferiores aos profissionais, pois visava ter lucro. Enquanto pagávamos aos professores 50 reais a hora/aula, eles pagavam 15, 20 reais a hora/aula. Nós não temos na rede federal perspectiva de lucro, mas sim desenvolver o melhor atendimento possível em localidades afastadas, como por exemplo em assentamentos. E é muito importante valorizar bem os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento dos cursos. Tivemos muitas vezes profissionais que trabalhavam na rede S, nos procurando para trabalhar conosco como prestadores de serviço, pois lá eles recebiam as vezes um terço ou a metade do que nós pagávamos (Gestor Pronatec **IP**).*

*Nós tínhamos um valor padrão de hora/aula de pagamento de docentes. Se não me engano a rede federal pagava 50 reais a hora/aula e nós pagávamos 30 reais (Gestor Pronatec **SNA A**).*

*A hora aula paga pelos institutos era de 50 reais enquanto que em instituições privadas era inferior, como também os benefícios pagos para os alunos eram superiores na rede federal, mesmo o valor/aluno recebido pelas instituições sendo o mesmo. Em pelotas os alunos do sistema S recebiam 2 vales transportes e um vale refeição referente a um lanche, já aqui no instituto repassávamos uma bolsa para custear o transporte e a alimentação, ficando o valor maior do que o repassado pelo sistema S (Professor Pronatec **IP A**).*

Observando as falas acima, fica evidente a diferença entre os métodos e valores financeiros repassados pelas instituições de ensino para alunos e professores participantes do programa. A análise dessa questão colabora com a percepção de que desenvolver uma política pública através de parcerias com a iniciativa privada, principalmente em áreas fundamentais para a população como a educação, podem comprometer os efeitos que se pretendem alcançar através de investimento de recursos públicos. Nesse caso específico, no repasse inferior dos valores de assistência estudantil o maior prejudicado é a razão da política existir, ou seja, os alunos com extremas dificuldades financeiras que necessitam muito de auxílio e incentivo para poderem permanecer frequentando as aulas.

Na questão do pagamento inferior aos professores atuantes nos cursos, remete-se mais uma vez à estratégia de precarização e à intensificação da

atividade docente, pois paga-se menos para os professores do que o valor de referência descrito pelo programa, podendo influenciar os docentes a atuar com uma carga horária maior de trabalho para alcançar uma remuneração mensal satisfatória. O que no final, pode implicar na qualidade dos cursos e comprometer o processo formativo dos estudantes.

Fica evidente a diferença de enfoque entre a rede privada e a rede federal, quando se observam as respostas dos gestores Pronatec ao serem questionados quanto aos ganhos que suas instituições obtiveram com a realização do programa na cidade de Pelotas-RS.

*Primeiro o reconhecimento da nossa instituição que ainda é um pouco desconhecido fora do segmento do transporte, e em segundo foi o reconhecimento que tivemos das pessoas que atendemos, em relação ao trabalho bem executado que prestamos, da formação empreendedora que o projeto contemplava. Então esse programa contribui para que expuséssemos a nossa instituição da maneira que julgamos ser a ideal (Gestor Pronatec **SNA C**).*

*Acredito que aumentou a visibilidade da instituição, pois notávamos que muitas pessoas nem sabiam da sua existência (Gestor Pronatec **IES**).*

*Sem dúvida a maior visibilidade que a nossa instituição alcançou na região, pois atendemos em torno de 2 mil alunos por ano, assim são 2 mil pessoas que levam o nome da instituição para suas famílias e conhecidos. Hoje temos reflexos disso, pois temos alunos que voltam para buscar cursos de qualificação, que estão dentro das empresas, que foram nossos alunos pelo Pronatec (Gestor Pronatec **SNA A**).*

*Creio que tivemos ganhos em termos de investimentos, mas principalmente em termos de crescimento da marca. Temos muitos alunos e familiares desses alunos, que frequentaram posteriormente nossos cursos pagos (Gestor Pronatec **SNA B**).*

*Eu trabalho no IF a 24 anos, e a 20 anos eu já atuo na extensão, e sempre achei que tínhamos dificuldades em atuar fora dos nossos campus em trabalhos de extensão com a comunidade. A experiência com o Pronatec nos deu ganhos enormes nessas questões que envolvem a extensão, da atuação da escola além de suas portas. No CAVG, por exemplo, tivemos grandes experiências no atendimento de diferentes comunidades, em assentamentos, em associações, montando escolas em salão de festas da comunidade. Tendo os melhores resultados exatamente nessas ofertas mais difíceis. Com turmas ingressando 25 alunos e formando 24. E conseguimos identificar que onde tivemos cursos ofertados sem uma relação direta entre demanda e oferta, ou seja, considerando as reais necessidades locais, os índices de evasão eram superiores. Em São José do Norte por exemplo, enquanto alguns apenas apresentava um guia com os possíveis cursos a ofertar para comunidade escolher, nós íamos in loco verificar as necessidades da comunidade para percebermos o*

*que realmente iria agregar para o desenvolvimento social da população local (Gestor Pronatec IP).*

Enquanto os gestores Pronatec representantes das instituições privadas salientam aspectos de visibilidade e ganhos financeiros de suas empresas com a participação na efetivação do programa, o gestor Pronatec da instituição pública levanta importantes fatores que contribuíram como ganhos para sua instituição com a execução dessa política, podendo ser sintetizada sua fala com a seguinte observação “*A experiência com o Pronatec nos deu ganhos enormes nessas questões que envolvem a extensão, da atuação da escola além de suas portas*”. Entende-se que essa diferença de percepção, do que se pretende e o que é mais relevante com o desenvolvimento de uma política pública educacional, é determinante nos resultados atingidos em termos de benefícios para a população através do investimento de recursos públicos.

Por fim, ao serem questionados sobre a avaliação que teriam a respeito da oferta gratuita de cursos profissionalizantes por meio de parcerias do MEC com organizações que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem e instituições privadas de ensino, foi possível destacar que os gestores e professores que compreenderam a realização dessas parcerias como positivas, justificaram suas avaliações favoráveis pelo fato dessas PPPs possibilitarem um considerável aumento no número de pessoas atendidas pelo programa. Já os entrevistados que avaliaram de forma desfavorável a implementação de parcerias, mencionaram o enfoque principal dos SNA e das instituições privadas de ensino superior em atingir o maior número de matrículas possíveis através do Pronatec, como a principal razão pelas suas avaliações negativas as PPPs, como pode-se identificar nas falas abaixo destacadas.

*Avalio como positiva essas parcerias, pois através delas o MEC e os demais ministérios conseguiram atingir de forma mais ágil um maior quantitativo de pessoas que necessitavam de qualificação profissional. O programa tinha grandes metas para atingir, e a utilização de todo potencial das instituições de ensino do país foi fundamental para que os números pudessem ser atingidos (Gestor Pronatec SNA A).*

*Eu desconheço uma instituição que tenha a nossa estrutura, no setor de transporte, bem como as demais instituições do sistema S, que está espalhado por todo o país, pronto para ser utilizado pelo governo federal para a qualificação de pessoas. O sistema S tem uma estrutura pronta para atuar de norte a sul do país, então não existe*

*motivo para não utilizar essa estrutura física e de pessoal. Creio que o governo da época foi muito feliz nessa escolha, pois a nossa estrutura tem capacidade de dar conta de uma numerosa qualificação de pessoas para o mercado de trabalho (Professor Pronatec **SNA H**).*

*Penso que a rede S é muito qualificada, mas como instituição privada ela busca capital, então sua estratégia foi de ofertar cursos que já eram desenvolvidos por suas instituições de forma regular, e não o que realmente era uma necessidade social da localidade. Isso fez com que se descaracterizasse de certa maneira o propósito inicial do programa, onde muitas vezes ocorreu o investimento em cursos que não eram os ideais (Gestor Pronatec **IP**).*

*Eu acredito que a oferta pelos institutos tem uma qualidade superior, pois entendo que o sistema S tem um viés mais comercial, mais em números. Digo isso pela experiência que tive no sistema S. Penso que os cursos devam ser desenvolvidos em busca de as coisas se materializarem, visando melhorias para a comunidade, não apenas focando em números de matrículas, números de egressos. Acredito que pelos institutos se tem a possibilidade de ter um maior cuidado em relação a esses propósitos (Professor Pronatec **IP B**).*

Pode-se compreender que a realização de parcerias público/privadas para a oferta do Pronatec proporcionou ganhos quantitativos ao programa, contemplando um maior número de pessoas e, assim, propiciou também o aumento de oportunidades em termos de acesso ao trabalho, embora se saiba que a qualificação profissional não garante o emprego. Mas o que também se pôde perceber foram diferentes concepções e práticas na execução da política, sobretudo com diferenças marcantes entre a rede federal e as instituições de ensino da rede privada. Evidenciando assim aspectos que devem ser considerados para a avaliação do modelo de oferta de ensino gratuito por meio de parcerias público-privadas.

#### **4.4 O Perfil de Trabalhador pretendido pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas**

A perspectiva de fortalecer o capital humano e o capital social como um dos princípios da educação para atender às expectativas do novo milênio, sobretudo para os países em desenvolvimento, pode ser observada nas recomendações dos organismos internacionais, como é o caso, por exemplo, da “Estratégia 2020 para a Educação” do Banco Mundial, publicado em 2011.

É possível identificar nas justificativas que sustentam o documento e nas orientações para que a educação alcance os patamares de competência desejados pelos seus formuladores, aproximações potentes com os propósitos e práticas do Pronatec, especialmente no que se refere à relação direta entre educação e desenvolvimento econômico.

Salientando que os sistemas de ensino dos países em desenvolvimento ainda apresentam uma formação incapaz de desenvolver as competências necessárias para o mercado de trabalho o BM (2011, s/n), apesar de reconhecer os investimentos dessas nações no campo da educação e os avanços em direção aos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de educação primária universal e igualdade de gênero”, entende que é preciso estabelecer uma relação mais clara do ensino com as demandas do mercado. Justifica-se essa lógica por acreditar que “os investimentos em educação de qualidade produzem crescimento econômico e desenvolvimento mais rápidos e sustentáveis”.

Alicerçado por essa concepção de educação, o BM (2011, s/n) estabelece a estratégia 2020 para o setor da educação, focada no objetivo de alcançar a “Aprendizagem para Todos”, que significa a garantia de que todas as crianças e jovens “possam não só ir à escola, mas que também adquiram o conhecimento e as habilidades de que necessitam para terem vidas saudáveis, produtivas e obterem um emprego significativo”.

Observando a posição dos organismos internacionais nos últimos anos e identificando o Banco Mundial como um dos protagonistas no direcionamento das políticas para o campo da educação dos países de capitalismo dependente, pode-se perceber uma recomendação clara de relacionar preponderantemente os objetivos educacionais propostos para os sistemas de ensino com as necessidades evidenciadas pelo mercado. Ao analisar esta questão, Cossio (2015) destaca que

...se observa que o banco anuncia novas estratégias, mas mantém a mesma lógica, ou seja, vincular a educação ao desenvolvimento econômico e, portanto, aliar as necessidades de aprendizagens ao processo produtivo, sendo a escola responsável por desenvolver as capacidades para que os indivíduos participem ativamente do mercado de trabalho. Além disso, a educação básica é vista como elemento crucial na capacitação das pessoas mais pobres, para que possam aumentar a sua capacidade de gerar renda e quebrar o ciclo

intergeracional da pobreza, o que levará então ao desenvolvimento socioeconômico (p. 630).

Tendo a educação como “a melhor ferramenta” para o “aproveitamento do potencial da mente humana”, o BM (2011, p.1) acredita que é através de “reformas nos sistemas de educação dos países e criando uma base global de conhecimento suficientemente forte para liderar essas reformas”, com o apoio dos governos, organizações da sociedade civil, do setor privado e com o seu suporte financeiro, técnico e de ideias, que no período de 10 anos conseguirá alcançar o objetivo de “Aprendizagem para todos”. Deslocando o enfoque do acesso à educação para a aprendizagem, o documento enfatiza o “desafio de melhorar a qualidade da educação e acelerar a aprendizagem” (BANCO MUNDIAL, 2011, p.02)

A estratégia proposta pelo BM (2011) para o setor da educação tem seu direcionamento para a “aprendizagem” pelo entendimento de que “crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não do número de anos que passaram sentados em uma sala de aula”. Justificando que no nível pessoal, “são as competências do trabalhador que determinam sua capacidade de se adaptar às novas tecnologias e oportunidades” e no nível social, que “pesquisas recentes mostram que o nível de competência de uma força de trabalho prevê taxas de crescimento econômico muito mais elevadas que as médias de escolaridade” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 3).

Observando a relação entre as políticas educacionais propostas pelos organismos internacionais e os interesses economicistas e mercantis, Cóssio (2015) evidencia que

Apesar de as recomendações internacionais terem se alterado ao final da década de 1990, voltando-se para políticas de alívio à pobreza, justamente considerando o esgotamento da capacidade de exploração do trabalho, a visão econômica não foi abandonada, a ela foi acrescida a visão social, com políticas distributivas para cobrir as necessidades e carências básicas e manter o modelo (p. 631).

O ponto central da ação proposta pelo BM (2011) é o investimento concentrado em iniciativas que comprovadamente ampliem um modelo específico de qualidade educacional. Tal qualidade será medida pelos

resultados obtidos em avaliações em larga escala, com destaque para algumas competências e habilidades consideradas necessárias para que os sujeitos sejam capazes de tornarem-se produtivos, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. Em busca desse conceito de qualidade, o banco prevê uma série de reformas para garantir o retorno esperado sobre os recursos empregados, com reestruturações nos sistemas de ensino, tendo na responsabilização de gestores, professores e estudantes uma das mais visíveis consequências.

Analisando a lógica da “aprendizagem” defendida pelo Banco Mundial, percebe-se a sua similaridade com a teoria do capital humano e também com aspectos da tese do capital social, adicionadas a concepções de gestão que estão sendo inseridas no setor público com o modelo da nova gestão pública e também da governança.

O enfoque da proposta do BM é direcionar os objetivos para a educação dos países em desenvolvimento, em busca do aproveitamento do potencial das populações, qualificando os trabalhadores (capital humano) de acordo com as necessidades mercadológicas, obtendo assim, uma maior produtividade individual e coletiva, a redução considerável dos níveis de pobreza, o aumento do consumo e um conseqüente crescimento das economias (capital econômico), utilizando como facilitadores e parceiros desta iniciativa, as diferentes organizações e sujeitos que compõem a sociedade civil das nações, ou seja, um modelo coletivo de solidariedade ideal (capital social) para a concretização das reformas educacionais que atendam aos interesses do empresariado.

Adota, ainda, como princípios desse processo de reestruturação (nova gestão pública e governança) a aceleração na formação (fazer mais, em um menor espaço de tempo), a gestão eficaz dos recursos (investimento proporcional aos resultados obtidos), os incentivos e a responsabilização dos sujeitos, e os mecanismos de avaliação de desempenho.

A orientação do BM em buscar a aprendizagem para todos, através da qualidade da educação, no sentido de aumentar a inserção das pessoas no mercado de trabalho em um curto espaço de tempo, pode ser percebida no Brasil através do grande investimento no Pronatec, confirmando o interesse

público em desenvolver políticas educacionais focadas nas demandas do mercado e na empregabilidade.

Ao serem questionados quanto ao perfil de trabalhador que suas instituições de ensino buscavam formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas, todos os entrevistados salientaram como prioridade o objetivo de formar trabalhadores com o perfil apropriado para a inserção no mercado, ou seja, que pudessem contemplar as necessidades e os requisitos apresentados pelo setor produtivo.

*Vejo que nossa instituição buscou atuar na formação de pessoas menos qualificadas, que pararam de estudar, trabalhadores braçais, de poucas perspectivas, a grande maioria desempregados, despertando nessas pessoas, através de novas oportunidades de aprendizagem gratuitas, possibilidades de ingressarem no mercado de trabalho formal (Professor Pronatec **SNA H**).*

*Acredito que a instituição procurava atender pessoas que estavam fora do mercado de trabalho e nosso grande objetivo era qualifica-las para possibilitar que elas conseguissem buscar a empregabilidade (Professor Pronatec **IES C**).*

*Nós sempre buscamos formar as pessoas para buscarem a inserção no mercado de trabalho ou para qualificarem sua mão de obra, mas sem esquecer a formação dos sujeitos, o que sem dúvida tinha uma ênfase bem inferior, pelo pouco tempo de formação (Professor Pronatec **IP C**).*

*Entendo que o grande objetivo era formar para o mercado de trabalho, para empregabilidade. Claro que era trabalhado outros conteúdos, mas o enfoque era buscar formar bons profissionais (Professor Pronatec **IES A**).*

*Acredito que sempre focamos em uma formação mais prática, de agregar ao aluno possibilidades dele ingressar no mercado de trabalho ou melhorar individualmente o seu potencial produtivo (Professor Pronatec **IP B**).*

Esse enfoque prioritário do programa de inserção das pessoas no mercado de trabalho colabora, através de uma política pública educacional de grande escala, para a formação de um trabalhador de novo tipo como o empresariado deseja. Um trabalhador flexível, empreendedor e multifuncional, mas, que ao mesmo tempo, é precarizado em termos de valorização profissional e sujeito a atividades cada vez mais intensificadas.

Frigotto (2011, p. 28) contribui com essa questão ao descrever que surgiram com o neoliberalismo “novos fetiches mercantis da ideologia do capital humano” que demonstram um “contexto de regressão nas relações sociais e educacionais”. O autor afirma que aderindo ao receituário do Consenso de Washington para o ajuste da economia e inserindo conceitos como de *sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências, empregabilidade, empreendedorismo e capital social* no contexto das políticas públicas, se estabelece uma concepção ainda mais cruel para as classes que mais necessitam do apoio do Estado.

...se a noção de capital humano - que expressava um reducionismo de sociedade, ser humano, e educação subordinando-os ao mercado, mas que ainda tinha a sociedade e a integração ao emprego como horizonte- as novas noções expressam uma perspectiva desintegradora, jogando no indivíduo isolado e desprovido de proteção social e da organização sindical, a responsabilidade por seu destino (FRIGOTTO, 2011, p.28).

Ressalta, ainda, que essa nova lógica materializou uma alteração relevante, pois “... já não é a sociedade, a integração a um conjunto de direitos sociais como o emprego, saúde e educação, moradia, transporte, a cultura etc. que são referência, mas a luta do indivíduo sem proteção” (FRIGOTTO, 2011, p. 26).

Esses conceitos trazem consigo significados importantes para o novo modelo de gestão pública e da consequente realização das políticas sob a perspectiva preconizada pelos organismos internacionais, que historicamente atuam como guardiões dos interesses do capital. A *sociedade do conhecimento* defendendo a tese de que o desenvolvimento tecnológico contribuiu para a superação das desigualdades sociais, o que na realidade tem nos mostrado o inverso, pois os detentores do aparato tecnológico contribuem cada vez mais para o distanciamento entre ricos e pobres, com o desemprego e com as condições precárias de trabalho, concedendo um retorno ínfimo para as questões sociais.

A *qualidade total* que, proveniente da área de gestão da produção e, posteriormente da gestão empresarial, busca inserir nas políticas públicas da educação concepções e práticas de gestão que visem a redução dos custos e a elevação dos resultados (indicadores educacionais).

O conceito de *empregabilidade* visa desconstruir a noção de direito ao emprego para defender a ideia de que o mais importante é a qualificação individual das pessoas, para que essas estejam preparadas para aproveitar as oportunidades que o mercado lhes apresenta, contribuindo para a competitividade. O que camufla a perda gradativa de direitos trabalhistas, da flexibilização e da intensificação do trabalho.

A lógica da *pedagogia das competências* visa disseminar a ideia do trabalhador flexível e preparado para demandas, muitas vezes sazonais, que o setor produtivo lhe apresenta, desenvolvendo também uma abordagem individualista para o sucesso ou fracasso em termos de inserção no mercado de trabalho, contribuindo para o “desmonte dos direitos sociais e coletivos e de políticas universais” (FRIGOTTO, 2011, p. 27).

O *empreendedorismo* também emerge na mesma tendência de buscar a autorresponsabilização dos sujeitos, mas com o enfoque de incentivar aquelas pessoas que por algum motivo não foram absorvidas pelo setor produtivo, a serem empreendedoras do seu próprio meio de sobrevivência, que na maioria dos casos não se mantêm por ausências evidentes de condições básicas para o incremento de um negócio duradouro, aumentando os índices de informalidade e desemprego no país.

Salientando a intensificação das políticas neoliberais, Motta (2009, p. 552) descreve que nos países de “capitalismo dependente”, as mudanças preconizadas pelo Consenso de Washington foram significativas, e que para as políticas educacionais a “nova ordem mundial” recomendada pelo Banco Mundial foi de ampliar a qualificação da classe trabalhadora e possibilitar uma maior inserção no mercado de trabalho.

Gentili (1998) faz referência à “função de integração econômica” proposta para a escola no final do século XIX, apontando que a função econômica foi associada às demais funções integradoras da educação, como a civil, a política, a social e a cultural, diante do entendimento de que era papel fundamental da escolarização a inserção das pessoas no processo produtivo do país. A inclusão dessa função no sistema educacional visava à elevação do setor produtivo, o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva de abordagem às questões sociais, pode-se perceber, também, uma lógica de atender aos interesses do capital, pois quando se trata das desigualdades sociais, percebe-se nas entrelinhas que o objetivo principal é de aumentar o poder de consumo de pessoas em situação de vulnerabilidade social para alavancar resultados econômicos, e não a busca por direitos fundamentais para o exercício pleno de cidadania.

Observando as reformas da educação na década de 1990, Motta (2011) aponta que neste período foram introduzidos “arsenais ideológicos” da competitividade e da empregabilidade, como requisitos relevantes para a inserção do Brasil no mercado global, apresentando como justificativa para a concentração das políticas educacionais em prol do desenvolvimento do capital humano da nação

...a aquisição de competências e habilidades, necessárias a nova configuração produtiva de base tecnológico-científica, e de serviços que cada indivíduo deveria adquirir no mercado educacional para atingir melhores condições de disputa e melhor posição no mercado de trabalho (p. 41).

Evidenciando o caráter individualista preconizado através da teoria do “capital humano” e da busca pela empregabilidade, Gentili (1998, p. 53) descreve que a concepção difundida é de que para se inserir ao mercado de trabalho, o indivíduo necessita de um “conjunto de saberes, competências e credenciais” que o habilitam a competir pelos empregos disponíveis. Com isso, a visão integradora da escola foi alterada para uma “lógica econômica estritamente privada”, onde cada pessoa, de forma individual, deve buscar a sua qualificação profissional através do sistema educacional, para aproveitar as oportunidades que o mercado lhe apresenta.

É através dessa lógica que começa a se desconstruir a ideia de que através da escola se alcançaria o pleno emprego, para Gentili (1998, p. 89) o emprego como direito social “... desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece”. E complementa observando que era necessário, além de educar para o emprego, “... formar também para o desemprego, numa lógica de desenvolvimento que

transformava a dupla 'trabalho/ausência de trabalho' num matrimônio inseparável (GENTILI, 1998, p. 89).

Refletindo a respeito dessa constatação simplista de que a exclusão e a desigualdade resumem-se à ausência de qualificação do trabalhador para ingresso no mercado de trabalho, Arroyo (2013, p. 112) aponta que “Reconhecer o padrão segregador e racista do trabalho em um contexto de crise pode ser um caminho para superar essas crenças milagrosas na preparação dos pobres para o mercado “aberto” de trabalho”.

A lógica da empregabilidade/responsabilização no contexto da reestruturação produtiva atribui à eficácia da formação profissional a solução para o acesso ao emprego, renda e, portanto, para a redução das desigualdades econômicas e sociais. As disfunções orgânicas do capitalismo são eclipsadas, como se o problema fosse exclusivamente a falta de capacitação de trabalhadores e não a ausência de postos de trabalho.

Acredita-se ser relevante para a tentativa de contribuir com o processo de discussão de uma proposta contra-hegemônica para a educação profissional no Brasil, referenciar a relação do trabalho com o capital. Ela é determinante na formatação de uma estrutura em que consolida o desenvolvimento do primeiro subordinado ao segundo, tendo, por exemplo, também como um fortalecedor dessa lógica, um ensino profissionalizante que historicamente intensifica a formação de um perfil de trabalhador favorável aos interesses do capital.

O condicionamento estrutural do trabalho ao capital faz com que este represente as diferentes reestruturações do sistema de produção ao longo dos anos e ratifique o intercâmbio de produtos e serviços. Antunes (2009, p.23) observa como determinante a separação e a subordinação do valor de uso ao valor de troca, para o fortalecimento de uma totalidade social estruturada que converteu “a produção do capital em propósito da humanidade”.

A disseminação do valor de troca consolidado pelo capital fez com que as necessidades básicas das pessoas ficassem em um plano inferior, como por exemplo, no caso das atividades de produção, que eram voltadas para suprir as demandas vitais da sociedade e que hoje são responsáveis diretas pelos

altos índices de produtividade e de acumulação de riquezas. Mészáros (1995) descreve que o capital

...nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas. É um sistema de mediações claramente identificável, o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais – das relações de gênero familiares à produção material, incluindo até mesmo a criação das obras de arte – ao imperativo absoluto da expansão do capital, ou seja, da sua própria expansão e reprodução como um sistema de metabolismo social de mediação (p.23)

É condição elementar para a expansão do capital a superação dos limites impostos pelas necessidades dos indivíduos. Assim, reduzir a vida útil das mercadorias, o que Mészáros (1995, p. 27) denomina como “tendência decrescente do valor de uso”, incentiva e acelera o ciclo produtivo, ao mesmo tempo que explora, precariza e torna alienante o trabalho.

Nas diferentes reestruturações dos sistemas produtivos, onde pode-se destacar a superação dos sistemas taylorista e fordista até a disseminação de conceitos oriundos do sistema toyotista de produção, as transformações ocorridas no trabalho e na configuração do trabalhador, a qual Antunes (2009, p.257) descreve como a “nova morfologia do trabalho”, apresentam como características marcantes a flexibilização na contratação dos trabalhadores e a crescente perda de direitos sociais, o que faz do trabalho contemporâneo um espaço ainda maior de exploração e intensificação das atividades.

Tratando a temática da precarização acentuada do trabalho como variável importante a ser considerada, Antunes (2009) assinala que

Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e assistindo a sua substituição pelas terceirizações, por diferentes modos de flexibilização, pelas formas de trabalho part time, pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, terceiro setor etc (p.250).

Descrevendo ainda que

É nesse quadro de precarização estrutural do trabalho que os capitais globais estão exigindo dos governos nacionais o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar a legislação social do trabalho significa aumentar ainda mais os mecanismos de

extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e em especial após os anos 30, quando se toma o exemplo brasileiro. Tudo isso em plena era do avanço tecnocientífico, que fez desmoronar tantas (infundadas) esperanças otimistas. Isso porque, em pleno avanço informacional, amplia-se o mundo da informalidade (p.250).

Evidencia-se o setor produtivo buscando modernizar as organizações com novos métodos de gestão e investindo fortemente em tecnologia, acentuando o nível de exigência de qualificação por parte dos trabalhadores, ao mesmo tempo que se pode perceber uma flexibilização do trabalho visando desonerar os detentores do capital, ou seja, os empregadores, retirando direitos, elevando o número de horas trabalhadas e precarizando o trabalho nos diferentes níveis hierárquicos das empresas, refletindo principalmente na base com a materialização de subempregos, como, por exemplo, através da oferta de vagas temporárias ou sem vínculo empregatício. Para Antunes (2009)

Mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente de seu trabalho para sobreviver e encontram cada vez mais situações instáveis, precárias, quando não inexistentes de trabalho. Ou seja, enquanto se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras no mundo, há uma constrição monumental dos empregos, corroídos em seus direitos e erodidos em suas conquistas (p.11).

É evidente a relevância do trabalho e seu potencial emancipador para as pessoas, mas é preciso buscar alternativas para o formato de trabalho que vem sendo estruturado ao longo das diferentes reformulações voltadas ao crescimento e valorização do capital. Nessa linha, desenvolver possibilidades contra-hegemônicas para a educação profissional, que é também responsável pela formação desse trabalhador de novo tipo, é fundamental para o processo de recusa ao trabalho que aliena, precariza, explora e cria um espaço de sociabilidade infeliz. Um ensino profissionalizante que em sua essência busque emancipar pessoas, humanizá-las e libertá-las para que possam construir uma nova concepção de trabalho, menos subordinado e condicionado aos interesses do capital.

Ao longo da trajetória do ensino profissionalizante no Brasil é possível identificar a ligação direta dessa modalidade educacional com o “saber fazer”,

com a qualificação da mão de obra para o mercado voltada para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. A educação profissional, historicamente, reflete a dualidade do ensino brasileiro, entre o trabalho manual e o intelectual, em que as pessoas com maior poder aquisitivo são formadas para assumirem os melhores postos de trabalho através do ensino superior, e uma parcela da população é preparada para ingressar imediatamente no setor produtivo e atender as demandas do empresariado.

Abordando o ciclo de reformas da educação brasileira no período em que foram inseridos conceitos da teoria do capital humano, consolidando, por exemplo, a profissionalização compulsória na educação básica, Frigotto (2011, p. 23) aponta que “a dualidade escolar é uma exigência estrutural da sociedade de classes” salientando que no Brasil a trajetória histórica vivenciada contribuiu para a consolidação dessa doutrina, pois reforçou a manutenção de “uma classe dominante forjada na cultura colonizadora e de estigma escravocrata e que desenvolve profundo preconceito com o trabalho manual e técnico”.

Fazendo referência à função historicamente desempenhada pela educação profissional, Grabowski e Ribeiro (2010) destacam que esta

...tem servido para preparar mão de obra (qualificação da força de trabalho) para as relações de produção capitalistas vigentes no Brasil. Predominou, ao longo da história, uma finalidade instrumental, operacional, qual seja, que o trabalhador fosse capaz de executar as funções reservadas para ele de forma mecânica e tecnicista. Essa função delegada ao então denominado ensino profissionalizante (ensino técnico) é resultado de uma sociedade estruturada de forma dual: proprietários dos meios de produção, detentores do capital e, trabalhadores, donos de sua força de trabalho a ser transformada em mercadoria de venda e produção (p. 277)

É importante ressaltar que apesar da análise crítica sobre a configuração das políticas direcionadas à educação profissional, neste estudo sobre o Pronatec, percebem-se diferenças relevantes entre as concepções adotadas nos dois mandatos do Presidente Lula e no governo da Presidente Dilma e as perspectivas neoliberais privatistas que foram propostas na década de 1990 e retornaram à pauta com o governo Temer. Tendo como base o estudo realizado para dissertação de mestrado finalizado no ano de 2013, onde desenvolveu-se um histórico sobre o desenvolvimento da educação profissional

no Brasil (OLIVEIRA, 2013, p. 47), concluiu-se que mesmo orientada por uma lógica gerencial e de governança da educação, em que as fronteiras entre o público e o privado são praticamente dissolvidas, as políticas de governo, especialmente a partir de 2008, fortaleceram a educação em diferentes níveis e modalidades, incluindo um potente investimento na educação profissional, através do incremento da rede federal e do aumento da oferta de cursos profissionalizantes e tecnológicos para uma parcela considerável da população.

Embora se reconheça o avanço em termos de consolidação da política naquele momento, está em questão o projeto de formação proposto para a educação profissional através do Pronatec/Bolsa Formação, visto que pelas análises realizadas nesta pesquisa pode ser entendido como utilitarista, pragmático e reducionista, na medida em que os cursos propostos, em sua maioria pela iniciativa privada, centraram-se em áreas provenientes do catálogo de cursos disponíveis em cada instituição ofertante, independente das necessidades da população e das demandas locais/regionais; constituíram-se em cursos de curta duração, baseados na obtenção de habilidades específicas para um dado ofício; e criaram expectativas de empregabilidade em um contexto social em que o emprego é escasso.

De acordo com Frigotto (2011)

No plano mais geral e permanente, o caminho a pautar, por aqueles em que a educação e a escola pública são um direito social e subjetivo, é aquele das lutas do Fórum Nacional em defesa da educação pública, gratuita, laica, unitária e universal, que mobilizou mais de trinta organizações sindicais e científicas, tendo como concepção pedagógica a perspectiva da formação politécnica. Ou seja, uma formação que desenvolva no educando as bases científicas de todos os campos do conhecimento e desenvolva no educando a autonomia e a capacidade de análise da sociedade em que vive lutando por seus direitos coletivamente (p. 32).

Na perspectiva de um modelo contra-hegemônico para a educação profissional é fundamental a formação e a inserção de pessoas para o mundo do trabalho e não somente para o mercado de trabalho, construindo uma concepção de educação profissional que tenha o trabalho como princípio educativo, onde os sujeitos possam produzir conhecimentos, ao invés de reproduzir, além de participarem ativamente na construção de novas possibilidades nas relações sociais e de trabalho. Neste sentido, a educação

comprometida com os valores sociais poderá ampliar as percepções sobre o contexto e, portanto, sobre as relações de produção e sobre o trabalho.

Embora se reconheçam as dificuldades para a concretização de uma perspectiva educacional contra-hegemônica no cenário em que a educação se transformou ela mesma em “mercadoria”, acredita-se que a luta contra a dominação, a opressão e a exploração, enfim, em favor da emancipação humana, é uma das principais tarefas da educação.

Mészáros (2008) ressalta a necessidade de uma transformação radical no modelo atual de sociedade, de um rompimento com a lógica hegemônica do capital em sua essência, pois este reproduz uma determinada estrutura que impede, por exemplo, mudanças significativas no campo educacional. O autor salienta que em sua obra que

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reformulação significativa na educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores e, todos os âmbitos, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução. Podem-se ajustar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses conflitantes se deve *conformar* com a *regra geral* preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a *própria regra geral* (p. 26).

Complementa tal afirmação apontando que

Não surpreende, portanto, que mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica. Os interesses objetivos de classe tinham de prevalecer mesmo quando os subjetivamente bem-intencionados autores dessas utopias e discursos críticos observavam claramente e criticavam as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes. Suas posições críticas poderiam, no limite, apenas desejar utilizar as *reformas educacionais* que propusessem para remediar os piores

*efeitos* da ordem reprodutiva capitalista estabelecida sem, contudo, eliminar os seus *fundamentos causais* antagônicos e profundamente enraizados (p.26).

A partir dos argumentos de Mészáros (2008), é perceptível o nível de complexidade que reveste uma educação revolucionária, que pretenda ir “além do capital” como propõe o autor. Reconhecer a complexidade não significa imobilismo, mas a superação da visão ingênua e redentora da educação, ao mesmo tempo em que permite admitir outras possibilidades de desalienar, de desvendar os mistérios de um sistema que impõe a aceitação passiva da desigualdade. Essas revoluções podem ocorrer nos contextos locais, através de práticas em sala aula, de novas estruturas curriculares, de interações entre teoria e prática, de pesquisas do entorno, de relação dialógica entre professor e estudantes e destes entre si, influenciando assim, no modo de percepção e de concepção de mundo.

Salientando a politecnicidade como proposta de alteração do modelo historicamente implementado para o ensino profissional do país, Saviani (2003, p. 136) aponta que a “noção de politecnicidade se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral”, descrevendo que tal abordagem

...diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. Não se trata de um trabalhador adestrado para executar com perfeição determinada tarefa e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna (p.140).

Identificando as diferentes concepções que caracterizam o projeto de educação profissional desenvolvido no Brasil e a proposta que se apresenta como uma possibilidade contra-hegemônica de reconfiguração do ensino profissionalizante do país, Motta (2011) descreve que

...ao longo da história da educação brasileira identificamos ajustes e reformas educacionais como resultado dos embates entre concepções diferenciadas e até antagônicas de educação conforme conjuntura política. Fundamentalmente, duas concepções de educação estão em disputa: a que atribui à educação uma função econômica na perspectiva da expansão da acumulação do capital e do estreito marco das necessidades imediatas do mercado de trabalho, compreendendo o processo educativo como capital – capital humano e capital social – e a que defende o processo educativo como formação humana, integral, que desenvolve em cada um a capacidade do domínio das ciências da natureza e a compreensão das relações sociais, voltada para a emancipação do homem, nos termos da politecnicidade marxiana e da escola unitária gramsciana. Entretanto, historicamente, a concepção hegemônica, predominante no senso comum (escolar e da população em geral), é a função econômica, variando em seus procedimentos estratégicos, pedagógicos e curriculares, conforme momento conjuntural e especificidades de cada formação social (p.37).

Diante deste cenário, em que prevalece o modelo de educação profissional voltado aos interesses econômicos, em que se presencia um reducionismo da educação de direito social a um serviço mercantil (FRIGOTTO, 2011) é que emerge a necessidade de análise das políticas públicas desenvolvidas nesse campo e dos impactos sociais que são reflexos dessas ações. Remete, assim, a questionamentos quanto ao perfil de profissional que se pretende formar com esse modelo. Reflexivo e crítico ou explorado e conformado com o modelo de sociedade desigual que se forjou.

Reforçando as contradições que permeiam a relação entre educação e a produção capitalista, Ciavatta (2010, p. 169) esclarece que entre ambas há diferenças em suas essências. A lógica da produção capitalista focada no lucro, na exploração do trabalho, na redução de custos, no alavancar da produtividade, na competitividade e na mercantilização da produção. Já a lógica da educação direcionada para a formação do ser humano, devendo embasar-se na disseminação do conhecimento, no diálogo, na análise crítica, no tempo suficiente para a aprendizagem, na humanização, na “emancipação das amarras da opressão”, na solidariedade e na “participação construtiva e de defesa dos direitos de cidadania”.

É relevante esclarecer que com o formato de educação profissional que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos no Brasil, embasado em concepções da tese do capital humano e, mais recentemente, do capital social,

o que se tem produzido é mais desigualdade social e exploração do trabalho de classes marginalizadas da sociedade.

Frigotto (2011) descreve que para desnudar a tese do capital humano basta questionar-se quanto ao seguinte aspecto

...os países pobres, subdesenvolvidos e os indivíduos pobres assim o são porque “escolheram” não ter escolaridade, pouca escolaridade ou uma precária escolaridade, ou por que os países colonizados, e de capitalismo dependente, e os filhos da classe trabalhadora não alcançam os níveis mais elevados de escolaridade, em escolas de melhor qualidade, porque são mantidos na pobreza por relações de dominação e exploração pelas classes detentoras do capital?... Uma elementar constatação, no Brasil e ao nosso redor, da realidade dos trabalhadores que vivem amontoados nas periferias das grandes e médias cidades e dos que vivem de pequena propriedade ou dos milhões de trabalhadores com trabalho precário ou desempregados nos tira a dúvida. Seus filhos frequentam poucos anos de escolaridade e em escolas destroçadas, porque são pobres (p. 24).

Salientando também, que a tese do capital humano sustenta “processos educativos antagônicos” ao da escola unitária e não é direcionada à redução das desigualdades sociais, pelo fato desta ignorar as relações de poder, considerar que as escolhas das pessoas não são influenciadas pela classe social a que estão inseridas, pela concepção de educação que desconhece a necessidade de “desenvolvimento de todas as dimensões da vida humana” e por centrar sua implementação à “esfera unidimensional das necessidades do mercado e do lucro” (FRIGOTTO, 2011, p. 23).

Diante do exposto, acredita-se que é relevante encontrar novas alternativas que contribuam com um novo modelo de educação profissional, que não se restrinja à formação para a inserção no mercado de trabalho, mas que busque, também, a emancipação humana.

#### **4.5 Síntese dos achados evidenciados nas Categorias**

A presente seção evidencia o Quadro 6 com os principais achados identificados nas entrevistas realizadas com os gestores e os professores das instituições pública e privadas participantes da oferta da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas-RS no período de 2011 a 2015. O objetivo de sintetizar as principais informações encontradas é de apresentar de

forma sucinta as similaridades e as diferenças, nas concepções e métodos utilizados no processo de desenvolvimento dos cursos por meio desta política educacional.

**Quadro 6.** Síntese das ações desenvolvidas pela rede federal e pelas instituições privadas de ensino na Oferta da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas- RS no período de 2011 a 2015.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Rede Federal</b>	<b>Rede Privada</b>
<b>O Processo de Definição dos Cursos ofertados</b>	Definição dos Cursos	Efetivou um processo de identificação de demandas com a participação efetiva da comunidade local, evidenciando um cuidado importante no levantamento das reais necessidades da região.	Definiram os cursos a serem ofertados com uma participação limitada da comunidade, pois consideraram para delimitação da oferta exclusivamente o rol de cursos que já tinham disponíveis em suas ofertas regulares.
	Modalidade de Cursos Ofertados	Preponderância de cursos FIC	Preponderância de cursos FIC
<b>O Acesso à Educação e os Ganhos Sociais através do Pronatec</b>	Características dos estudantes atendidos no programa	Pessoas oriundas de famílias com realidades socioeconômicas precárias, muitas vinculadas a programas de assistência social desenvolvidos pelo governo federal	Pessoas oriundas de famílias com realidades socioeconômicas precárias, muitas vinculadas a programas de assistência social desenvolvidos pelo governo federal
	Ganhos em termos sociais com a oferta do programa	A ação de incluir as pessoas novamente ao sistema de ensino transcende aspectos ligados a questões econômicas, proporcionando sentimentos de proficuidade, de elevação	A ação de incluir as pessoas novamente ao sistema de ensino transcende aspectos ligados a questões econômicas, proporcionando sentimentos de proficuidade, de elevação

		da autoestima e de resgate da cidadania.	da autoestima e de resgate da cidadania.
	Avaliação de professores e gestores quanto ao desenvolvimento do Pronatec	Avaliação Positiva quanto ao desenvolvimento do programa	Avaliação Positiva quanto ao desenvolvimento do programa
<b>A Oferta pública de Cursos Profissionalizantes por meio de Parcerias Público-Privadas</b>	Quantidade de oferta	Limitada. Levando em consideração demandas específicas da comunidade.	Ampliada. Focada em atingir grandes números em termos de ofertas e alavancar suas receitas através de repasse de recursos públicos.
	Pagamento dos Professores atuantes no Programa	Pagava o valor de 50,00 reais a hora/aula. Sendo o valor referência definido pelo programa.	Pagavam entre 15,00 e 30,00 reais a hora/aula. Um valor inferior ao valor de referência definido pelo programa.
	Concessão de auxílio para transporte e alimentação para os estudantes	Exatamente o mesmo valor que era destinado pela Setec era repassado por depósito bancário na forma de bolsa.	02 vales transportes e um vale refeição referente a um lanche. Contabilizando um valor inferior ao repassado pela Setec.
	Percepção dos gestores quanto aos ganhos que suas Instituições de ensino obtiveram com a oferta do Pronatec.	Salientou os ganhos em termos de experiência no campo da extensão e de contribuição da instituição no desenvolvimento social da região.	Salientaram aspectos mercadológicos como os principais ganhos de suas empresas com a participação na efetivação do programa. Ex: Visibilidade e Investimento.
	Avaliação dos sujeitos a respeito da oferta do Pronatec por meio de PPPs na cidade de Pelotas-RS.	Avaliação Desfavorável. Pelo fato dessas instituições privadas possuírem como foco principal a oferta em larga escala.	Avaliação Favorável. Pela questão das PPPs possibilitarem um considerável aumento no número de pessoas atendidas pelo programa.
<b>O Perfil de Trabalhador pretendido pela</b>	Perfil de trabalhador que suas instituições de ensino buscavam	Visavam a formação de trabalhadores com o perfil apropriado para a inserção ou melhor atuação no	Visavam a formação de trabalhadores com o perfil apropriado para a inserção

<b>ação da Bolsa- Formação/Pronatec na cidade de Pelotas.</b>	formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas	mercado.	no mercado.
---	--	----------	-------------

Fonte: Elaborado pelo Autor

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo sobre a oferta de cursos profissionalizantes em nível de educação básica, desenvolvidos através da ação da Bolsa-Formação por meio de parcerias públicos-privadas na cidade de Pelotas-RS, buscou-se analisar o projeto de formação do trabalhador proposto pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec neste município, com vistas a contribuir para uma melhor compreensão sobre esta política educacional e colaborar com futuras pesquisas que abordem temáticas exploradas neste trabalho.

A tese inicial deste trabalho centrou-se no argumento de que política de educação profissional proposta por meio da Bolsa-formação, com supremacia de investimentos públicos no Sistema S, evidenciava o fortalecimento das parcerias público-privadas em educação, colocando em causa o projeto de formação do trabalhador, inferindo que a lógica presente atenderia majoritariamente à perspectiva de mercado.

O referencial que sustentou a tese decorreu das análises nas transformações do papel do Estado, entendidos como desdobramentos das reconfigurações do projeto capitalista neoliberal global. A Nova Gestão Pública, com a inserção de preceitos gerenciais na maquinaria estatal, e a Governança, com as alterações das relações do Estado com a sociedade civil e o mercado, constituíram-se em conceitos potentes para a compreensão das parcerias público-privadas em educação e, no caso deste trabalho, para estabelecer os nexos entre as concepções e práticas das políticas para a educação profissional, especialmente do Pronatec/Bolsa Formação.

Através da análise dos dados coletados por meio das entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com gestores e professores das instituições ofertantes da Bolsa-formação na cidade de Pelotas no período de 2011-2015, puderam ser identificadas quatro categorias: *O Processo de Definição dos Cursos ofertados pela ação do Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas; O Acesso à Educação e as Perspectivas Sociais; A Oferta pública de Cursos Profissionalizantes por meio de Parcerias Público-Privadas; O Perfil de Trabalhador formado pela ação do Bolsa-Formação/Pronatec na*

*cidade de Pelotas*. Estas categorias possibilitaram a identificação e a análise de questões que contribuíram para a elucidação do problema anteriormente delimitado para o estudo, que foi: *Qual é o projeto de formação do trabalhador subjacente à política educacional do Pronatec, inserido na atual perspectiva de ampliação das parcerias com a rede privada de ensino?*

Para destacar os principais achados da pesquisa é relevante que se retomem as categorias evidenciadas no estudo e se sintetizem as principais respostas encontradas e analisadas no capítulo anterior.

Quanto ao processo adotado pelas instituições ofertantes do Bolsa-Formação/Pronatec para a de definição dos cursos a serem desenvolvidos na cidade de Pelotas-RS, pode-se perceber diferença nos métodos adotados pelas instituições de ensino pertencentes a iniciativa privada e a instituição pública. Na instituição pública os cursos ofertados foram definidos com a participação ativa das comunidades atendidas pelo programa. Foram feitas reuniões com as prefeituras, com os sindicatos e com outras instituições que representavam os municípios com o intuito de identificar as demandas específicas dos diferentes grupos sociais da região, como, por exemplo, de comunidades quilombolas, de assentamentos do MST e de produtores de hortaliças, e criava cursos de qualificação para contemplar as necessidades apresentadas.

A oferta da Instituição de Ensino Superior privada foi definida pela mantenedora da Faculdade, situada fora da cidade de Pelotas, sem nenhuma participação de representantes locais e sem possibilidade de influência dos profissionais que conduziram o programa na cidade. No caso específico da oferta realizadas pelas instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem, que contabilizaram juntas 77,9% das matrículas integralizadas pela Bolsa-Formação/Pronatec em Pelotas, a definição dos cursos foi concretizada através de encontros com representantes de instituições da cidade, mas foi delimitada pelos cursos regulares que essas instituições já possuíam em atividade. Com isso, as reuniões com a prefeitura, sindicatos e outras organizações interessadas, ocorria para que cada um dos SNA apresentasse a sua listagem de cursos disponíveis e que, levando em consideração exclusivamente esses

curso, fossem escolhidos aqueles que poderiam atender a interesses da região.

Compreende-se que é relevante na delimitação de uma ampla oferta de vagas públicas de ensino, que visa atender a pessoas que necessitam de qualificação profissional, que se construa um método que possibilite a participação efetiva da comunidade nesse processo. É importante ressaltar que se entende como incompleta uma dinâmica que adota apenas as demandas identificadas pelo mercado como variável de influência na definição de cursos e vagas a serem ofertadas por uma política pública que fomente o ensino profissional. Na situação ocorrida com a oferta das instituições do SNA percebe-se como limitada a participação de entidades locais, ficando a delimitação da oferta quase que exclusivamente deferida pela iniciativa privada, o que na execução do programa pela Faculdade privada se materializou por completo.

Outro aspecto relevante que foi identificado no estudo foi em relação a prioridade estabelecida no programa pela oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC. Observando os números da Bolsa-Formação/Pronatec em nível nacional percebe-se que a oferta de cursos de FIC contabiliza 71% das matrículas do Programa (em torno de 6,6 milhões de alunos), ficando os cursos técnicos com 29% (cerca de 2,7 milhões de alunos). Na cidade de Pelotas-RS é ainda maior o percentual de matrículas implementadas por meio de cursos de curta duração, onde estes foram responsáveis por mais de 75% do total da oferta, ou seja, das 12.329 matrículas disponibilizadas no município, 9.279 foram através de cursos FIC.

A prioridade do Pronatec para a oferta de cursos de curta duração para o desenvolvimento da ação da Bolsa-Formação, considerando os objetivos contidos no projeto que anunciam a formação de trabalhadores para inserção mais rápida no mercado de trabalho, e as ações implementadas e analisadas nesta pesquisa, pode ser identificada com a lógica de desenvolvimento do capital humano, e mais recentemente do capital social, como papel fundamental da educação. Esta consiste em uma das recomendações dos organismos internacionais, que visa, entre outras, orientar políticas de alívio à pobreza, aumentar o potencial produtivo das economias, por meio do

fortalecimento do capital humano, e criar, através do desenvolvimento do capital social, um novo tipo de sociedade, baseada no voluntariado, na cultura cívica e na conformação às condições individuais, na medida em que a responsabilização pelo sucesso e pelo fracasso independem de fatores contextuais e externos ao indivíduo, criando, portanto, um cenário propício aos interesses do capital.

Pode-se perceber que, posterior à ineficácia das diretrizes neoliberais mais ortodoxas, notadamente pelo aumento da miserabilidade das populações mundiais, entre outras consequências ambientais, políticas, culturais, etc., as orientações, defendidas pelo neoliberalismo da terceira via, visam a retomada de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento do capital humano, especialmente através da qualificação profissional, incorporando à educação a responsabilidade de também formar para sobrevivência e para o conformismo, elementos esses oriundos da teoria do capital social (MOTTA, 2009, p.555). A similaridade evidenciada entre o Projeto da Terceira Via e a teoria do capital social está na concepção de que é fundamental a construção de uma nova cultura de solidariedade e de engajamento cívico da população, pois propõem que essas alterações podem contribuir tanto com questões sociais, quanto com o desenvolvimento econômico.

A lógica de que através da educação profissional o país conseguirá potencializar a economia e reduzir as desigualdades sociais, atribuindo novamente ao ensino profissional um valor economicista em primeiro plano, desconsidera as diferentes disfunções orgânicas do capitalismo que são responsáveis diretas pelas crises econômicas e sociais que ciclicamente emergem nas sociedades.

A Bolsa-Formação foi identificada pelos sujeitos participantes da pesquisa como um programa que visou, sobretudo, ampliar os índices de oferta educacional e atender as demandas do mercado como principal política do governo. Focando o atendimento em pessoas vinculadas às políticas de assistência social e/ou oriundas de grupos sociais menos favorecidos, que necessitavam de uma formação que permitisse almejar a inserção rápida no mercado de trabalho, a política atendeu a dois propósitos: atender as necessidades emergentes da população mais vulnerável no sentido do acesso

à qualificação e à perspectivas de trabalho e a um modelo de trabalhador adequado (áreas de formação, tempo de duração do curso, currículo) às expectativas dos empregadores.

Quanto à segunda categoria que se refere ao acesso à educação e as expectativas sociais obtidas através do Pronatec, foi possível identificar com os números apresentados e as falas dos sujeitos entrevistados na pesquisa, que a política foi positiva em termos de alargamento das possibilidades de acesso à educação para pessoas que necessitam do apoio do Estado, e, a partir do acesso, recuperou a autoestima, a possibilidade de trocas e relações com outros grupos sociais e esperança de ascensão e mobilidade social para várias pessoas, sobretudo quando se verificam que na modalidade FIC ingressaram mais mulheres e populações negras, que aliadas às condições econômicas desfavoráveis, compreendem grupos sociais excluídos.

No período de 2011 a 2015, o Pronatec seguiu a lógica de expansão da rede federal de educação profissional que ocorreu entre os anos de 2003 a 2014. O programa contabilizou 9,4 milhões de matrículas entre os cursos técnicos e os cursos de qualificação profissional, totalizando mais de 15 bilhões de reais investidos, ficando a Bolsa-Formação como a ação com maior investimento nesse período, com cerca de 8 bilhões de reais e atendendo mais de 70% dos municípios do país (MEC/SETEC, 2016).

Os sujeitos entrevistados foram unânimes em avaliar positivamente a política. Alguns respondentes apontaram para questões específicas que poderiam ter assumido um formato diferente, com destaque ao currículo (cursos de curta duração, centrado no saber fazer), a destinação de recursos públicos para instituições privadas, mas todos enfatizaram que teve impactos importantes.

É necessário que se destaque que por mais contraditório que seja o modelo de formação do trabalhador desenvolvido pela ação do Bolsa-Formação/Pronatec, analisando os depoimentos da pesquisa de campo e os números e características das pessoas atendidas, fica evidente que teve efeitos positivos em termos de ampliação do acesso a conhecimentos, que o processo formativo permite; as trocas sociais e culturais; e aumento das expectativas de inserção no mundo do trabalho, o que remetam, de acordo

com alguns entrevistados a sentimentos de proficiência, de elevação da autoestima e de pertencimento.

Em relação a oferta de cursos profissionalizantes por meio de parcerias público-privadas - PPP, que corresponde à terceira categoria analisada, destacam-se várias pesquisas (ROBERTSON, 2013; PERONI, 2015; ADRIÃO, 2016; SHIROMA, 2014; CÓSSIO, 2016) que evidenciam a crescente implementação de parcerias de setores públicos com organizações da iniciativa privada para atuar na área da educação. Nesse sentido, a Nova Gestão Pública - NGP e a Governança, ao lado da tese do capital social, como já referido, são conceitualizações importantes para compreensão de como as PPPs emergem e avançam no contexto mundial e local.

Destaca-se que a governança se refere a atividades de governo que cada vez mais são realizadas por atores não governamentais, propiciando novos arranjos institucionais, acordos de cooperação, parcerias, que para Robertson (2013) pode ser entendida como uma forma atual de privatização da/na educação.

Nessa perspectiva, o governo permite a implementação de práticas mercadológicas e a preponderância dos interesses do empresariado em uma área fundamental para construção de um projeto de nação, na medida em que influenciar no projeto educacional, implica em intervir na formação humana, indispensável para pensar no tipo de sociedade almejada.

Observando os números apresentados pela Bolsa-Formação/Pronatec visualiza-se que a oferta de cursos profissionais por meio de parcerias público-privadas contabiliza o maior percentual de matrículas. O Sistema S detém 77% do total de matrículas implementadas pela ação em todo o país (MEC/SETEC, 2016), o que pode indicar a aderência do governo ao modelo de formação profissional proposto pelo Sistema.

Na cidade de Pelotas-RS é ainda mais expressiva a participação de instituições da iniciativa privada no processo de desenvolvimento dos cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec. O percentual de atuação da rede pública foi de 10,7%, enquanto que as matrículas efetivadas por meio de parcerias público privadas contabilizaram 89,3%, com os Serviços Nacionais de Aprendizagem estabelecendo 77,8% e com a Faculdade privada 11,5%.

Dentre os motivos elencados por gestores e professores nas entrevistas para essa discrepância em termos de participação de instituições privadas de ensino em relação a atuação da rede federal na ação da Bolsa-Formação/Pronatec, destacam-se dois aspectos. O primeiro diz respeito a intenção do governo federal em atingir grandes metas em termos de ofertas e matrículas com o Pronatec, visando elevar os índices educacionais a curto prazo e, ao mesmo tempo, qualificar o maior número de pessoas possíveis para ingressarem no mercado de trabalho e aumentarem o potencial produtivo da economia. Segundo informações de representantes do governo na época, o planejamento de metas do governo federal fez com que o MEC buscasse as instituições privadas de ensino para aumentar o potencial de oferta do programa, pois entendiam que apenas através da rede federal seria impossível atingir o que era pretendido em termos quantitativos.

Emerge, assim, o segundo aspecto apontado na pesquisa de campo, o acordo de gratuidade estabelecido entre o governo federal e os SNA. Um acordo em que buscava aumentar de forma gradativa a oferta de vagas gratuitas nas ofertas regulares dessas instituições. Segundo alguns depoimentos e analisando os números efetivados, percebe-se que esse movimento do governo criou um cenário favorável para o repasse de muitos recursos públicos para os SNA e consolidou a efetivação das parcerias para o desenvolvimento do Pronatec.

Entende-se como relevante elevar as possibilidades de acesso ao ensino gratuito do país, mas também é importante ressaltar que a responsabilidade pela execução das políticas educacionais deve ser majoritariamente do setor público. Assim, uma alternativa às parcerias público-privadas seria a expansão do Programa às redes municipais e estaduais de educação, visto que formam uma grande estrutura que está presente em todo território brasileiro e que também ofertam cursos profissionalizantes, estando aptas a realizarem essa ação. Essa iniciativa além de possibilitar o atingimento das metas estabelecidas pelo governo, iria contribuir em melhorias nas próprias redes que necessitam de um maior investimento público e são essenciais para o ensino básico do país.

É importante referenciar a respeito da atuação das parcerias público-privadas na oferta dos cursos da Bolsa-Formação no *locus* da pesquisa, a metodologia adotada pelos SNA e pela IES no repasse dos auxílios referentes a assistência estudantil aos alunos e no pagamento dos professores que atuavam nos cursos ofertados pelo programa. Pôde-se identificar através das entrevistas, que as instituições pertencentes aos SNA e a IES repassavam à alunos e professores valores inferiores do que os praticados pela Instituição pública. Esta constatação contribui com a ideia de que as parcerias público-privadas divergem dos interesses públicos, uma vez que ações direcionadas para auxiliar e possibilitar aos alunos a se manterem frequentando os cursos, e para incentivar um maior número de docentes a atuarem no programa, são utilizados para outros fins, prejudicando os estudantes que dependem do auxílio e os professores que tem seu trabalho precarizado.

Em relação à categoria que se refere às perspectivas sociais do programa foram identificadas algumas convergências, mas também alguns aspectos que se diferenciaram. Quanto as convergências, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o acesso à educação proporcionou a elevação da autoestima, da sociabilidade, das trocas culturais e o sentimento de pertencimento, além de criar perspectivas de mobilidade social por meio do trabalho.

Em relação aos aspectos divergentes destacam-se que para a instituição pública o objetivo precípua do programa consistiu na formação profissional para o trabalho local e regional, para atender as demandas dos diferentes grupos sociais, identificadas por meio de levantamento prévios e *in loco*, e não exclusivamente para atender o empresariado, ao passo que no Sistema S e na Instituição superior privada os cursos atenderam as demandas definidas previamente por cada setor, além de o programa ter permitido maior visibilidade às instituições, o que favoreceu o aumento da clientela pagante em outros cursos oferecidos.

A diferença nos métodos adotados e nos objetivos estabelecidos por uma instituição pública em relação a iniciativa privada para o desenvolvimento de uma ação que é custeada com investimento do Estado precisa ser considerada na avaliação de ofertas por meio de parcerias, pois o que se

pretende com a implementação de uma política pública é o melhor atendimento à população e não o aumento de receitas de entidades privadas.

Quanto ao perfil de trabalhador formado pela ação da Bolsa-Formação na cidade de Pelotas-RS, identificou-se que a prioridade das instituições ofertantes era a preparação de um profissional com possibilidades de uma inserção rápida no mercado, que contemplasse os requisitos apresentados pelas necessidades do setor produtivo. Pode-se perceber que as diretrizes do programa seguem esse enfoque percebido no *lócus* da pesquisa, ao mesmo tempo em que se compreende a política do Pronatec como parte de um processo mais amplo de reforma educacional em decorrência das transformações vivenciadas pelo projeto político, econômico e social das sociedades contemporâneas em geral e da sociedade brasileira em particular.

Sendo assim, analisando o momento de proposição e execução do Pronatec, com destaque a Bolsa-Formação, objeto deste estudo, visualiza-se que as reconfigurações nas orientações políticas globais buscavam amenizar as desigualdades produzidas pelo neoliberalismo que se tornaram obstáculos aos interesses do capital, e eram direcionadas à construção de uma sociedade civil mais solidária em relação às causas sociais e à formação de um perfil de trabalhador que favorecesse a efetivação dessa lógica, ou seja, mais produtivo e ao mesmo tempo conformado com a situação que o mercado lhe impunha. Buscava, assim, promover o consenso da população e desenvolver um terreno fértil para o aumento do potencial produtivo, para a elevação do consumo e para o crescimento econômico.

O estudo confirma a hipótese de que o Pronatec é uma política educacional que se orienta pela concepção neoliberal da terceira via, e de reconfiguração do papel do Estado, que, na lógica da Nova Gestão Pública, assevera as relações com a sociedade civil, fortalecendo as parcerias público-privadas. Percebe-se que esta política visa a aceleração da formação e a elevação dos números educacionais, centrando a formação profissional à aprendizagem circunscrita aos interesses do capital, pois à medida que o programa é desenvolvido em sua maioria pelo sistema S, possibilita que o setor privado determine o seu rumo, com a definição dos cursos a serem ofertados, o número de vagas disponíveis e os resultados a serem alcançados.

Ratifica-se a tese de que a constituição dessas parcerias público-privadas para oferta da educação profissional, possibilita o desenvolvimento de uma lógica privada no processo de formação de um trabalhador de novo tipo, adequado às demandas definidas pelo mercado, por meio de uma política pública.

Compreende-se que existe uma contradição ao se analisar a educação profissional brasileira como política pública em termos de ampliação das perspectivas e direitos sociais. Ao mesmo tempo em que se podem vislumbrar aspectos positivos através da inserção na educação, pois permite o acesso à conhecimentos, informações, cultura, bem como permite a socialização e o sentimento de pertencimento, pode também contribuir para o acesso ao emprego por meio da qualificação profissional. No entanto, ao centrar o objeto do ensino no “ensinar a fazer”, sem pensar sobre o que faz, especialmente em cursos rápidos, como é o caso dos cursos FIC, o ensino profissionalizante não contribui de forma satisfatória para favorecer a formação crítica, construtiva e emancipatória, que seriam os princípios básicos de uma educação socialmente referenciada. O que parece ser mais evidente é a formação para atender as demandas do mercado e aos interesses do capital, fortalecendo assim, uma estrutura que sustenta o trabalho precário e desvalorizado, e que incentiva a exploração e a alienação do trabalhador.

Entende-se que uma proposta contra-hegemônica para a educação profissional vai ao encontro de uma formação para o trabalho, não o trabalho que escraviza, que conforma, que aliena. Mas um trabalho que busque emancipar pessoas, humanizá-las e libertá-las para que possam colaborar com um novo modelo de sociedade, menos favorável aos interesses do capital e consequentemente aos seus efeitos.

Paralelo a isso, percebe-se que alavancar os números educacionais embasando-se em parcerias com a iniciativa privada e na inserção de concepções de mercado, no âmbito do sistema de ensino do país, reduz o sentido social da educação, pois se estabelece uma relação desigual entre a formação almejada, segundo os princípios e objetivos educacionais, e os lucros/interesses que essas organizações buscam obter com a efetivação dessas parcerias com o setor público. Ao mesmo tempo, que repassar para

instituições privadas a responsabilidade de um serviço que é fundamental para a população possibilita que o empresariado atue de acordo com interesses mercadológicos sob os rumos que devem ser percorridos pela educação, minimizando o seu sentido social e comprometendo a formação emancipatória e conseqüentemente, a construção de um novo projeto de sociedade. Nesse cenário, é fundamental a defesa da escola pública e gratuita e a resistência às diferentes formas de privatização da educação que em estão em curso, por meio da denúncia e de estratégias contra-hegemônicas ou de revoluções locais que podem fazer frente às ofensivas que descaracterizam e desfiguram a educação como direito e o trabalho como parte da vida humana.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho 2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARROYO, Miguel González. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BALL, Stephen. **Diretrizes Políticas globais e Relações Políticas Locais em Educação**. Porto Alegre. Currículo sem fronteiras, v.1, n. 2, 2001.

\_\_\_\_\_. **Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade**. Cadernos de Pesquisa, v.35, n.126, p.539-564, set/dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

\_\_\_\_\_. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, S.J.; MAINARDES, J. (Orgs). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1988.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Reducción de la pobreza y fortalecimiento del capital social y la participación**: La acción reciente del Banco Interamericano de Desarrollo, Santiago do Chile, 20 set. 2001.

\_\_\_\_\_. **Los objetivos de desarrollo del milenio en América Latina y el Caribe**: retos, acciones y compromisos. Banco Interamericano de Desarrollo, Washington, DC, jan. 2004.

BIRD. Banco Mundial. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: a pobreza**. Washington, DC: BIRD, 1990.

\_\_\_\_\_. **Luta contra a pobreza**: relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001. Banco Mundial, Washington, DC, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Do confronto à colaboração**: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília, DF: Banco Mundial, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000-2001**: Luta contra a pobreza. Washington, DC: Banco Mundial, 2001.

\_\_\_\_. **Relatório de progresso da estratégia de assistência ao país para a República Federativa do Brasil.** Washington, DC: Banco Mundial, 2002.

\_\_\_\_. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial:** Desenvolvimento e redução da pobreza. Washington, DC: Banco Mundial, 2004.

\_\_\_\_. **Sumário Executivo da Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial, Aprendizagem para Todos:** Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento. Washington, DC: Banco Mundial, 2011.

BORGES, Alice Gonzalez. Serviços Sociais Autônomos – Natureza Jurídica. **Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE)**, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº. 26, abril/maio/junho de 2011. Disponível na Internet: <<http://www.direitodoestado.com/revista/REDE-26-ABRIL-2011-ALICE-GONZALEZ-BORGES.pdf>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

BRASIL, **Decreto nº 4.048**, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De14048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14048.htm). Acesso em: 15 de maio de 2016.

\_\_\_\_, **Decreto nº 8.621**, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De18621.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De18621.htm). Acesso em: 20 de maio de 2016.

\_\_\_\_, **Decreto nº 494**, de 10 de janeiro de 1962. Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DCM/dcm494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DCM/dcm494.htm). Acesso em: 23 de maio de 2016.

\_\_\_\_, **Lei nº 8.315**, de 23 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8315.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8315.htm). Acesso em: 25 de maio de 2016.

\_\_\_\_, **Lei nº 8.706**, de 14 de setembro de 1993. Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/L8706.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8706.htm). Acesso em: 29 de maio de 2016.

\_\_\_\_, **Decreto nº 7.589**, de 26 de outubro de 2011. Diário Oficial da União, Nº 207, p. 3, de 27 de outubro de 2011.

\_\_\_\_. **Lei Nº 12.513, de 26 de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm). Acesso em: 15 de maio de 2015.

\_\_\_\_. MEC. (Org.). **GUIA PRONATEC DE CURSOS FIC. 2013**. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/fic/apresentacao>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

\_\_\_\_. MEC/PRONATEC. Cursos Pronatec. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Acessível: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em : 10 de junho de 2016.

\_\_\_\_. MEC/SETEC. Publicações. **Pronatec 2016 – 02 Milhões de Vagas**. Acessível: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=36561-pronatec-2016-apresentacao-pdf&category\\_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36561-pronatec-2016-apresentacao-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em 25/05/2016.

\_\_\_\_. MEC/SETEC. Publicações. **Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil – São Paulo, 01 de setembro de 2015**. Acessível: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=22151-apresentacao-mec-setec-estadao-pdf&category\\_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22151-apresentacao-mec-setec-estadao-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192). Acesso em 25/05/2016.

\_\_\_\_.MEC/SETEC. Publicações. **Mapa da educação profissional e tecnológica(CGEE)2015**.Acessível:[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=36631-mapa-ept-cgee-pdf-1&category\\_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36631-mapa-ept-cgee-pdf-1&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em 25/05/2016.

\_\_\_\_.Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015. **Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec**, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Acesso em: 22 de abril de 2016.

Clavatta, Maria. Universidades Tecnológicas: Horizontes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS)? in: MOOL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010; (p.159-174).

Clarke, John; Newman, Jane. **The Managerial State: power, politics and ideology in the remaking of social welfare**. London: Sage, 1997.

Cóssio, Maria de Fátima. **Democracia neoliberal e globalização: triunfo, resistência e alternativas**. 2010(atualizado). Digitado.

\_\_\_\_. **Políticas Educacionais: Concepções e Práticas**. 2010. Digitado.

\_\_\_\_.**Agenda Transnacional e Governança Nacional: As possíveis implicações na formação e no trabalho docente**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.13, n.04, Out/Dez 2015, (p. 616 – 640).

Cunha, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. Brasília, DF: Flacso, 2005.

Dale, Roger. **Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”?** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004

FALCÃO, Thiago; FERES, Marcelo. Prefácio. In: MONTAGNER, Paula; MULLER, Luiz Herberto (orgs). **Inclusão Produtiva Urbana: O que fez o Pronatec/Bolsa-Formação entre 2011 e 2014**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – N.24. Brasília, DF, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um Percurso Histórico Controvertido**. Campinas: Educação & Sociedade, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: PAIVA, L; ANDRADE, J. (Orgs). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

GALLINDO, Érica; FERES, Marcelo; SCHROEDER, Nilva. O Pronatec e o fortalecimento das políticas de educação profissional e tecnológica. In: MONTAGNER, Paula; MULLER, Luiz Herberto (orgs). **Inclusão Produtiva Urbana: O que fez o Pronatec/Bolsa-Formação entre 2011 e 2014**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – N.24. Brasília, DF, 2015.

GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Três teses sobre a relação trabalho e educação nos tempos neoliberais**. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval.; SANFELICE, José Luiz. (Orgs). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002 (Coleção educação contemporânea), p. 45-60.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (orgs). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação** – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2013.

GIDDENS, Anthony. **The Third Way and its Critics**. Cambridge: Polity Press, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4314407>. Acesso em outubro de 2016.

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. in: MOOL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010; (p.271-284).

JUSTEN FILHO, Marçal – “**Curso de Direito Administrativo**”, São Paulo, Saraiva, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

\_\_\_\_\_. Todos pela educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil do século XXI. In: 31ª reunião anual da **ANPED**. 2008. Disponível em: [http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/trabalho\\_gt\\_09.html](http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/trabalho_gt_09.html). Acesso em dez/2011.

MEIRELLES, Hely Lopes, “**Direito Administrativo Brasileiro**”, 17ª edição atualizada, São Paulo, Editora Malheiros, 1992.

MELLO, Hivy Damasio Araújo. **O banco mundial e a educação no Brasil: convergências em torno da agenda global**. 2012. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Unicamp, Campinas, 2012.

MÉZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAGNER, Paula; MULLER, Luiz Herberto (orgs). **Inclusão Produtiva Urbana: O que fez o Pronatec/Bolsa-Formação entre 2011 e 2014**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – N.24. Brasília, DF, 2015.

MOTTA, Vânia Cardoso. **Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_. **Ideologias do Capital Humano e do Capital Social: da integração à inserção e ao conformismo**. Trabalho Educação e Saúde, v. 6 n. 3, p. 549-571, nov.2008/fev.2009.

\_\_\_\_. **Novo-desenvolvimentismo, Capital Social e Desigualdade Social**. Em Pauta, v.8 n.26, dez.2010.

\_\_\_\_. Educação e capital social: orientações dos organismos internacionais para as políticas públicas de educação como mecanismos de alívio à pobreza. In: PAIVA, L; ANDRADE, J. (Orgs). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

\_\_\_\_. **Ideologia do capital social: Atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

\_\_\_\_. **Mudanças no pensamento sobre desenvolvimento:** o novo desenvolvimentismo brasileiro. Revista Políticas Públicas São Luiz, v.16 nº2, p.389-399, jul./dez.2012 a.

NEWMAN, Janete; CLARKE, John. **Gerencialismo.** 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n2/03.pdf>. Acesso em: 14/09/2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **A pesquisa social:** teoria, método e criatividade – 31. ed.- Rio de Janeiro: Petrópolis, 2012.

OLIVEIRA, Antônio Cardoso. **Políticas públicas para a educação profissional:** um estudo do Curso Técnico em Administração da Rede e-Tec Brasil no CAVG. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

OLIVEIRA, Antônio; BONOW, Dirnei. A nova social-democracia e o projeto da terceira via. In: CÓSSIO, Maria de Fátima; RODRIGUEZ, Rita de Cássia (Orgs). **Novos modos de regulação das políticas educacionais no contexto da terceira via.** Pelotas: Ed. UFPel, 2014.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana (Orgs.). **Políticas públicas e educação:** regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

PERONI, Vera Maria Vidal. Mudanças no papel do Estado e políticas públicas de educação: notas sobre a relação público/privado. In: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José (orgs.). **Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado:** implicações para a democratização da educação. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, Gráfica e Editora da UFPEL, 2011.

\_\_\_\_. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (org.) **Diálogos sobre as**

**redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado.** São Leopoldo: Oikos, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade/dados-gerais.php>. Acesso em outubro de 2016.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia.** A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 (original: Making democracy work. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

\_\_\_\_\_. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy.** v. 6, n. 1, p.65-78, jan. 1995.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação?. São Paulo: Cortez, 2001.

ROBERTSON, Susan. **As implicações em justiça social da privatização nos modelos de governança da educação:** um relato relacional. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 34, núm. 124, julho-septiembre, 2013, pp. 79-703.

ROBERTSON, Susan. DALE, Roger. **Pesquisar a educação em uma era globalizante.** In: *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 36, n.2, p. 347-363, maio/ago.2011.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. **A origem das parcerias público-privadas na governança global da educação.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out.-dez. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **O Choque Teórico da Politecnia.** Rio de Janeiro. Revista Trabalho, Educação e Saúde, v.1, n.1, mar., 2003.

\_\_\_\_\_. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, jan/abr. 2007.

SAUL, Renato. Giddens: da ontologia social ao programa político, sem retorno. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 9, jan/jun 2003, p.142-173.

SCAFF, Fernando Facury, “**Contrato de Gestão, Serviços sociais Autônomos e Intervenção do Estado**”, in Revista de Direito Administrativo jul/set 2006, 225:273-297. Disponível em: [bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/47578/44928](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/47578/44928). Acesso em: 10 de abril de 2016.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. Trad. de P.S. Werneck. Rev. Técnica de C.A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_. **O Capital Humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **The value of the ability to deal with disequilibria**. Economic Literature 13, p.827- 46, Sep 1975.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. Revista de Administração Pública - RAP. Rio de Janeiro, Mar/Abr 2009, (p.347-369).

SENAC. Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio. Disponível em: <http://www.senac.br/institucional/senac.aspx>. Acesso em: 20 de junho de 2016.

SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/>. Acesso em: 14 de junho de 2016.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Disponível em: <http://www.senar.org.br/>. Acesso em 27 de junho de 2016.

SHIROMA, Eneida Oto. **Redes de políticas públicas e governança da educação**: pesquisando a convergência das políticas para docentes nas agendas para a próxima década. Relatório Final de Pesquisa 2016.

SOUTO, Marcos Juruena Vilela Souto, “**Outras entidades públicas**” e os serviços sociais autônomos, in Revista de Direito do Estado nº 1 jan/mar 2006:137-153

VASCONCELOS, António Angêlo. **Educação artístico-musical: cenas, actores e políticas**. Volume I. Doutoramento em Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa. Instituto de Educação, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Trad. P. C. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

**ANEXOS**

### Anexo I. Lista de Modalidades de Demanda

	Parceiro Demandante	Modalidade de Demanda	Tipo
1	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Pronatec Agro	Compartilhada
2	Ministério da Cultura	Pronatec Cultura	Compartilhada
3	Ministério da Defesa	Pronatec Exército	Exclusiva
4	Ministério da Defesa	Pronatec Aeronáutica	Exclusiva
5	Ministério da Defesa	Pronatec Marinha	Exclusiva
6	Ministério da Defesa	Pronatec Exército Reserva	Compartilhada
7	Ministério da Defesa	Pronatec Aeronáutica Reserva	Compartilhada
8	Ministério da Defesa	Pronatec Marinha Reserva	Compartilhada
9	Ministério da Defesa	Pronatec Marinha Mercante	Compartilhada
10	Ministério da Educação	Pronatec Projovem Urbano	Exclusiva
11	Ministério da Educação	Pronatec EJA Técnico Integrado	Exclusiva
12	Ministério da Educação	Pronatec EJA Técnico Concomitante	Compartilhada
13	Ministério da Educação	Pronatec EJA FIC	Compartilhada
14	Ministério da Educação	Pronatec Serviços Públicos	Exclusiva
15	Ministério da Justiça	Pronatec Sistema Prisional	Compartilhada
16	Ministério da Justiça	Pronatec Sistema Prisional em Regime Fechado	Exclusiva
17	Ministério da Pesca e Aquicultura	Pronatec Pesca e Aquicultura	Compartilhada
18	Ministério da Previdência Social	Pronatec Reabilitação Profissional	Prioritária
19	Ministério das Comunicações	Pronatec Comunicações	Compartilhada
20	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Pronatec Campo	Compartilhada
21	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Pronatec Brasil sem Miséria	Compartilhada
22	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Pronatec Mulheres Mil	Exclusiva

23	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Pronatec Sistema Socioeducativo Aberto	Compartilhada
24	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Pronatec Vira Vida	Exclusiva
25	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Pronatec Brasil Maior	Compartilhada
26	Ministério do Meio Ambiente	Pronatec Bolsa Verde	Exclusiva
27	Ministério do Meio Ambiente	Pronatec Catadores	Exclusiva
28	Ministério do Meio Ambiente	Pronatec Meio Ambiente	Compartilhada
29	Ministério do Trabalho e Emprego	Pronatec Seguro-Desemprego	Prioritária
30	Ministério do Trabalho e Emprego	Pronatec Trabalhador	Compartilhada
31	Ministério do Trabalho e Emprego	Pronatec Aprendiz	Exclusiva
32	Ministério do Trabalho e Emprego	Pronatec Certific	Exclusiva
33	Ministério do Trabalho e Emprego	Pronatec ProJovem Trabalhador	Exclusiva
34	Ministério do Turismo	Pronatec Copa	Compartilhada
35	Ministério do Turismo	Pronatec Copa na Empresa	Exclusiva
36	Ministério do Turismo	Pronatec Copa Social	Compartilhada
37	Secretaria de Direitos Humanos	Pronatec Sistema Socioeducativo Fechado	Exclusiva

## Anexo II. Tabela de Mapeamento de Cursos Técnicos em Cursos de Graduação

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
<b>AMBIENTE E SAÚDE</b>	
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Enfermagem
	Medicina
Técnico em Análises Clínicas	Biomedicina
Técnico em Biotecnologia	CST em Saneamento Ambiental
	Engenharia de Alimentos
	Nutrição
Técnico em Citopatologia	Biomedicina
	Ciências Biológicas
Técnico em Controle Ambiental	CST em Gestão Ambiental
	CST em Saneamento Ambiental
	Engenharia Ambiental
Técnico em Cuidados de Idosos	Enfermagem
	Fisioterapia
Técnico em Enfermagem	CST em Radiologia
	Enfermagem
Técnico em Equipamentos Biomédicos	CST em Sistemas Biomédicos
	CST em Sistemas Biomédicos
	Engenharia Biomédica
Técnico em Estética	Farmácia
Técnico em Farmácia	Farmácia

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
Técnico em Gerência de Saúde	CST em Gestão Hospitalar
	Enfermagem
Técnico em Hemoterapia	CST em Sistemas Biomédicos
	Enfermagem
	Medicina
Técnico em Imobilizações Ortopédicas	CST em Radiologia
	Enfermagem
	Fisioterapia
	Medicina
Técnico em Massoterapia	Fisioterapia
Técnico em Meio Ambiente	Ciências Biológicas
	CST em Gestão Ambiental
	CST em Saneamento Ambiental
	Engenharia Ambiental
	Engenharia Sanitária
Técnico em Meteorologia	Meteorologia
Técnico em Necropsia	Enfermagem
	Medicina
Técnico em Nutrição e Dietética	Engenharia de Alimentos
	Nutrição
Técnico em Óptica	CST em Oftálmica
	Medicina
Técnico em Órteses e Próteses	CST em Sistemas Biomédicos
	Fisioterapia
	Medicina
Técnico em Podologia	Enfermagem
Técnico em Prótese Dentária	Odontologia
Técnico em Radiologia	CST em Radiologia
	Enfermagem
	Medicina
	Odontologia
Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos	Enfermagem
	Psicologia
Técnico em Reciclagem	CST em Gestão Ambiental
	CST em Saneamento Ambiental
	Engenharia Ambiental

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
	Engenharia Sanitária
Técnico em Registros e Informações em Saúde	CST em Gestão Hospitalar
	Enfermagem
Técnico em Saúde Bucal	Odontologia
Técnico em Vigilância em Saúde	CST em Gestão Hospitalar
	Enfermagem
	Medicina
<b>CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS</b>	
Técnico em Análises Químicas	Biomedicina
	CST em Processos Químicos
	Engenharia de Petróleo
	Engenharia Química
	Química
Técnico em Automação Industrial	CST em Automação Industrial
	Engenharia de Controle e Automação
	Engenharia Elétrica
	Engenharia Eletrônica
Técnico em Eletroeletrônica	CST em Automação Industrial
	CST em Automação Industrial
	CST em Eletrônica Industrial
	CST em Eletrônica Industrial
	Engenharia de Controle e Automação
	Engenharia de Controle e Automação
	Engenharia Elétrica
	Engenharia Elétrica
	Engenharia Eletrônica
	Engenharia Eletrônica
Técnico em Eletromecânica	CST em Eletrotécnica Industrial
	Engenharia de Controle e Automação
	Engenharia Elétrica
Técnico em Eletrônica	CST em Automação Industrial
	CST em Eletrônica Industrial
	Engenharia de Controle e Automação
	Engenharia Elétrica
	Engenharia Eletrônica

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
Técnico em Eletrotécnica	CST em Eletrotécnica Industrial
	CST em Sistemas Elétricos
	Engenharia Elétrica
Técnico em Manutenção Automotiva	CST em Fabricação Mecânica
	Engenharia Automotiva
Técnico em Manutenção de Aeronaves em Aviônicos	CST em Manutenção de Aeronaves
	Engenharia Aeronáutica
	Engenharia Eletrônica
Técnico em Manutenção de Aeronaves em Célula	CST em Manutenção de Aeronaves
	Engenharia Aeronáutica
Técnico em Manutenção de Aeronaves em Grupo Motopropulsor	CST em Manutenção de Aeronaves
Técnico em Manutenção de Máquinas Pesadas	CST em Fabricação Mecânica
	CST em Manutenção Industrial
	Engenharia Mecânica
Técnico em Manutenção Metroferroviária	CST em Manutenção Industrial
	Engenharia Mecânica
Técnico em Máquinas Navais	CST em Construção Naval
	Engenharia Mecânica
	Engenharia Naval
Técnico em Mecânica	CST em Fabricação Mecânica
	CST em Manutenção Industrial
	Engenharia Mecânica
Técnico em Mecânica de Precisão	CST em Fabricação Mecânica
	CST em Mecânica de Precisão
	Engenharia Mecânica
Técnico em Mecatrônica	CST em Manutenção Industrial
	CST em Mecatrônica Industrial
	Engenharia de Controle e Automação
	Engenharia Eletrônica
Técnico em Metalurgia	CST em Processos Metalúrgicos
	Engenharia Metalúrgica
Técnico em Metrologia	CST em Mecânica de Precisão
	Engenharia Mecânica

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
Técnico em Petroquímica	CST em Biocombustíveis
	CST em Petróleo e Gás
	CST em Processos Químicos
	Engenharia de Petróleo
Técnico em Processamento da Madeira	CST em Produção Moveleira
	Engenharia Civil
Técnico em Química	CST em Processos Químicos
	Engenharia de Petróleo
	Engenharia Química
	Química
Técnico em Refrigeração e Climatização	CST em Automação Industrial
	CST em Manutenção Industrial
	Engenharia de Materiais
	Engenharia Mecânica
	Engenharia Mecânica
Técnico em Sistemas a Gás	CST em Petróleo e Gás
	Engenharia de Petróleo
Técnico em Sistemas de Energia Renovável	CST em Sistemas Elétricos
	Engenharia Elétrica
Técnico em Soldagem	CST em Fabricação Mecânica
	CST em Processos Metalúrgicos
	Engenharia Mecânica
<b>DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL</b>	
Técnico em Alimentação Escolar	CST em Alimentos
	Engenharia de Alimentos
	Nutrição
Técnico em Biblioteca	Biblioteconomia
Técnico em Infraestrutura escolar	CST em Construção de Edifícios
	Engenharia Civil
Técnico em Ludoteca	Biblioteconomia
	CST em Gestão Desportiva e de Lazer
Técnico em Multimeios Didáticos	Biblioteconomia
	CST em Gestão da Tecnologia da Informação
	Sistemas de Informação
Técnico em Orientação Comunitária	Ciências Sociais

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
	Serviço Social
	Sociologia
Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilíngüe em Libras/Língua Portuguesa	Libras-Letras
Técnico em Secretaria Escolar	CST em Processos Escolares
	CST em Secretariado
Técnico em Tradução e Interpretação de Libras	Libras-Letras
Técnico em Treinamento de Cães-Guia	Medicina Veterinária
<b>GESTÃO E NEGÓCIOS</b>	
	Zootecnia
Técnico em Logística	Administração
	CST em Logística
	Engenharia da Produção
<b>INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>	
Técnico em Computação Gráfica	Arquitetura e Urbanismo
	Ciência da Computação
	CST em Design de Produto
	CST em Design Gráfico
	Design
	Engenharia da Computação
Técnico em Informática	Ciência da Computação
	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	CST em Banco de Dados
	CST em Gestão da Tecnologia da Informação
	CST em Jogos Digitais
	CST em Redes de Computadores
	CST em Segurança da Informação
	CST em Sistemas para Internet
	Engenharia da Computação
	Engenharia de Software
	Sistemas de Informação
Técnico em Informática para Internet	Ciência da Computação
	CST em Análise e Desenvolvimento de

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
	Sistemas
	CST em Gestão da Tecnologia da Informação
	CST em Sistemas para Internet
	Engenharia da Computação
	Engenharia de Software
	Sistemas de Informação
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	CST em Eletrônica Industrial
	CST em Redes de Computadores
	Engenharia da Computação
	Engenharia Elétrica
	Engenharia Eletrônica
Técnico em Programação de Jogos Digitais	Ciência da Computação
	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	CST em Jogos Digitais
	Engenharia da Computação
	Engenharia de Software
	Sistemas de Informação
Técnico em Redes de Computadores	Ciência da Computação
	CST em Gestão de Telecomunicações
	CST em Redes de Computadores
	CST em Redes de Telecomunicações
	CST em Sistemas de Telecomunicações
	CST em Telemática
	Engenharia da Computação
	Engenharia de Telecomunicações
	Engenharia Elétrica
Técnico em Sistemas de Comutação	CST em Gestão de Telecomunicações
	CST em Redes de Telecomunicações
	CST em Sistemas de Telecomunicações
	CST em Telemática
	Engenharia de Telecomunicações
	Engenharia Elétrica
Técnico em Sistemas de Transmissão	CST em Gestão de Telecomunicações
	CST em Redes de Telecomunicações

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
	CST em Sistemas de Telecomunicações
	Engenharia de Telecomunicações
	Engenharia Elétrica
Técnico em Telecomunicações	CST em Gestão de Telecomunicações
	CST em Redes de Telecomunicações
	CST em Sistemas de Telecomunicações
	CST em Telemática
	Engenharia de Telecomunicações
	Engenharia Elétrica
<b>INFRAESTRUTURA</b>	
Técnico Aeroportuário	CST em Transporte Aéreo
	Engenharia Civil
Técnico em Agrimensura	CST em Agrimensura
	CST em Estradas
	Engenharia Cartográfica e de Agrimensura
	Engenharia Civil
	Engenharia de Fortificação e Construção
Técnico em Carpintaria	CST em Produção Moveleira
Técnico em Desenho de Construção Civil	Arquitetura e Urbanismo
	CST em Construção de Edifícios
	CST em Controle de Obras
	CST em Material de Construção
	Engenharia Civil
	Engenharia de Fortificação e Construção
Técnico em Edificações	Arquitetura e Urbanismo
	CST em Construção de Edifícios
	CST em Controle de Obras
	Engenharia Civil
	Engenharia de Fortificação e Construção
Técnico em Estradas	Arquitetura e Urbanismo
	CST em Estradas
	Engenharia Civil
	Engenharia de Fortificação e Construção
Técnico em Geodésia e Cartografia	CST em Estradas
	Engenharia Cartográfica e de Agrimensura

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
	Geologia
Técnico em Geoprocessamento	CST em Agrimensura
	CST em Estradas
	CST em Geoprocessamento
	Engenharia de Minas
	Geologia
Técnico em Hidrologia	CST em Irrigação e Drenagem
	CST em Obras Hidráulicas
	CST em Saneamento Ambiental
	Engenharia Ambiental
	Engenharia Civil
	Engenharia Sanitária
Técnico em Portos	CST em Gestão Portuária
	Engenharia Naval
Técnico em Saneamento	CST em Obras Hidráulicas
	CST em Saneamento Ambiental
	Engenharia Ambiental
	Engenharia Civil
	Engenharia de Fortificação e Construção
	Engenharia Sanitária
Técnico em Trânsito	CST em Transporte Terrestre
	Engenharia Civil
Técnico em Transporte Aquaviário	CST em Sistemas de Navegação Fluvial
Técnico em Transporte de Cargas	CST em Transporte Terrestre
Técnico em Transporte Dutoviário	CST em Obras Hidráulicas
	Engenharia Civil
	Engenharia da Produção
	Engenharia Mecânica
Técnico em Transporte Metroferroviário	CST em Transporte Terrestre
Técnico em Transporte Rodoviário	CST em Transporte Terrestre
<b>MILITAR</b>	
Técnico em Combate a Incêndio, Resgate e Prevenção de Acidentes de Aviação	CST em Comunicações Aeronáuticas
	CST em Gestão e Manutenção Aeronáutica
	Engenharia Aeronáutica
Técnico em Comunicações Aeronáuticas	CST em Comunicações Aeronáuticas

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
	Engenharia Aeronáutica
	Engenharia de Telecomunicações
Técnico em Comunicações Navais	Engenharia Aeronáutica
	Engenharia de Telecomunicações
Técnico em Controle de Tráfego Aéreo	CST em Gerenciamento de Tráfego Aéreo
	Engenharia Aeronáutica
Técnico em Eletricidade e Instrumentos Aeronáuticos	CST em Gestão e Manutenção Aeronáutica
	Engenharia Aeronáutica
Técnico em Equipamento de Engenharia	Engenharia Mecânica
	Engenharia Mecânica de Veículos Militares
Técnico em Equipamentos de Voo	CST em Gerenciamento de Tráfego Aéreo
	CST em Gestão e Manutenção Aeronáutica
	CST em Pilotagem Profissional de Aeronaves
	Engenharia Aeronáutica
Técnico em Estrutura e Pintura de Aeronaves	CST em Gestão e Manutenção Aeronáutica
	Engenharia Aeronáutica
	Engenharia Mecânica de Veículos Militares
Técnico em Fotointeligência	CST em Fotointeligência
	Engenharia Aeronáutica
Técnico em Hidrografia	Meteorologia
Técnico em Informações Aeronáuticas	CST em Comunicações Aeronáuticas
	Engenharia Aeronáutica
Técnico em Mecânica de Aeronaves	CST em Gestão e Manutenção Aeronáutica
	Engenharia de Mecânica de Veículos Militares
Técnico em Mergulho	Educação Física
Técnico em Navegação Fluvial	Engenharia Naval
Técnico em Operação de Radar	CST em Gerenciamento de Tráfego Aéreo
	Engenharia de Telecomunicações
Técnico em Operação de Sonar	Engenharia de Telecomunicações

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
Técnico em Sensores de Aviação	Engenharia Aeronáutica
Técnico em Sinais Navais	Engenharia Naval
Técnico em Sinalização Náutica	Engenharia Naval
Técnico em Suprimento	Ciências da Logística
Técnico em Agroindústria	CST em Agroindústria
<b>PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA</b>	
Técnico em Alimentos	CST em Alimentos
	Engenharia de Alimentos
Técnico em Apicultura	CST em Alimentos
	Zootecnia
Técnico em Cervejaria	CST em Alimentos
	CST em Gastronomia
	Engenharia de Alimentos
Técnico em Confeitaria	CST em Alimentos
	CST em Gastronomia
	Engenharia de Alimentos
Técnico em Panificação	CST em Alimentos
	CST em Gastronomia
	Engenharia de Alimentos
Técnico em Processamento de Pescado	CST em Alimentos
	Engenharia de Alimentos
	Engenharia de Pesca
Técnico em Viticultura e Enologia	CST em Alimentos
	CST em Viticultura e Enologia
	Engenharia de Alimentos
<b>PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN</b>	
Técnico em Artesanato	CST em Conservação e Restauro
	CST em Design de Interiores
	CST em Design de Moda
	CST em Design de Produto
	Design
	Moda
Técnico em Cenografia	CST em Produção Audiovisual
	CST em Produção Cênica
	CST em Produção Cultural
	Teatro
Técnico em Comunicação Visual	Artes Visuais

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
	CST em Comunicação Institucional
	CST em Design Gráfico
	CST em Fotografia
	CST em Produção Audiovisual
	CST em Produção Multimídia
	CST em Produção Publicitária
Técnico em Conservação e Restauro	CST em Conservação e Restauro
	CST em Design de Produto
Técnico em Design de Calçados	CST em Design de Moda
	CST em Design de Produto
	Moda
Técnico em Design de Embalagens	CST em Design de Produto
	CST em Design Gráfico
Técnico em Design de Interiores	Arquitetura e Urbanismo
	CST em Design de Interiores
	CST em Design de Produto
Técnico em Design de Jóias	CST em Design de Moda
	CST em Design de Produto
	Moda
Técnico em Design de Móveis	CST em Conservação e Restauro
	CST em Design de Interiores
	CST em Design de Produto
Técnico em Fabricação de Instrumentos Musicais	Música
Técnico em Instrumento Musical	CST em Produção Cênica
	CST em Produção Fonográfica
	Música
Técnico em Modelagem do Vestuário	CST em Design de Moda
	CST em Design de Produto
	Engenharia Têxtil
	Moda
Técnico em Multimídia	Artes Visuais
	Comunicação Social - Cinema e Audiovisual
	CST em Produção Audiovisual
	CST em Produção Fonográfica
	CST em Produção Multimídia

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
Técnico em Museologia	CST em Conservação e Restauro
	Museologia
Técnico em Paisagismo	Arquitetura e Urbanismo
	CST em Design de Interiores
Técnico em Processos Fonográficos	CST em Produção Audiovisual
	CST em Produção Cultural
	CST em Produção Fonográfica
	CST em Produção Multimídia
	Música
Técnico em Processos Fotográficos	Artes Visuais
	Comunicação Social - Cinema e Audiovisual
	CST em Fotografia
	CST em Produção Audiovisual
	CST em Produção Cultural
	CST em Produção Multimídia
Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	Artes Visuais
	Comunicação Social - Cinema e Audiovisual
	CST em Produção Audiovisual
	CST em Produção Cultural
	CST em Produção Fonográfica
	CST em Produção Multimídia
Técnico em Produção de Moda	CST em Design de Moda
	CST em Design de Produto
	Engenharia Têxtil
	Moda
Técnico em Rádio e Televisão	Artes Visuais
	Comunicação Social - Cinema e Audiovisual
	CST em Produção Audiovisual
	CST em Produção Cultural
	Engenharia de Telecomunicações
<b>PRODUÇÃO INDUSTRIAL</b>	
Técnico em Açúcar e Alcool	CST em Processos Químicos
	CST em Produção Sucroalcooleira
	Engenharia de Bioprocessos

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
	Engenharia Química
	Química
Técnico em Biocombustíveis	CST em Biocombustíveis
	CST em Processos Químicos
	Engenharia de Bioprocessos
	Engenharia Química
	Química
Técnico em Calçados	CST em Produção de Vestuário
	Engenharia de Produção
	Engenharia Têxtil
Técnico em Celulose e Papel	CST em Papel e Celulose
	CST em Processos Químicos
	Engenharia Química
	Química
Técnico em Cerâmica	CST em Fabricação Mecânica
	Engenharia de Materiais
Técnico em Construção Naval	CST em Construção Naval
	CST em Fabricação Mecânica
	Engenharia Naval
Técnico em Curtimento	CST em Produção de Vestuário
	Engenharia de Produção
Técnico em Fabricação Mecânica	CST em Fabricação Mecânica
	CST em Manutenção Industrial
	CST em Mecânica de Precisão
	CST em Processos Metalúrgicos
	Engenharia Mecânica
Técnico em Impressão Offset	Artes Visuais
	CST em Produção Gráfica
Técnico em Impressão Rotográfica e Flexográfica	Artes Visuais
	CST em Produção Gráfica
Técnico em Joalheria	CST em Design de Produto
	CST em Produção Joalheira
	Design
Técnico em Móveis	Arquitetura e Urbanismo
	CST em Design de Produto
	CST em Produção Moveleira

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
	Design
Técnico em Petróleo e Gás	CST em Petróleo e Gás
	CST em Processos Químicos
	Engenharia de Petróleo
	Engenharia Química
	Química
Técnico em Plásticos	CST em Polímeros
	CST em Processos Químicos
	Engenharia de Materiais
	Engenharia Química
	Química
Técnico em Pré-Impressão Gráfica	Artes Visuais
	CST em Design Gráfico
	CST em Produção Gráfica
	Design
Técnico em Processos Gráficos	Artes Visuais
	CST em Produção Gráfica
Técnico em Têxtil	CST em Processos Químicos
	CST em Produção Têxtil
	Engenharia Química
	Engenharia Têxtil
	Química
Técnico em Vestuário	CST em Design de Moda
	CST em Produção de Vestuário
	Moda
<b>RECURSOS NATURAIS</b>	
Técnico em Agricultura	Agronomia ou Engenharia Agrônômica
	CST em Agroecologia
	CST em Agronegócio
	Engenharia Agrícola
Técnico em Agroecologia	Agronomia ou Engenharia Agrônômica
	CST em Agroecologia
	Engenharia Agrícola
	Engenharia Ambiental
Técnico em Agronegócio	CST em Agronegócio
	Engenharia Agrícola
	Engenharia Agrícola

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
	Engenharia Agrícola
Técnico em Agropecuária	CST em Agroecologia
	CST em Agronegócio
	Medicina Veterinária
	Zootecnia
Técnico em Aqüicultura	CST em Aqüicultura
	CST em Produção Pesqueira
	Engenharia de Pesca
	Zootecnia
Técnico em Cafeicultura	Agronomia ou Engenharia Agrônômica
	CST em Cafeicultura
	Engenharia Agrícola
Técnico em Equipamentos Pesqueiros	CST em Aqüicultura
	CST em Produção Pesqueira
	Engenharia de Pesca
Técnico em Florestas	CST em Gestão Ambiental
	Engenharia Florestal
Técnico em Fruticultura	Agronomia ou Engenharia Agrônômica
	CST em Horticultura
	CST em Irrigação e Drenagem
Técnico em Geologia	CST em Petróleo e Gás
	Geologia
Técnico em Mineração	CST em Geoprocessamento
	Engenharia de Minas
	Geologia
Técnico em Pesca	CST em Produção Pesqueira
	Engenharia de Pesca
Técnico em Recursos Minerais	CST em Rochas Ornamentais
	Engenharia de Minas
	Geologia
Técnico em Recursos Pesqueiros	CST em Produção Pesqueira
	Engenharia de Pesca
Técnico em Zootecnia	CST em Agroecologia
	CST em Agronegócio
	Medicina Veterinária
	Zootecnia

<i>CURSO TÉCNICO</i>	<i>CURSO SUPERIOR</i>
<b>SEGURANÇA</b>	
Técnico em Defesa Civil	CST em Gestão de Segurança Privada CST em Segurança no Trabalho
	CST em Segurança Pública
	Engenharia Civil
Técnico em Segurança do Trabalho	CST em Gestão de Segurança Privada CST em Segurança no Trabalho
	Engenharia Civil
	Engenharia de Produção
	Engenharia Elétrica
	Engenharia Mecânica
	Engenharia Química
<b>TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER</b>	
Técnico em Agenciamento de Viagem	CST em Gestão de Turismo Turismo
Técnico em Cozinha	CST em Gastronomia Turismo
Técnico em Eventos	CST em Eventos Turismo
Técnico em Guia de Turismo	CST em Gestão de Turismo Turismo
Técnico em Hospedagem	CST em Gestão de Turismo CST em Hotelaria Turismo
Técnico em Lazer	CST em Gestão Desportiva e de Lazer Turismo
Técnico em Serviços de Restaurante e Bar	CST em Gastronomia Turismo
Técnico em Controle Ambiental	Ciências Biológicas Engenharia Sanitária
Técnico em Enfermagem	Medicina

## APÊNDICES

### **Apêndice A. Roteiro de entrevista para o Gestor da Bolsa-Formação/Pronatec no SENAC**

1. Como ocorreu o processo de definição dos cursos a serem ofertados por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas no período de 2011 a 2015?
2. Nesse processo de definição dos cursos a serem ofertados foram levadas em consideração as demandas do mercado? Demandas Sazonais? As fragilidades de grupos sociais do município? Caso a resposta seja positiva, como foi realizado o levantamento dessas demandas?
3. Qual a razão pela oferta preponderante de cursos FIC em relação à oferta de cursos técnicos?
4. Como você percebe a oferta pública de cursos profissionalizantes por meio de parcerias do MEC com instituições que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem?
5. É possível identificar quais as intencionalidades do governo federal ao efetivar parcerias para a oferta de cursos do Pronatec? Caso a resposta seja positiva, quais serão elas?
6. Existe alguma diferença entre o custo/aluno da oferta realizada pela rede federal de educação e a efetivada através de instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem? A remuneração de professores e gestores é a mesma?
7. Quais os ganhos obtidos pelo SENAC na oferta dos cursos profissionais através da iniciativa da Bolsa-Formação do Pronatec?
8. Qual o perfil de trabalhador que o SENAC busca formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas?

**Apêndice B. Roteiro de entrevista para o Gestor da Bolsa-  
Formação/Pronatec no SENAI**

1. Como ocorreu o processo de definição dos cursos a serem ofertados por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas no período de 2011 a 2015?
2. Nesse processo de definição dos cursos a serem ofertados foram levadas em consideração as demandas do mercado? Demandas Sazonais? As fragilidades de grupos sociais do município? Caso a resposta seja positiva, como foi realizado o levantamento dessas demandas?
3. Qual a razão pela oferta preponderante de cursos FIC em relação à oferta de cursos técnicos?
4. Como você percebe a oferta de cursos profissionalizantes por meio de parcerias do MEC com instituições que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem?
5. É possível identificar quais as intencionalidades do governo federal ao efetivar parcerias para a oferta de cursos do Pronatec? Caso a resposta seja positiva, quais serão elas?
6. Existe alguma diferença entre o custo/aluno da oferta realizada pela rede federal de educação e a efetivada através de instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem? A remuneração de professores e gestores é a mesma?
7. Quais os ganhos obtidos pelo SENAI na oferta dos cursos profissionais através da iniciativa da Bolsa-Formação do Pronatec?
8. Qual o perfil de trabalhador que o SENAI busca formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas?

**Apêndice C. Roteiro de entrevista para o Gestor da Bolsa-  
Formação/Pronatec no SENAT**

1. Como ocorreu o processo de definição dos cursos a serem ofertados por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas no período de 2011 a 2015?
2. Nesse processo de definição dos cursos a serem ofertados foram levadas em consideração as demandas do mercado? Demandas Sazonais? As fragilidades de grupos sociais do município? Caso a resposta seja positiva, como foi realizado o levantamento dessas demandas?
3. Qual a razão pela oferta preponderante de cursos FIC em relação à oferta de cursos técnicos?
4. Como você percebe a oferta pública de cursos profissionalizantes por meio de parcerias do MEC com instituições que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem?
5. É possível identificar quais as intencionalidades do governo federal ao efetivar parcerias para a oferta de cursos do Pronatec? Caso a resposta seja positiva, quais serão elas?
6. Existe alguma diferença entre o custo/aluno da oferta realizada pela rede federal de educação e a efetivada através de instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem? A remuneração de professores e gestores é a mesma?
7. Quais os ganhos obtidos pelo SENAT na oferta dos cursos profissionais através da iniciativa da Bolsa-Formação do Pronatec?
8. Qual o perfil de trabalhador que o SENAT busca formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas?

**Apêndice D. Roteiro de entrevista para o Gestor da Bolsa-  
Formação/Pronatec na Instituição de Ensino Superior**

1. Como ocorreu o processo de definição dos cursos a serem ofertados por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas no período de 2011 a 2015?
  
2. Nesse processo de definição dos cursos a serem ofertados foram levadas em consideração as demandas do mercado? Demandas Sazonais? As fragilidades de grupos sociais do município? Caso a resposta seja positiva, como foi realizado o levantamento dessas demandas?
  
3. Como você percebe a oferta pública de cursos profissionalizantes por meio de parcerias do MEC com instituições que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem e Instituições Privadas de Ensino?
  
4. É possível identificar quais as intencionalidades do governo federal ao efetivar parcerias para a oferta de cursos do Pronatec? Caso a resposta seja positiva, quais serão elas?
  
5. Existe alguma diferença entre o custo/aluno da oferta realizada pela rede federal de educação e a efetivada através de instituições privadas e organizações do Sistema Nacional de Aprendizagem? A remuneração de professores e gestores é a mesma?
  
6. Quais os ganhos obtidos pela IES na oferta dos cursos profissionais através da iniciativa da Bolsa-Formação do Pronatec?
  
7. Qual o perfil de trabalhador que a IES busca formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas?

### **Apêndice E. Roteiro de entrevista para o Gestor da Bolsa- Formação/Pronatec no IFSul**

1. Como ocorreu o processo de definição dos cursos a serem ofertados por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas no período de 2011 a 2015?
2. Nesse processo de definição dos cursos a serem ofertados foram levadas em consideração as demandas do mercado? Demandas Sazonais? As fragilidades de grupos sociais do município? Caso a resposta seja positiva, como foi realizado o levantamento dessas demandas?
3. Qual a razão pela oferta preponderante de cursos FIC em relação à oferta de cursos técnicos?
4. Como você percebe a oferta pública de cursos profissionalizantes por meio de parcerias do MEC com organizações que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem e instituições privadas de ensino?
5. É possível identificar quais as intencionalidades do governo federal ao efetivar parcerias para a oferta de cursos do Pronatec? Caso a resposta seja positiva, quais serão elas?
6. Existe alguma diferença entre o custo/aluno da oferta realizada pela rede federal de educação e a efetivada através de organizações do Sistema Nacional de Aprendizagem e por instituições privadas de ensino? A remuneração de professores e gestores é a mesma?
7. Quais os ganhos obtidos pelo IFSul na oferta dos cursos profissionais através da iniciativa da Bolsa-Formação do Pronatec?
8. Como você avalia a considerável diferença entre os números de matrículas contabilizadas pelas instituições do Sistema Nacional de

Aprendizagem e pela rede federal de educação através da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas-RS e em todo território nacional?

9. Qual o perfil de trabalhador que o IFSul busca formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas?

**Apêndice F. Roteiro de entrevista para os professores atuantes nos cursos ofertados pelo SENAC pela iniciativa da Bolsa-Formação/Pronatec**

1. Você participou do processo de definição dos cursos a serem ofertados por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas no período de 2011 a 2015? Em caso positivo, como ocorreu esse processo?
2. Como você percebe a oferta preponderante de cursos FIC em relação a cursos técnicos por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec?
3. Qual a sua avaliação sobre a oferta gratuita de cursos profissionalizantes por meio de parcerias do MEC com instituições que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem?
4. É possível identificar quais as intencionalidades do governo federal ao efetivar parcerias para a oferta de cursos do Pronatec? Caso a resposta seja positiva, quais serão elas?
5. Qual é o valor da hora aula recebida pelo professor que atua nos cursos ofertados pelo SENAC por meio da Bolsa-Formação do Pronatec?
6. Como você avalia a considerável diferença entre os números de matrículas contabilizados pelas instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem e pela rede federal de educação através da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas-RS e em todo território nacional?
7. Qual o perfil de trabalhador que o SENAC busca formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas?

**Apêndice G. Roteiro de entrevista para os professores atuantes nos cursos ofertados pelo SENAI pela iniciativa da Bolsa-Formação/Pronatec**

1. Você participou do processo de definição dos cursos a serem ofertados por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas no período de 2011 a 2015? Em caso positivo, como ocorreu esse processo?
2. Como você percebe a oferta preponderante de cursos FIC em relação a cursos técnicos por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec?
3. Qual a sua avaliação sobre a oferta gratuita de cursos profissionalizantes por meio de parcerias do MEC com instituições que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem?
4. É possível identificar quais as intencionalidades do governo federal ao efetivar parcerias para a oferta de cursos do Pronatec? Caso a resposta seja positiva, quais serão elas?
5. Qual é o valor da hora aula recebida pelo professor que atua nos cursos ofertados pelo SENAI por meio da Bolsa-Formação do Pronatec?
6. Como você avalia a considerável diferença entre os números de matrículas contabilizados pelas instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem e pela rede federal de educação através da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas-RS e em todo território nacional?
7. Qual o perfil de trabalhador que o SENAI busca formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas?

**Apêndice H. Roteiro de entrevista para os professores atuantes nos cursos ofertados pelo SENAT pela iniciativa da Bolsa-Formação/Pronatec**

1. Você participou do processo de definição dos cursos a serem ofertados por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas no período de 2011 a 2015? Em caso positivo, como ocorreu esse processo?
2. Como você percebe a oferta preponderante de cursos FIC em relação a cursos técnicos por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec?
3. Qual a sua avaliação sobre a oferta gratuita de cursos profissionalizantes por meio de parcerias do MEC com instituições que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem?
4. É possível identificar quais as intencionalidades do governo federal ao efetivar parcerias para a oferta de cursos do Pronatec? Caso a resposta seja positiva, quais serão elas?
5. Qual é o valor da hora aula recebida pelo professor que atua nos cursos ofertados pelo SENAT por meio da Bolsa-Formação do Pronatec?
6. Como você avalia a considerável diferença entre os números de matrículas contabilizados pelas instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem e pela rede federal de educação através da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas-RS e em todo território nacional?
7. Qual o perfil de trabalhador que o SENAT busca formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas?

**Apêndice I. Roteiro de entrevista para os professores atuantes nos cursos ofertados pela Instituição de Ensino Superior pela iniciativa da Bolsa-Formação/Pronatec**

1. Você participou do processo de definição dos cursos a serem ofertados por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas no período de 2011 a 2015? Em caso positivo, como ocorreu esse processo?
2. Qual a sua avaliação sobre a oferta gratuita de cursos profissionalizantes por meio de parcerias do MEC com organizações que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem e Instituições privadas de ensino?
3. É possível identificar quais as intencionalidades do governo federal ao efetivar parcerias para a oferta de cursos do Pronatec? Caso a resposta seja positiva, quais serão elas?
4. Qual é o valor da hora aula recebida pelo professor que atua nos cursos ofertados pela IES por meio da Bolsa-Formação do Pronatec?
5. Como você avalia a considerável diferença entre os números de matrículas contabilizados pelas organizações do Sistema Nacional de Aprendizagem e instituições privadas de ensino, em relação a oferta efetivada pela rede federal de educação através da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas-RS e em todo território nacional?
6. Qual o perfil de trabalhador que a IES busca formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas?

**Apêndice J. Roteiro de entrevista para os professores atuantes nos cursos ofertados pelo IFSul pela iniciativa da Bolsa-Formação/Pronatec**

1. Você participou do processo de definição dos cursos a serem ofertados por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas no período de 2011 a 2015? Em caso positivo, como ocorreu esse processo?
2. Como você percebe a oferta preponderante de cursos FIC em relação a cursos técnicos por sua instituição de ensino pela ação da Bolsa-Formação/Pronatec?
3. Qual a sua avaliação sobre a oferta gratuita de cursos profissionalizantes por meio de parcerias do MEC com organizações que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem e instituições privadas de ensino?
4. É possível identificar quais as intencionalidades do governo federal ao efetivar parcerias para a oferta de cursos do Pronatec? Caso a resposta seja positiva, quais serão elas?
5. Qual é o valor da hora aula recebida pelo professor que atua nos cursos ofertados pelo IFSul por meio da Bolsa-Formação do Pronatec?
6. Como você avalia a considerável diferença entre os números de matrículas contabilizados pelas instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem e pela rede federal de educação através da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas-RS e em todo território nacional?
7. Qual o perfil de trabalhador que o IFSul busca formar através dos cursos profissionais ofertados por meio da Bolsa-Formação/Pronatec na cidade de Pelotas?

## **APÊNDICE K. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**Título do projeto:** As Parcerias Público-Privadas na Educação Profissional:  
Um Estudo sobre o Pronatec no Município de Pelotas

**Pesquisador responsável:** Profa. Dr. Maria de Fátima Cóssio

**Autor:** Antônio Cardoso Oliveira

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Pelotas

**Telefone para contato:** (53)984595396/(53)33031777

### **Endereço:**

Convidamos o (a) prezado (a) Sr (a) a participar deste estudo, o qual tem como objetivo analisar o projeto de formação do trabalhador que emerge com a política do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, que desenvolve cursos profissionalizantes em nível de educação básica por meio de parcerias público-privadas

Para atingir o objetivo desta pesquisa será necessário realizar entrevistas com gestores e professores das instituições de ensino que ofertaram cursos na cidade de Pelotas-RS, por meio da ação da Bolsa-Formação do Pronatec no período de 2011 a 2015. Será importante a gravação das mesmas, se assim aceitarem os colaboradores, para que não se percam detalhes importantes das suas falas. Após a realização das entrevistas, elas serão transcritas.

O material coletado através das entrevistas será utilizado exclusivamente com caráter científico, sendo lidas apenas pela pesquisadora responsável e pelo autor da pesquisa, estando estes, responsáveis por qualquer extravio ou vazamento das informações confidenciais. O anonimato dos sujeitos será preservado em quaisquer circunstâncias previstas nesta pesquisa. Os sujeitos serão livres para desistirem de participar da pesquisa a qualquer momento, sem que isto venha a prejudicá-lo, não gerando prejuízos morais, físicos ou custos a estes.

O autor compromete-se em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou, posteriormente, através dos telefones: (53)984595396/(53)33031777 ou por e-mail [antoniooliveira\\_ifsul@yahoo.com.br](mailto:antoniooliveira_ifsul@yahoo.com.br).

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa, seus propósitos, procedimentos e garantias de confidencialidade e

ter esclarecido minhas dúvidas, eu  
\_\_\_\_\_, concordo voluntariamente em participar deste estudo e autorizo a realização de entrevista sobre a temática proposta, podendo retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Assinatura do entrevistado:

\_\_\_\_\_

Declaramos, abaixo assinado, que obtivemos de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa para a participação no estudo.

Assinatura \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ pesquisadora  
responsável: \_\_\_\_\_

Assinatura do autor do estudo: \_\_\_\_\_

Pelotas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**APÊNDICE L. Termo de Confidencialidade**

**Título do projeto:** As Parcerias Público-Privadas na Educação Profissional:  
Um Estudo sobre o Pronatec no Município de Pelotas

**Pesquisador responsável:** Profa. Dr. Maria de Fátima Cóssio

**Instituição/Departamento:** UFPel/FAE

**Telefone para contato:** (53)984595396/(53)33031777

**Local da coleta de dados:**

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através de gravação em áudio. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas por um período de cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável. Após este período, os dados serão destruídos.

Pelotas, .....de .....de 20.....

.....  
Maria de Fátima Cóssio

.....  
Antônio Cardoso Oliveira